

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

165 out./dez. 2009

Sumário

5

Carta do editor

Economia em destaque

6

Vestígios da crise econômica e financeira mundial sobre o emprego celetista baiano em 2009

Flávia Santana Rodrigues,
Edelcique Serra Machado

Entrevista

16

Saúde como vetor de desenvolvimento

Jorge Solla

Artigos

25

Transferência de renda x assistencialismo: uma análise do “agenda família”

André Silva Pomponet

42

Desempenho do setor Agropecuário brasileiro 2008/2009

Patrick Laurent Rohrer Rodrigues,
Jamilly Dias dos Santos

32

Notas sobre o emprego formal na Bahia em 2008

Laumar Neves de Souza,
Lucas Marinho Lima

48

Censo agropecuário de 2006: painéis da evolução e da estrutura da agricultura baiana

Jorge Tadeu Caffé,
Luiz Mário Ribeiro Vieira

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
JAQUES WAGNER

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
WALTER PINHEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

CONSELHO EDITORIAL
Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Philigret Baptista, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Jair Sampaio Soares Junior, Jackson Ornelas Mendonça, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Marcus Verhine, Roberto Fortuna Carneiro

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS
Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto
Rosângela Ferreira Conceição

EQUIPE TÉCNICA
Carla Janira Souza do Nascimento, Jorge Caffé, Joseanie Aquino Mendonça, Zélia Góis

REVISÃO DE LINGUAGEM
Maria José Bacelar
Luís Fernando Sarno (entrevista)

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO
Ana Paula Sampaio

NORMALIZAÇÃO
Raimundo Pereira Santos

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES
Márcia Santos

PADRONIZAÇÃO E ESTILO/EDITORIA DE ARTE
Elisabete Cristina Teixeira Barretto
Aline Santana (estagiária)

PRODUÇÃO EXECUTIVA
Anna Luiza Sapucaia

DESIGN GRÁFICO/EDITORIAÇÃO/ILUSTRAÇÕES
Nando Cordeiro

FOTOS
Agecom, Ascom/Sesab, Stock XCHNG
IMPRESSÃO
EGBA
Tiragem: 1.000

58

PIB municipal revela leve desconcentração espacial na economia baiana

Gustavo Casseb Pessoti,
João Paulo C. Santos,
Karina M^a. das Graças
Carneiro da Silva,
Simone Borges Medeiros
Pereira

Seção especial

68

Com crescimento de 2,3% no terceiro trimestre de 2009, Bahia pode encerrar o ano com expansão de 1,5% no PIB

Denis Veloso da Silva,
Gustavo Casseb Pessoti,
João Paulo C. Santos

Ponto de vista

78

Crise financeira internacional: origens, repercussões e reflexões

Fernando Ferrari Filho

Investimentos na Bahia

82

Estado baiano prevê captação de R\$ 23,8 bilhões em investimentos industriais até 2013

Fabiana Karine Santos de
Andrade

86

Livros

88

Conjuntura econômica baiana

Indicadores conjunturais

98

Indicadores econômicos

105

Indicadores sociais

115

Finanças públicas

Colaboraram com este número as jornalistas Ana Paula Porto e Luzia Luna.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema *Qualis* da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) –. Salvador: SEI, 2009.

n. 165

Trimestral

Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: Mensal até o número 154.

ISSN 1413-1536

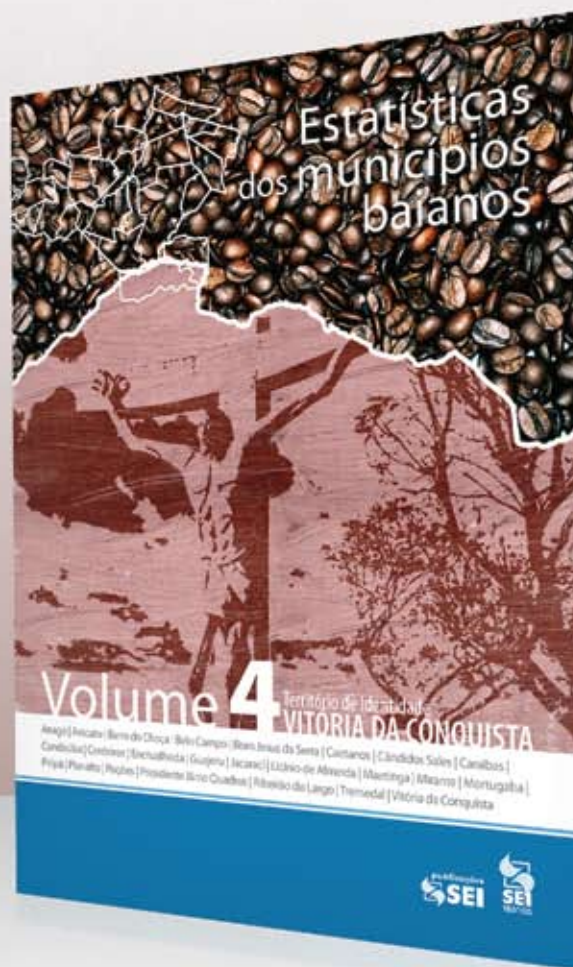
1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

Já nos limites com Minas Gerais, uma região que cresceu com a cultura do café, comércio e pecuária, o Território de Identidade Vitória da Conquista



Os principais dados das 14 localidades do Oeste Baiano formam o 3º volume da revista, enquanto o 4º volume traz os 24 municípios do Território Vitória da Conquista.



SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS
ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

 **Bahia**
TERRA DE TODOS NÓS
Secretaria do Planejamento

Carta do editor

A apreensão quanto ao comportamento da economia nacional e regional, decorrente da turbulência do mercado financeiro internacional nos fins de 2008, parece se dissipar. A melhora dos indicadores econômicos, como redução da taxa de desemprego e do emprego formal, da produção industrial e o crescimento no volume de negócios garantem a saída da recessão registrada nos primeiros trimestres de 2009. A economia baiana, em particular, deverá registrar um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em torno de 1,5%.

A revista *Conjuntura & Planejamento* (C&P) de nº 165, buscando ampliar o escopo de discussão sobre variáveis que permeiam o crescimento econômico, traz, na seção ponto de vista, a opinião de Fernando Ferrari Filho, doutor em Economia pela USP, sobre a crise financeira, apresentando as suas origens e repercussões. Na entrevista, Jorge Solla, secretário de Saúde da Bahia, discute a saúde como vetor de desenvolvimento e discorre sobre a política pública de saúde, apresentando as perspectivas e os desafios encontrados.

Na seção artigos, corroborando a análise sobre a economia brasileira e baiana, têm-se os trabalhos de André Pomponet, intitulado *Transferência de Renda Versus Assistencialismo: uma Análise do "Agenda Família"*, de Laumar Neves de Souza e Lucas Marinho Lima, *Notas Sobre o Emprego Formal na Bahia em 2008*, de Patrick Laurent Rohrer Rodrigues e Jamilly Dias dos Santos, *Desempenho do Setor Agropecuário Brasileiro 2008/2009*, de Jorge Tadeu Caffé e Luiz Mário Ribeiro Vieira, *Censo Agropecuário de 2006: Painéis da Evolução e da Estrutura da Agricultura Baiana*, além da apresentação do resultado do PIB municipal, nos quais conclui-se pela existência de uma suave desconcentração espacial na economia baiana.

Como destaque, têm-se o texto de Flávia Santana Rodrigues e Edelcique Serra Machado, *Vestígios da Crise Econômica e Financeira Mundial Sobre o Emprego Celetista Baiano em 2009*, no qual se discute o comportamento do emprego formal celetista na Bahia durante o ano de 2009, e o trabalho de Denis Veloso da Silva, Gustavo Casseb Pessoti e João Paulo Caetano Santos, intitulado *Com Crescimento de 2,3% no Terceiro Trimestre de 2009, Bahia Pode Encerrar o Ano com Expansão de 1,5% no PIB*, que apresenta o cenário da economia baiana no terceiro trimestre, pós-surgimento da crise financeira mundial.

Assim, a edição 165 da C&P, atendendo à missão da SEI de informar a sociedade, permite que os seus leitores, além de se atualizarem, ampliem os seus conhecimentos acerca da economia. Dessa forma, espera-se que os temas tratados na *Conjuntura & Planejamento* sirvam de ferramenta para novas discussões sobre a realidade brasileira e baiana dentro de um contexto pós-crise financeira internacional.

Vestígios da crise econômica e financeira mundial sobre o emprego celetista baiano em 2009

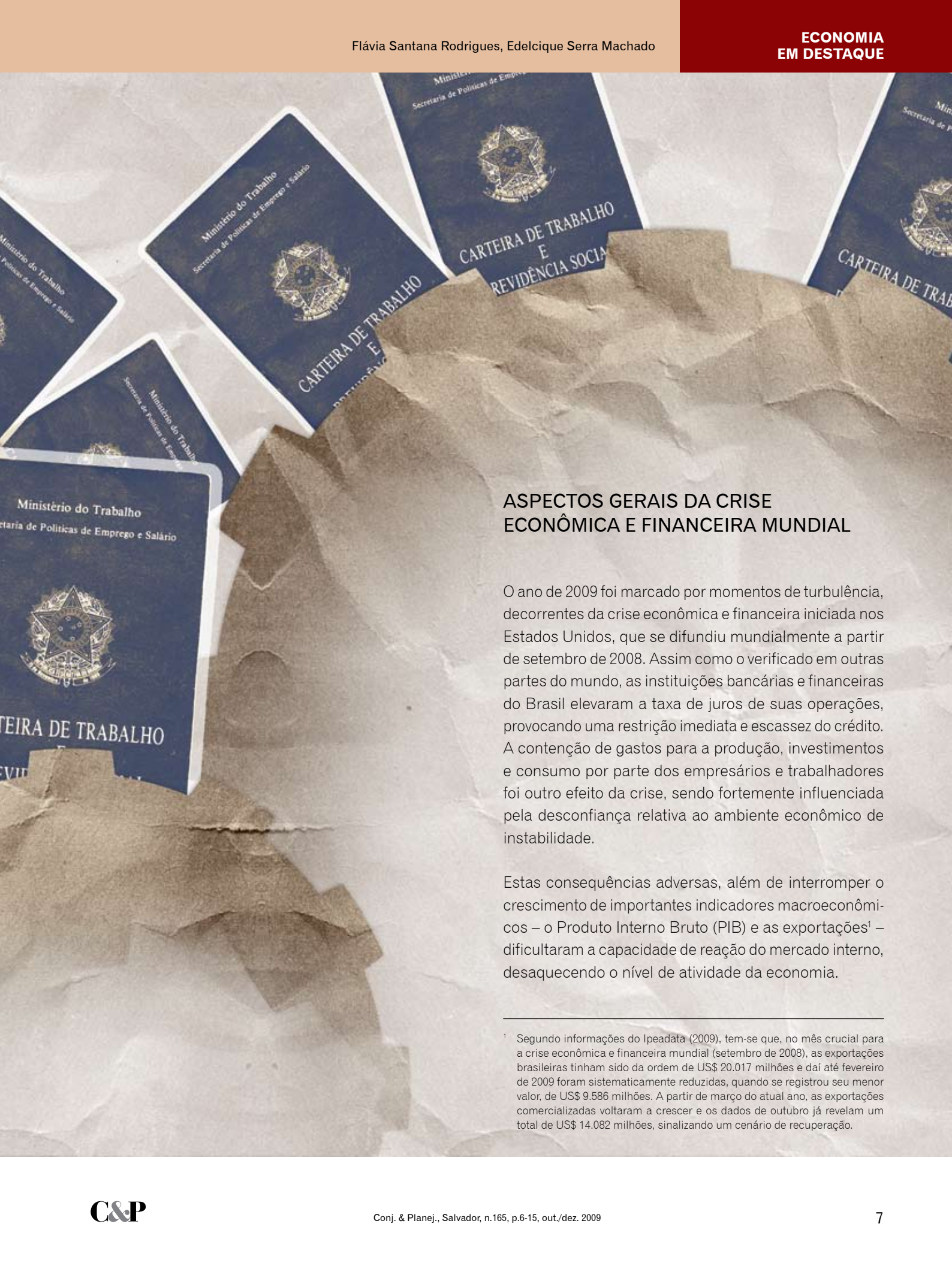
Flávia Santana Rodrigues^A
Edelcique Serra Machado^B

Este texto tem como objetivo verificar o comportamento do emprego formal celetista na Bahia durante o ano de 2009. Para isso, serão usadas as informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Este cadastro contém os dados mensais informados pelos estabelecimentos sobre a movimentação (admissões e desligamentos) e saldos de empregos com carteira assinada. Para identificar como foi o desempenho das contratações celetistas realizadas em 2009, pretende-se comparar o panorama atual com o do ano anterior. Este recorte analítico propõe-se também a mensurar os desdobramentos da crise econômica e financeira mundial, agravada em 2008, sobre alguns indicadores do mercado de trabalho formal celetista baiano.

O presente ano será formado pelos valores acumulados dos saldos de janeiro a setembro, mês mais recente das informações disponibilizadas pelo Caged. O ano de 2008 também será composto pela soma de seus primeiros nove meses, visando à comparabilidade das estatísticas no período.

^A Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela Universidade Salvador (Unifacs); graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); pesquisadora da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). flavia@sei.ba.gov.br

^B Especialista em Planejamento Operativo pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). edelcique@sei.ba.gov.br

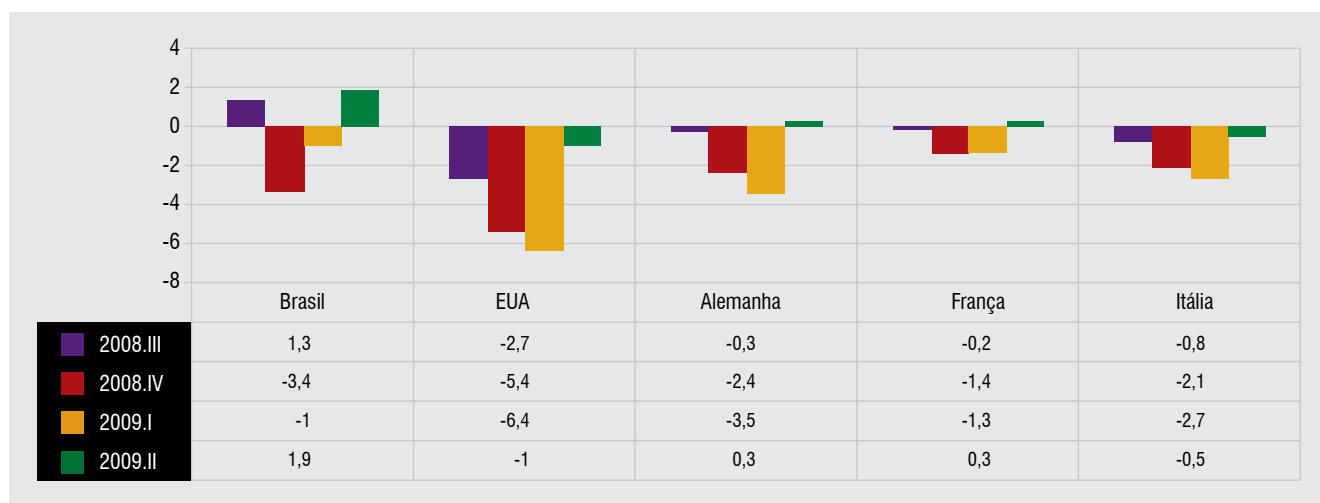


ASPECTOS GERAIS DA CRISE ECONÔMICA E FINANCEIRA MUNDIAL

O ano de 2009 foi marcado por momentos de turbulência, decorrentes da crise econômica e financeira iniciada nos Estados Unidos, que se difundiu mundialmente a partir de setembro de 2008. Assim como o verificado em outras partes do mundo, as instituições bancárias e financeiras do Brasil elevaram a taxa de juros de suas operações, provocando uma restrição imediata e escassez do crédito. A contenção de gastos para a produção, investimentos e consumo por parte dos empresários e trabalhadores foi outro efeito da crise, sendo fortemente influenciada pela desconfiança relativa ao ambiente econômico de instabilidade.

Estas consequências adversas, além de interromper o crescimento de importantes indicadores macroeconômicos – o Produto Interno Bruto (PIB) e as exportações¹ – dificultaram a capacidade de reação do mercado interno, desaquecendo o nível de atividade da economia.

¹ Segundo informações do Ipeadata (2009), tem-se que, no mês crucial para a crise econômica e financeira mundial (setembro de 2008), as exportações brasileiras tinham sido da ordem de US\$ 20.017 milhões e daí até fevereiro de 2009 foram sistematicamente reduzidas, quando se registrou seu menor valor, de US\$ 9.586 milhões. A partir de março do atual ano, as exportações comercializadas voltaram a crescer e os dados de outubro já revelam um total de US\$ 14.082 milhões, sinalizando um cenário de recuperação.

**Gráfico 1**

Variação do PIB trimestral em relação ao trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)
Países selecionados – 2008.III-2009.II

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas/Coordenação de Contas Nacionais (estimativas do Brasil) e Bloomberg (estimativas dos demais países).

Elaboração SEI/CAC/Copes.

(*) Taxa anualizada.

As variações do PIB trimestral em relação ao trimestre anterior, no Gráfico 1, são um exemplo de como a crise afetou as economias do Brasil, dos EUA e de alguns dos principais países europeus desenvolvidos. Neste aspecto, o Brasil é o país que, já no primeiro trimestre de 2009, apresenta um quadro de recuperação mais rápido do crescimento de seu PIB.

No período de contração da economia brasileira, devido aos efeitos da crise (quarto trimestre de 2008 e meses iniciais de 2009), o mercado de trabalho refletiu esse movimento com o fechamento de postos de trabalho com carteira assinada.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) demonstram como os saldos de empregos formais celetistas² do Brasil diminuíram significativamente a partir de outubro de 2008 (61.401) em relação ao mesmo mês do ano anterior (205.260). De novembro de 2008 a janeiro de 2009, a situação se agravou com a eliminação de, respectivamente, 40.821, 654.946 e 101.748 vagas com carteira assinada.

Para combater os danos econômicos causados pela crise, o governo federal adotou uma série de medidas³, que foram replicadas pelas esferas estaduais e municipais. Conforme sublinhou Sicsú (2009b), tais medidas visavam ampliar a liquidez e o crédito e impulsionar os gastos públicos e privados.

Dentre as medidas de ampliação da liquidez e do crédito, ressalta-se a realizada pelas instituições financeiras públicas – a Caixa Econômica Federal, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Brasil –, que aumentou a liberação do crédito direcionado para segmentos específicos da economia, como, por exemplo, o comércio.

No que se refere, exclusivamente, às medidas que envolvem os gastos públicos, destacam-se a realização de projetos previstos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

² O saldo expressa a diferença entre o total de admissões e de desligamentos de trabalhadores movimentados pelos estabelecimentos mensalmente.

³ Além das listadas a seguir, outras medidas foram tomadas e estão contidas no corpo do texto: "(i) aumento real superior a 6% do salário mínimo que começou a ser pago a partir de março – cabe lembrar que 2/3 dos benefícios da previdência têm valor de um salário mínimo; (ii) todos os benefícios pagos pela previdência cujo valor é superior a um salário mínimo foram reajustados de acordo com a inflação passada – ou seja, não houve perda de poder de compra de 2008 para 2009; (iii) criação de duas novas alíquotas de imposto de renda sobre a pessoa física – o que fez aumentar de forma significativa a renda disponível; (iv) redução da meta de superávit primário anual, anteriormente, estabelecida em 4,3% do PIB para 2,5% e (v) manutenção/ampliação dos gastos públicos com pessoal e atividades-finais do Estado brasileiro." (SICSÚ, 2009b, p. 1).

A Bahia, assim como o Brasil, teve sua economia afetada pela crise mundial, implicando a retração do nível de atividade em diversos setores produtivos

e a manutenção e elevação dos programas sociais (área habitacional) e assistenciais (Bolsa-família). No tocante aos gastos privados, ressalta-se a desoneração fiscal por meio da redução e até isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para segmentos da indústria de veículos automotivos e da linha de eletrodomésticos da linha branca.

Essa intervenção do Estado, aliada à recuperação do cenário externo e aos fundamentos econômicos consistentes do país, contribuíram para que a crise econômica e financeira tivesse impactos relativamente menores no Brasil do que em outros países. A partir do terceiro trimestre de 2009, já começou a haver sinalização de melhora em seus indicadores macroeconômicos.

A Bahia, assim como o Brasil, teve sua economia afetada pela crise mundial, implicando a retração do nível de atividade em diversos setores produtivos. No ano de 2009, o desempenho econômico do estado foi, basicamente, comprometido nos primeiros meses. Dado que este ano tem apresentado um comportamento atípico da economia baiana, será importante diagnosticar como isso foi absorvido pelo segmento formal celetista de seu mercado de trabalho.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO EMPREGO CELETISTA DA BAHIA EM 2009

De acordo com os dados do Caged (BRASIL, 2009), a Bahia criou 54.740 empregos⁴ formais no período acumulado

⁴ Este saldo é o resultado da expressiva movimentação de trabalhadores nos nove primeiros meses de 2009, compreendendo a diferença entre 473.828 admitidos e 419.088 demitidos.

dos nove primeiros meses deste ano, tendo o estado nordestino apresentado o saldo mais expressivo. Entretanto, quando se observa o resultado de 62.946 postos para o mesmo período no ano de 2008, que também foi o maior resultado da região Nordeste, percebe-se que houve uma queda de 13,0%.

Conforme já observado, essa diminuição do ritmo de crescimento dos empregos celetistas em 2009 é uma das consequências da crise, visto que, por causa dela, se criou um ambiente econômico mais instável.

Devido à queda do ritmo de crescimento do PIB, e influenciados pelas expectativas negativas dos agentes econômicos, os empresários dispensaram mais empregados do que admitiram, como uma reação à redução da demanda agregada.

A evidência dessa ação está no saldo negativo do mês de janeiro de 2009, quando 917 postos foram eliminados, contra 2.714 vagas abertas no mesmo mês do ano anterior. Ademais, a criação de emprego celetista de fevereiro a junho deste ano foi inferior à do mesmo período em 2008, conforme pode se perceber no Gráfico 2.

Dentre as unidades da Federação, mais o Distrito Federal, a Bahia ocupou a sexta posição mais relevante quanto a empregos celetistas criados nos nove primeiros meses de 2009. São Paulo (329.946), Minas Gerais (99.493), Paraná (75.610), Goiás (61.231) e Rio de Janeiro (55.316) destacaram-se com os maiores saldos.

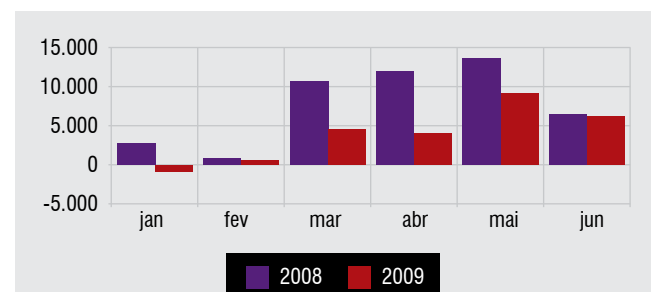


Gráfico 2
Total de saldos de empregos celetistas
Bahia – fev./jun. 2009

Fonte: MTE/Caged. Sistematização dos dados e cálculos próprios.

Em 2008, a comparação interestadual revelou que, além dos estados já citados em 2009⁵, o Rio Grande do Sul (101.323) e Santa Catarina (88.926) também tiveram desempenhos mais elevados que os 62.946 da Bahia. A melhor posição ocupada por estes estados no ano de 2008 fez com que a Bahia se classificasse em 8º lugar. Assim, a despeito de o saldo de 2008 ter sido maior que o de 2009, a Bahia teve um posicionamento superior no presente ano, na comparação com os demais estados.

Com base na distribuição intraestadual do saldo de empregos baianos nos nove primeiros meses de 2009, Tabela 1, nota-se que o interior do estado foi o espaço principal das contratações formais com carteira assinada, correspondendo a 28.558 ou 52,2% do total gerado no estado. Na Região Metropolitana de Salvador (RMS), por sua vez, foram abertas 26.182 vagas ou 47,8%.

Tabela 1
Total e distribuição percentual dos saldos de empregos celetistas
Bahia, RMS e interior do estado – jan./set. 2008/2009

Composição intraestadual	2008		2009	
	Total abs.	%	Total abs.	%
Bahia	62.946	100,0	54.740	100,0
RMS	26.584	42,2	26.182	47,8
Interior do estado	36.362	57,8	28.558	52,2

Fonte: MTE/Caged. Sistematização dos dados e cálculos próprios.

Em 2008, o interior do estado também foi o responsável pela geração mais expressiva – com 36.362 novos empregos – representando 57,8% do total de postos com carteira assinada criados na Bahia. As 26.584 novas vagas que tinham sido abertas na RMS equivaliam a 42,2%.

A distribuição dos empregos celetistas entre o interior do estado e a RMS foi mais equilibrada em 2009 do que no ano anterior. Isso ocorreu porque a diferença foi reduzida entre os saldos dos municípios do interior do estado e os da RMS neste período, com a queda mais acentuada dos empregos criados no primeiro espaço, de - 21,5% contra -1,5% do segundo.

Deve-se sublinhar que os resultados da RMS indicam a grande influência que essa região exerce no mercado de trabalho formal celetista da Bahia. A RMS é formada por apenas dez municípios, que respondem por quase 50,0% do total de postos gerados em um estado composto por 417 municípios.

A existência de poucas cidades de médio porte no estado, associado ao dinamismo econômico da RMS, são fatores que, certamente, determinam a distribuição intraestadual dos empregos.

Os municípios que mais geraram postos de trabalho celetistas na Bahia em 2009 foram Salvador (21.135), Juazeiro (4.834) e Feira de Santana (3.593); aqueles que mais eliminaram empregos foram Dias D'Ávila (-681), Mata de São João (-438) e Porto Seguro (-389).

É preciso mencionar que o saldo do município de Salvador foi crucial para a geração de empregos da RMS em 2009, representando 80,7% deles. Ademais, teve uma importância significativa de 38,6% para o resultado da Bahia.

De fato, Salvador é o município que se sobressai em toda a série histórica do Caged, ratificando o papel centralizador que possui na criação de novas oportunidades de trabalho com carteira assinada, por ter o maior mercado de trabalho, a maior população, a maior economia e por ser a capital e sede política e administrativa do estado.

Ao analisar a distribuição setorial dos saldos de empregos celetistas da Bahia, segundo a Tabela 2, pode-se constatar que, em 2009, assim como em 2008, a dinâmica das contratações

A existência de poucas cidades de médio porte no estado, associado ao dinamismo econômico da RMS, [...] determinam a distribuição intraestadual dos empregos

⁵ Os principais saldos de empregos criados no ano de 2008 pertenciam a São Paulo (797.660), Minas Gerais (282.143), Paraná (154.896), Rio de Janeiro (142.151) e Goiás (82.737).

formais pertencia principalmente aos Serviços e à Construção civil que, juntos, abriram 35.907 vagas ou 65,6% do total.

Nos Serviços, o subsetor mais dinâmico foi o de Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos, que respondia por 44,8% do total de empregos criados neste setor.

Na Construção civil, as políticas de habitação e outras ações do estado, tais como obras de saneamento e de infraestrutura, acrescidas da dinâmica dos empreendimentos imobiliários, sobretudo na cidade de Salvador, interferiram diretamente no crescimento do emprego.

A Indústria de transformação⁶ e o Comércio⁷ também registraram resultados positivos significativos, respectivamente, de 6.609 e 6.285 postos. Em seguida, a Agropecuária respondeu pela abertura de 5.413 vagas. A Administração pública foi o único setor com saldo negativo, implicando a eliminação de 162 empregos.

Algumas diferenças devem ser pontuadas quando se comparam as estruturas setoriais dos saldos de empregos da Bahia desses dois anos. A primeira delas é que, em 2008, era a Agropecuária que possuía o terceiro maior saldo, sendo seguida pela Indústria de transformação e pelo Comércio. A segunda diferença é que, em 2008, não houve setor com saldo negativo. A terceira, é que, entre esses dois anos, registrou-se uma diminuição do saldo em, praticamente, todos os setores, exceto nos Serviços industriais de utilidade pública e na Construção civil.

As informações dos saldos de empregos celetistas, segundo o tamanho do estabelecimento⁸, Tabela 3, revelam que as novas oportunidades de trabalho formais na Bahia

Tabela 2
Total e distribuição percentual do saldo de empregos celetistas, segundo os setores de atividade econômica – Bahia – jan./set. 2008/2009

Setores de atividade econômica	Total de admitidos	Total de desligados	Saldo (adm.-deslig.)	%
Janeiro a setembro de 2008				
Total	473.321	410.375	62.946	100,0
Extrativa mineral	2.011	1.449	562	0,9
Indústria de transformação	61.081	50.506	10.575	16,8
Serviços ind. e de util. pública	1.993	1.692	301	0,5
Construção civil	76.709	64.871	11.838	18,8
Comércio	95.538	86.715	8.823	14,0
Serviços	158.492	139.507	18.985	30,2
Administração pública	1.975	1.238	737	1,2
Agropecuária	75.522	64.397	11.125	17,7
Janeiro a setembro de 2009				
Total	473.828	419.088	54.740	100,0
Extrativa mineral	1.993	1.971	22	0,0
Indústria de transformação	58.573	51.964	6.609	12,1
Serviços ind. e de util. pública	2.607	1.941	666	1,2
Construção civil	78.633	60.941	17.692	32,3
Comércio	99.382	93.097	6.285	11,5
Serviços	161.771	143.556	18.215	33,3
Administração pública	1.290	1.452	-162	-0,3
Agropecuária	69.579	64.166	5.413	9,9

Fonte: MTE/Caged. Sistematização dos dados e cálculos próprios.

foram criadas, predominantemente, pelas microempresas em 2009. Neste ano, 79,4% dos empregos gerados na Bahia pertenciam às microempresas. Os estabelecimentos desse porte estão ligados a setores intensivos em trabalho, pois, quando ocorre expansão da atividade produtiva privilegia-se contratar pessoas em detrimento de capital (máquinas, equipamentos, instalações e matérias-primas). Em 2009, 37,2% das microempresas baianas pertenciam aos Serviços, 25,4%, à Construção civil e 23,7%, ao Comércio. Assinale-se que, em 2008, os estabelecimentos desse porte também lideravam a abertura do total de vagas do estado, representando 77,9% delas.

As médias e grandes empresas, da mesma forma, registraram saldos positivos de empregos com carteira assinada em 2009, equivalendo a, respectivamente, 0,4% e 27,6% do saldo final baiano. As pequenas empresas foram as únicas que tiveram saldo negativo, reduzindo 4.090 postos de trabalho celetistas.

⁶ Contudo, mesmo com essa quantidade de empregos criados em 2009, a Indústria de Transformação foi um dos setores que mais retraiu suas atividades por causa da crise, sendo um dos que mais fechou vagas celetistas na Bahia. De acordo com Nascimento (2009), este setor foi mais influenciado negativamente pela crise internacional por ter sido afetado diretamente pela redução da demanda mundial, que comprometeu as transações internacionais e, portanto, as exportações brasileiras.

⁷ Para maiores informações sobre a geração de vagas celetistas neste setor, consultar o Boletim Especial do Caged (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2009), disponível no site da SEI.

⁸ A classificação de tamanho do estabelecimento escolhida considera o número de trabalhadores para definir o porte das empresas. Baseia-se na divisão proposta pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para classificar o tamanho de empresas ligadas aos setores de Comércio e Serviços.

As médias e grandes empresas, [...] registraram saldos positivos de empregos com carteira assinada em 2009, equivalendo a, respectivamente, 0,4% e 27,6% do saldo final baiano

Ao observar o saldo dessas empresas no ano de 2008, deve-se enfatizar que em nenhuma delas houve perda de empregos, ou seja, todos os saldos foram positivos. Acrescente-se que os saldos do ano passado também eram maiores do que os de 2009, excetuando as grandes empresas que tiveram um saldo menor, de 11.886 contra 15.108 postos.

Na comparação desses dois últimos anos, o que mais chamou a atenção foi a acentuada queda de 914 para -4.090 empregos celetistas nas pequenas empresas, o que equivale a uma taxa negativa de 547,5%. Decerto, os estabelecimentos baianos de pequeno porte foram os mais atingidos pela crise econômica e financeira, comprometendo sua demanda por mão de obra. Segundo dados do cadastro, estes postos de trabalho foram, quase todos, eliminados no Comércio.

De acordo com as informações que detalham o perfil dos empregados celetistas contratados na Bahia em 2009, Tabelas 4, 5 e 6, nota-se que a dinâmica da geração de postos de trabalho celetistas na Bahia foi, principalmente, atribuída aos indivíduos do sexo masculino (70,7%), com 18 a 24 anos de idade (63,5%) e que tinham completado o curso médio (48,7%).

Comparativamente a 2008, percebe-se que houve uma manutenção desse perfil, pois o mercado de trabalho formal também era composto, majoritariamente, por trabalhadores celetistas homens (69,5%), de 18 a 24 anos (63,7%), com o nível de ensino médio completo (45,6%).

Tabela 3
Total e distribuição percentual do saldo dos empregos formais celetistas, segundo o tamanho do estabelecimento*
Bahia – jan./set. 2008/2009

Tamanho do estabelecimento	2008		2009	
	Total abs.	%	Total abs.	%
Total	62.946	100,0	54.740	100,0
Microempresas	49.042	77,9	43.483	79,4
Até 4	47.981	76,2	46.021	84,1
De 5 a 9	1.061	1,7	-2.538	-4,6
Pequenas empresas	914	1,5	-4.090	-7,5
De 10 a 19	-285	-0,5	-3.096	-5,7
De 20 a 49	1.199	1,9	-994	-1,8
Médias empresas	1.104	1,8	239	0,4
De 50 a 99	1.104	1,8	239	0,4
Grandes empresas	11.886	18,9	15.108	27,6
De 100 a 249	6.298	10,0	3.906	7,1
De 250 a 499	2.832	4,5	5.879	10,7
De 500 a 999	3.565	5,7	2.832	5,2
1000 ou Mais	-809	-1,3	2.491	4,6

Fonte: MTE/Caged. Sistematização dos dados e cálculos próprios.

* O tamanho do estabelecimento é definido pelo número de empregados.

Entre esses dois anos, a diminuição do saldo final resultou de uma queda generalizada no nível do emprego celetista, qualquer que seja o atributo pessoal selecionado.

Com relação ao sexo, Tabela 4, os saldos dos empregados masculinos decresceram 11,6% e os das mulheres 16,4%. Logo, essa maior diminuição do nível do emprego feminino fez com que ocorresse um aumento relativo da participação dos homens no total do saldo de empregos em 2009.

No caso da faixa etária, Tabela 5, observou-se redução do nível do emprego celetista nos saldos de todos os

Tabela 4
Total e distribuição percentual do saldo de empregos celetistas, segundo o sexo
Bahia – jan./set. 2008/2009

Sexo	2008		2009	
	Total abs.	%	Total abs.	%
Total	62.946	100,0	54.740	100,0
Masculino	43.771	69,5	38.713	70,7
Feminino	19.175	30,5	16.027	29,3

Fonte: MTE/Caged. Sistematização dos dados e cálculos próprios.

grupos de idade, excetuando aqueles com até 17 anos, que teve um acréscimo de 16,8%. No Caged, este grupo etário compreende as pessoas entre 14 e 17 anos de idade, que são contratadas como trabalhadores menores aprendizes e estagiários.

É provável que o crescimento do emprego para esta faixa de idade esteja diretamente relacionado à legislação do menor aprendiz, que integra os contratos de aprendizagem profissional previstos pelo programa Primeiro Emprego. Segundo a Lei 10.097/00⁹, os estabelecimentos, que possuem trabalhadores que requerem formação profissional, estão obrigados a empregar aprendizes em uma quota que varia entre 5% e 15% do total de quadro de pessoal.

Tabela 5
Total e distribuição percentual do saldo de empregos celetistas, segundo a faixa etária
Bahia – jan./set. 2008/2009

Faixa etária	2008		2009	
	Total abs.	%	Total abs.	%
Total	62.946	100,0	54.740	100,0
Até 17 anos	2.485	3,9	2.903	5,3
18 a 24 anos	40.119	63,7	34.737	63,5
25 a 29 anos	10.591	16,8	10.291	18,8
30 a 39 anos	8.185	13,0	7.129	13,0
40 a 49 anos	2.945	4,7	2.073	3,8
50 a 64 anos	-940	-1,5	-1.788	-3,3
65 ou mais anos	-406	-0,6	-600	-1,1
Ignorado	-33	-0,1	-5	0,0

Fonte: MTE/Caged. Sistematização dos dados e cálculos próprios.

A criação de oportunidades de trabalho do grupo mais representativo do mercado de trabalho formal celetista da Bahia, ou seja, dos trabalhadores jovens (18 a 24 anos de idade) foi restringida em 13,4% entre os anos de 2008 e 2009. Já os empregados formais com 50 a 64 anos de idade registraram a queda mais acentuada, de 90,2%.

No que concerne ao grau de escolaridade, Tabela 6, nota-se que, à exceção dos empregados celetistas com curso médio incompleto (taxa de crescimento de

5,7%), todos os trabalhadores – independentemente do nível de instrução que possuíam – foram menos solicitados no segmento formal do mercado de trabalho baiano em 2009.

É preciso assinalar dois movimentos importantes dos postos de trabalho com carteira assinada na Bahia, com relação à formação escolar. O primeiro reflete o progressivo aumento da escolarização formal da população baiana, posto que, no período destes dois anos, o nível do emprego dos trabalhadores formais analfabetos sobressaiu-se pela maior taxa negativa, de 40,8%. A evidência da diminuição da participação de pessoas analfabetas no total do saldo de empregos (passou de 1,6% em 2008 para 1,1% em 2009) é um efeito também da maior exigência por parte dos empresários de conhecimentos ligados à instrução escolar.

Todavia o segundo movimento de diminuição dos empregos gerados que exigem educação superior incompleta e completa indica que os empregos que requerem conhecimentos educacionais mais elevados estão sendo preteridos no mercado de trabalho formal baiano entre 2008 e 2009.

Ressalte-se que os empregos destinados aos trabalhadores com curso médio completo, nível de escolaridade mais significativo no mercado de trabalho formal da Bahia, registrou a menor retração do ritmo de crescimento de suas contratações, de 7,1%.

Tabela 6
Total e distribuição percentual do saldo de empregos celetistas, segundo o grau de escolaridade
Bahia – jan./set. 2008/2009

Grau de escolaridade	2008		2009	
	Total abs.	%	Total abs.	%
Total	62.946	100,0	54.740	100,0
Analfabeto	1.010	1,6	598	1,1
Ensino fundamental incompleto	16.636	26,4	12.984	23,7
Ensino fundamental completo	4.443	7,1	3.747	6,8
Ensino médio incompleto	4.591	7,3	4.854	8,9
Ensino médio completo	28.693	45,6	26.650	48,7
Educação superior incompleta	2.058	3,3	1.381	2,5
Educação superior completa	5.515	8,8	4.526	8,3

Fonte: MTE/Caged. Sistematização dos dados e cálculos próprios.

⁹ Lei ordinária Nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 (BRASIL, 2009).

Analisando-se a distribuição dos saldos de empregos celetistas, segundo a faixa salarial, Tabela 7, no ano de 2009, percebe-se que os salários pagos ao total de empregados baianos concentravam-se nos menores níveis de rendimento. Nesse sentido, 37.019 trabalhadores formais contratados ou sua expressiva maioria (67,6%) auferiam remunerações de 0,51 a 1,0 salário mínimo. De modo contrário, houve eliminação dos postos que tinham faixas salariais superiores a 2,0 salários mínimos.

Embora o nível de emprego com carteira assinada na Bahia venha registrando uma trajetória de retomada do crescimento no ano de 2009, esta concentração dos postos criados nos estratos inferiores de remuneração surpreende por se afastar do que se espera das contratações formais¹⁰, sendo, antes, uma característica comum ao segmento informal do mercado de trabalho. A abertura de vagas celetistas nos níveis salariais mais baixos em consonância com o fechamento dos postos que possuíam remunerações mais elevadas constitui-se em um tipo de precarização do mercado de trabalho formal na Bahia.

A comparação do padrão salarial proveniente do trabalho celetista no ano de 2009 com o de 2008 evidencia um quadro de rebaixamento do nível de remuneração destes empregos na Bahia. Tal quadro é exacerbado pela ampliação de 75,5% de postos com carteira assinada fechados nos estratos acima de 2,0 salários mínimos.

Apesar de ter havido uma variação negativa de 5,9% nos saldos das faixas de 0,51 a 1,0 e de 1,01 a 2,0 salários mínimos, os empregos criados nestas faixas salariais aumentaram sua participação no saldo total de 2009.

A explicação desse movimento é que a variação negativa de 5,9% destas faixas foi inferior à taxa de -13,0% do saldo final da Bahia nesse referido ano. Os anos anteriores de 2006 e 2007 não registraram essa perda tão grande de postos nas faixas a partir de 2,01 salários mínimos, demonstrando que entre 2008 e 2009 os empregados auferiram rendas menores devido à crise mundial.

Tabela 7
Total e distribuição percentual do saldo de empregos celetistas, segundo a faixa mensal salarial
Bahia – jan./set. 2008/2009

Faixa salarial mensal	2008		2009	
	Total abs.	%	Total abs.	%
Total	62.946	100,0	54.740	100,0
Até 0,5 salário mínimo	957	1,5	1.930	3,5
De 0,51 a 1,0 salário mínimo	40.619	64,5	37.019	67,6
De 1,01 a 2,0 salários mínimos	28.916	45,9	28.441	52,0
De 2,01 a 5,0 salários mínimos	-4.468	-7,1	-9.269	-16,9
De 5,01 a 10,0 salários mínimos	-1.934	-3,1	-2.292	-4,2
Mais de 10 salários mínimos	-945	-1,5	-1.334	-2,4
Ignorado	-199	-0,3	245	0,4

Fonte: MTE/Caged. Sistematização dos dados e cálculos próprios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, a análise dos dados do Caged permitiu mensurar algumas características recentes do mercado de trabalho formal celetista na Bahia. A variável faixa salarial evidenciou sua principal fragilidade (saldos com níveis muito baixos de remuneração), tão presente nas ocupações informais da economia.

Em 2009, a Bahia apresentou um saldo de empregos formais que totalizava, até o mês de setembro, um nível de contratações inferior ao do mesmo período do ano anterior.

Deve-se observar, no entanto, que de janeiro a setembro de 2008 a crise econômica mundial ainda não tinha sido deflagrada de forma intensa e, por isso, o bom desempenho econômico da Bahia¹¹ alavancava a geração de postos formais com carteira assinada.

Com efeito, o comportamento do emprego celetista baiano foi afetado pela perda de dinamismo na abertura de novas oportunidades de trabalho em todos os seus segmentos de atividade, com pequenas exceções, conforme os dados expostos anteriormente.

¹⁰ Os empregos formais são tidos como aqueles que têm maior qualidade, por conferir ao trabalhador uma série de direitos e garantias, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ter os salários mais elevados e condições mais adequadas de realização das atividades, com jornada de horas trabalhadas regulamentada.

¹¹ Segundo Silva e Pessoti (2009), as taxas de crescimento do PIB trimestral da Bahia (variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior) tiveram a seguinte conformação: em 2008.1 ou no primeiro trimestre desse ano correspondiam a 5,6%; em 2008.2, a 6,2%; em 2008.3, a 6,2%; e 2008.4, a 1,3%. Os autores ressaltam que estas estimativas estão sujeitas a retificação.

Embora as consequências negativas sobre o nível do emprego baiano, em decorrência da crise mundial, ainda estejam sendo captadas em 2009, elas se revelaram de forma mais intensa, segundo o Caged (BRASIL, 2009), basicamente no primeiro trimestre desse ano e tendem a ser diluídas com os possíveis resultados positivos dos próximos meses, especificamente outubro e novembro¹².

As expectativas para o volume de empregos celetistas que serão gerados nesse ano são positivas, sendo impulsionadas pela política econômica brasileira de estímulo à demanda agregada no curto prazo. Esta política tem provocado, dentre outras consequências, uma redução gradual da taxa de juros, o aumento do consumo e dos investimentos, a ampliação e execução dos projetos previstos no PAC, a retomada do crédito ao consumo, deixando para trás o cenário adverso da conjuntura nacional de 2008¹³.

Alguns sinais dessa política já estão sendo demonstrados pela recuperação do nível de atividade em alguns setores baianos, como é o caso do Comércio e da Construção civil, o que, certamente, promoverá acréscimos no nível de empregos.

Com isso e reforçado pelas possibilidades de ampliação da abertura de vagas com carteira assinada nos outros setores, tais como os Serviços e a Construção civil, a perspectiva é de que o saldo de empregos ao final do ano de 2009 pelo menos se aproxime dos 40.922 postos obtidos ao final do ano de 2008.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10097.htm. Acesso em: 4 nov. 2009.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS – CAGED. Brasília: MTE, set. 2009. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em: 5 nov. 2009.

BOLETIM MENSAL DO CAGED. Salvador: SEI, ago. 2009. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 10 nov. 2009.

IPEADATA. Brasília, nov. 2009. www.ipea.gov.br. Acesso em: 2 nov. 2009.

NASCIMENTO, Carla do. Efeitos da crise financeira internacional no nível de atividade econômica. *Conjuntura & Planejamento*. Salvador, n. 162, p. 6-11, jan./mar. 2009.

PIB ESTADUAL TRIMESTRAL. Tabelas e gráficos. Salvador: SEI, jun. 2009. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 8 nov. 2009.

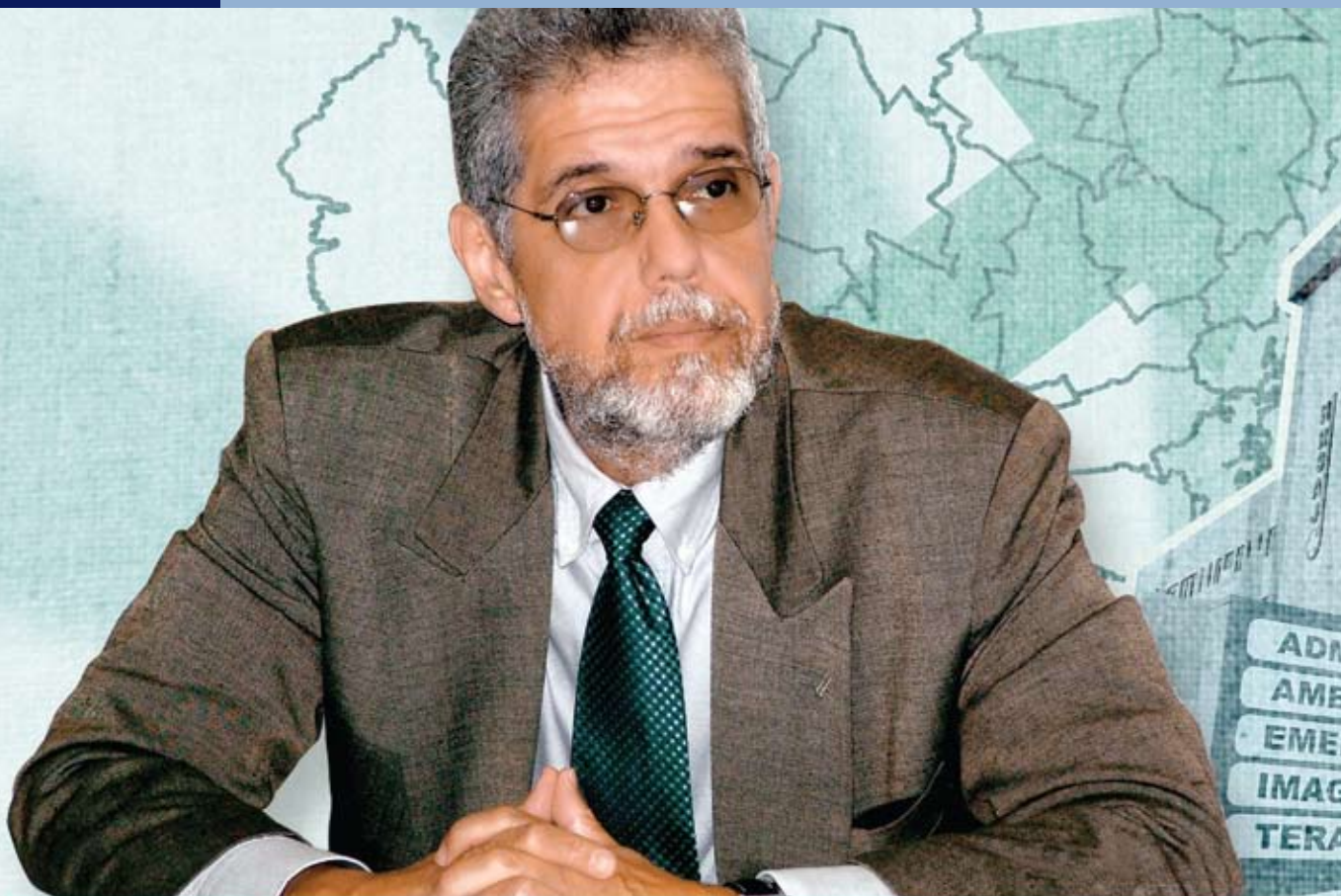
SICSÚ, João. Medidas anticrise e perspectivas 2009. *Conjuntura & Planejamento*. Salvador, n. 162, p. 12-13, jan./mar. 2009a.

_____. PIB cresceu 1,9%: a crise era um V. *Jornal do Brasil*, São Paulo, set. 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 4 nov. 2009b.

SILVA, Denis Veloso da; PESSOTI, Gustavo Casseb. PIB arrefece no quarto trimestre, mas economia baiana registra crescimento de 4,8% em 2008. *Conjuntura & Planejamento*. Salvador, n. 162, p. 28-35, jan./mar. 2009.

¹² Segundo o Boletim Mensal do Caged, de agosto de 2009, a Bahia vem contabilizando saldos positivos desde o mês de fevereiro. Estes saldos foram progressivamente maiores entre os meses de junho a agosto, equivalendo a, respectivamente, 6.119, 9.792 e 11.085 empregos com carteira assinada. Entretanto, em setembro, houve uma pequena queda do saldo, que ficou em 10.765 postos. Seguindo esta tendência, espera-se que os resultados de outubro e novembro também sejam positivos. O mês de dezembro tem um comportamento, tradicionalmente, negativo no cadastro, de eliminação de postos celetistas.

¹³ O contexto conjuntural em 2008 ficou desfavorável para a criação de empregos, porque, com a crise mundial, a demanda interna foi desaquecida e o crescimento econômico nacional foi retraído, tendo como algumas de suas causas as condições externas adversas e a desaceleração acentuada das economias internacionais.



Entrevista **JORGE SOLLA** **Saúde como vetor de desenvolvimento**

Desde que assumiu a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, em 2007, o médico pesquisador do Instituto de Saúde Coletiva (ISC/UFBA), Jorge Solla, dedica sua experiência a sanar uma das áreas mais complexas e essenciais do Governo do Estado. Ex-secretário Municipal de Saúde de Vitória da Conquista (BA), Solla passou pela vice-presidência Nordeste do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde e era secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde antes de assumir a pasta



do estado da Bahia num contexto definido por ele como “extremamente desastroso”. Nesta entrevista à revista C&P, ele conta como a saúde vem tendo um tratamento prioritário nesta gestão: “Eu tenho dito que falar que a saúde é prioritária não basta. Você tem que traduzir isso em termos de alocação de recursos financeiros, decisão política, articulação dos vários órgãos de governo para transformar a prioridade de discurso em ação”. Ele fala ainda sobre os modelos de gestão utilizados, os investimentos feitos e os resultados alcançados nos últimos três anos, período em que sua pasta vem cumprindo a aplicação de recursos próprios acima do limite mínimo estabelecido pela Emenda Constitucional nº 29.

Entrevista concedida em 23/12/2009

C&P – Qual foi a situação encontrada pelo senhor ao assumir a Secretaria?

Jorge Solla – Obviamente, a área de saúde é um setor que tem muitas questões que precisam ser enfrentadas. Tenho certeza que ainda temos muitos problemas para resolver e muitos caminhos para percorrer. Contudo, o balanço que a gente faz desses três primeiros anos de governo é extremamente positivo. Qualquer processo avaliativo, por natureza, tem que ter um diagnóstico inicial e um diagnóstico final para identificar o que mudou. O ponto de partida antes do governo Wagner era extremamente desastroso. Nós encontramos a secretaria com uma dívida de mais de R\$ 217 milhões, uma rede de hospitais estaduais completamente sucateada, com uma

estrutura física carente de manutenção, com problemas diversos e lacunas imensas de equipamentos. Encontramos vários leitos de UTI que não funcionavam por falta de equipamento, várias salas cirúrgicas que não tinham carro de anestesia, salas cirúrgicas em que o foco não funcionava. Então, um déficit imenso em equipamentos. Uma carência de recursos humanos gigantesca. Nós tínhamos diversos hospitais com serviços que não funcionavam integralmente porque não tinha pessoal. Além disso, uma rede que não havia acompanhado o crescimento populacional. Não tinham sido realizados investimentos para construir novos serviços nesse período. Uma cobertura de atenção básica das mais baixas do país, a mais baixa do Nordeste. Uma rede básica com ausência, inclusive, de estruturas físicas. A maior parte das unidades básicas de saúde, na maioria dos municípios, improvisada, casas alugadas, sem estrutura. E mais: além de todas essas situações de ordem estrutural, nós encontramos uma epidemia de sarampo. Esse é o ponto de partida.

C&P – Qual é a diferença entre a concepção da política de saúde implementada anteriormente e a do governo Wagner?

JS – As gestões anteriores não tinham foco nem na prevenção nem na assistência. Na verdade, não tinham a prioridade na área de saúde. A saúde nunca foi priorizada pelo governo do estado da Bahia nas gestões anteriores. Tratando agora dos resultados. A epidemia de sarampo: no primeiro mês de governo, nós tomamos isso como

um desafio, fizemos um processo de vacinação sem precedentes. Em 40 dias nós vacinamos mais do que o dobro da população vacinada no ano de 2006 inteiro. Debelamos a epidemia e estamos desde janeiro de 2007 sem nenhum caso. Se analisarmos as doenças imunopreveníveis, os resultados foram muito positivos. Ficamos entre os estados de melhor desempenho de cobertura vacinal. E para completar, a Bahia vai ser um dos dois estados do Brasil que vão antecipar a vacinação contra a meningite meningocócica. Isso de forma pioneira. É a primeira vez que a compra de vacinas é feita por entes federados estaduais, Bahia e Minas Gerais, sendo que Minas Gerais vai vacinar os menores de dois anos e a Bahia vai vacinar os menores de cinco anos. E é bom lembrar que esses não são os estados de maior ocorrência de meningite meningocócica. Os de maior ocorrência são Distrito Federal e São Paulo. Se a gente for para a atenção básica, nós tivemos também resultados invejáveis. Por exemplo, os agentes comunitários de saúde. Quando o governador Wagner assumiu, menos de 5% dos agentes comunitários de saúde na Bahia tinham os seus vínculos empregatícios regularizados, ou seja, não tinham férias, não tinham 13º, não tinham nenhum direito trabalhista. Com três anos nós já estamos com 98% dos agentes comunitários com o vínculo regularizado. Só faltam 15 municípios, dos 417, para regularizar.

C&P – Mas foi uma questão administrativa do governo anterior, faltava verba, vocês conseguiram ampliar...

JS – Não. Foi falta de prioridade para a saúde. Isso foi resolvido sem botar um tostão a mais. Foi resolvido porque nós consideramos que era prioritária a situação dos agentes comunitários. Estamos programando seleção pública para 2.500 novos agentes de endemias. Com o Saúde da Família, nós já passamos de 260 novos postos construídos em três anos. Até o final de 2010, serão mais de 400 unidades, financiadas pelo Tesouro estadual, número que nenhuma gestão anterior no estado teve, sequer próximo. No atendimento de urgência e emergência, até o final da gestão passada, encontramos o estado devendo mais de dois anos ao SAMU. Em 2007 nós pagamos o equivalente a três anos do SAMU, e já fizemos uma ampliação que levou a mais de 46% de cobertura. Na assistência farmacêutica, nós demos um salto imenso. Em 2006, o governo do estado da Bahia gastou, do Tesouro estadual, quatro mil, oitocentos e pouco reais. Não são quatro milhões, não. É isso mesmo: quatro mil, oitocentos e poucos reais. Foi todo o gasto, em 2006, do Tesouro do Estado em medicamentos básicos. No primeiro ano do governo Wagner, nós gastamos mais de 13 milhões. No segundo ano nós gastamos mais de 21 milhões.

O objetivo maior é ampliar o acesso e melhorar a qualidade da atenção prestada no estado da Bahia

Fazer gestão na área de saúde é estar sempre buscando atender as prioridades a cada momento, diante das possibilidades tecnológicas e de recursos disponíveis

E este ano nós devemos chegar a 23 milhões ou mais, só de medicamentos básicos. Implantamos o registro de preço, criamos uma relação de medicamentos essenciais, que não existia. Temos hoje um livro com a padronização de todos os medicamentos utilizados na rede, com orientações técnicas para todos os profissionais de saúde. UTI móvel, não existia uma única em nenhum hospital estadual no interior do estado. Nós compramos UTI móvel para praticamente todos os hospitais. Nós temos, pela primeira vez na Bahia, serviço aéreo. Tanto UTI aérea que nós contratamos, em situações que demandam esse serviço, como o apoio da Graer, grupamento da aeronáutica que tem uma parceria conosco e faz o deslocamento de pacientes de helicóptero. Transplante de órgãos: nós tivemos um aumento imenso de captação de órgãos para transplante. Não só aumentando a captação em Salvador, como criando a captação de órgãos nos principais polos regionais. Então, um conjunto grande de intervenções voltadas para potencializar os recursos que estão disponíveis. E o objetivo maior

é ampliar o acesso e melhorar a qualidade da atenção prestada no estado da Bahia.

C&P – Quais são os grandes desafios?

JS – Vou deixar bem claro, voltando à minha primeira conversa: não vai estar tudo resolvido até o final de 2010. Em quatro anos você não tira 40 anos de atraso. E na área de saúde, nunca você vai atender todas as necessidades. Quem tiver a pretensão de resolver todos os problemas da saúde nunca foi gestor da saúde. Ou é uma pessoa que tem um nível de ilusão muito grande. Fazer gestão na área de saúde é estar sempre buscando atender as prioridades a cada momento, diante das possibilidades tecnológicas e de recursos disponíveis. A cada momento você vai ter novas necessidades. Primeiro porque tem problema de saúde que hoje você não pode atender, mas vai surgir uma nova tecnologia que você vai precisar incorporar. Então, um sistema público e universal de saúde como o nosso atender plenamente as necessidades é impossível. Tem inclusive um autor polonês interessante que diz que qualquer política pública universal e gratuita tem um nível de demanda inesgotável. Porque quando se atende determinadas demandas, outras vão se colocar, isso é natural. Ou você percebe isso ou você não vai conseguir fazer a gestão. Em cada momento histórico você tem que – desses recursos disponíveis e das necessidades prioritárias – atender o máximo. São raros os países no mundo que têm um sistema público de saúde como o nosso, que vai

de matar mosquito a fazer transplante de órgãos, que faz todo o fornecimento de medicamento de alto custo e que tem o maior programa de vacinação do mundo, e a cada ano amplia. Ano que vem (2010) nós vamos acrescentar três novas vacinas: a meningocócica, a de pneumococos e a da gripe H1N1. Eu estava lendo agora que na Noruega, um dos países mais ricos do mundo, as vacinas contra a H1N1 e a meningocócica não são gratuitas. Em países como a Espanha, como Portugal, que têm sistemas públicos universais, há determinados procedimentos que eles não oferecem, estão excluídos. No Brasil, nós temos uma política pública de saúde que não tem limitações a priori. O sistema se propõe a cobrir tudo, para todos. Não exige nem que você seja brasileiro para ter assistência, basta estar aqui no território nacional que você passa a ter o direito. Talvez seja a política pública mais inclusiva que exista. Não há nenhuma restrição, nem de idade, nem de raça, nem de nacionalidade. Nenhum nível de exclusão. Então, pretender atender todas as necessidades em uma gestão seria uma completa insanidade. Eu acho que já conheço um pouquinho de gestão de saúde.

No Brasil, nós temos uma política pública de saúde que não tem limitações a priori. O sistema se propõe a cobrir tudo, para todos

C&P – O programa do PT sempre deu ênfase à saúde preventiva, entretanto na sua gestão grandes hospitais e outros equipamentos de saúde estão sendo construídos. Isso é devido à carência do estado?

JS – Eu tenho dito que falar que a saúde é prioritária não basta. Você tem que traduzir isso em termos de alocação de recursos financeiros, decisão política, articulação dos vários órgãos de governo para transformar a prioridade de discurso em ação. A Bahia é um dos poucos estados que em 2007, em 2008 e novamente em 2009 estão cumprindo a aplicação de recursos próprios acima do limite mínimo estabelecido pela Emenda Constitucional nº 29. Esse ano (2009), inclusive, nós vamos superar bastante o limite mínimo estabelecido constitucionalmente. Além disso, nós estamos tendo uma eficiência muito maior na aplicação dos recursos. Até o final do ano de 2010 nós já vamos ter colocado na rede 14 novos tomógrafos, em quatro anos. Um negócio que está além de qualquer expectativa de investimento. Nós vamos ampliar em mais de mil e cem o número de leitos hospitalares, isso até final de 2010, um aumento de mais de 20% em relação a toda a rede anterior. Em quatro anos, nós vamos dobrar o número de leitos de UTI comparando com todos os investimentos de toda a história da rede pública estadual de saúde. Dos 400 postos de saúde da família, 45 são unidades de pronto atendimento. Nós só tínhamos laboratório de saúde pública em Salvador e em Conquista. Agora, até o ano que vem, nós vamos ter uma rede. A meta nossa até 2011 é chegar a 26 laboratórios e até o

final do ano de 2010 serão entre dez e doze. Neurocirurgia, cardiologia de alta complexidade e oncologia, por exemplo, estão sendo expandidos para o interior do estado. Nós estamos investindo nos principais polos regionais. São cinco grandes hospitais regionais estaduais. Já inauguramos o de Irecê e o de Juazeiro. Inauguramos agora o de Santo Antônio de Jesus. No ano que vem, o Hospital da Criança, que vai ser o maior hospital público pediátrico do Nordeste. O Hospital do Subúrbio de Salvador, que vamos inaugurar completando os 20 anos do HGE. O HGE foi o último hospital público de urgência e emergência construído em Salvador e região metropolitana. O último, em 20 anos. E nós vamos inaugurar o ano que vem um novo hospital geral, o Hospital do Subúrbio, maior que o HGE, mais amplo. Então, além desses hospitais regionais de peso, nós estamos com parcerias, investindo em outros dois no extremo sul: Eunápolis e Teixeira de Freitas. E vamos começar agora, no primeiro semestre, a construção

A Bahia é um dos poucos estados que em 2007, em 2008 e novamente em 2009 estão cumprindo a aplicação de recursos próprios acima do limite mínimo estabelecido pela Emenda Constitucional nº 29

do Hospital de Seabra, o Hospital da Chapada. Então, são oito grandes hospitais públicos que estão em processo.

C&P – Essa é uma política de regionalização dos serviços de alta complexidade?

JS – Essa é uma política de regionalização não só dos serviços de alta complexidade, mas eu diria de regionalização dos serviços de saúde, e de criação de redes de saúde. Por exemplo: leitos de UTI. O extremo sul da Bahia não tinha sequer um único leito de UTI. Nós investimos, em parceria com os municípios, e agora já temos UTI adulto, pediátrica e neonatal em Teixeira de Freitas. O norte do estado da Bahia não tinha praticamente UTI nenhuma. Nós já inauguramos em Juazeiro e já estamos com um projeto avançado, em negociação com a Chesf, para implantarmos em Paulo Afonso. E já estamos preparando um projeto para implantar em Senhor do Bonfim. Isso para citar alguns exemplos. Em Guanambi estamos aumentando leitos de UTI. Em Vitória da Conquista dobramos o número de leitos de UTI adulto. Já estamos com um projeto para implantar em Itapetinga. Em Itabuna aumentamos o número de leitos. É uma política construída, para investir, para que as principais regiões do estado da Bahia recebam investimentos para aumentar a oferta. Da atenção básica até a alta complexidade.

C&P – E os investimentos acontecem nas cidades polo?

JS – Quando eu me refiro a serviços mais especializados, os investimentos têm que ser nos polos. Nós

construímos um plano diretor de regionalização do estado da Bahia, com nove macrorregiões. As sedes de macrorregião são municípios prioritários nos investimentos de alta complexidade. Você não vai sair construindo leito de UTI, serviço de alta complexidade, neurocirurgia, tratamento de câncer em qualquer cidade. São nos polos de macrorregião, nas principais referências para cada macrorregião. E os polos de microrregião têm também um tratamento diferenciado na chamada média complexidade: a oferta de urgência e emergência, de atenção hospitalar, tratamento de pronto-atendimento cirúrgico. A partir daí nós traçamos um plano de investimento que começa da atenção básica. Todos os municípios têm que ter investimento para montar uma boa rede básica. Em Salvador, construímos e entregamos 12 postos de saúde novos, que permitiram que mais de 70 equipes entrassem em atividade.

C&P – Sobre as parcerias com as prefeituras, esses hospitais também estão sendo construídos em parceria com o governo federal?

JS – As fontes de financiamento variam muito. Isso depende de cada projeto e como ele vai ser viabilizado. Se eu pegar, por exemplo, Irecê: o investimento foi praticamente todo estadual. Em Juazeiro, a maior parte foi de recursos estaduais. Já em Santo Antônio de Jesus a maior parte dos recursos foi federal. No Hospital do Subúrbio não há nenhum investimento federal, praticamente. Já o Hospital da Criança vai ser quase meio a meio. É importante lembrar

que o financiamento do SUS tem que ser feito pelas três esferas de governo: federal, estadual e municipal. Todas têm responsabilidade no financiamento do SUS. E um detalhe importante na questão do financiamento: outro dia me perguntaram como é que, com a herança da gestão passada, que deixou uma dívida de 217 milhões, deixou a rede sucateada e sem investimento, a gente conseguiu pagar a dívida toda e fazer isso tudo? Primeiro, nós estamos cumprindo a aplicação mínima estabelecida para a saúde. As gestões anteriores não fizeram. Esse é o primeiro governo do estado da Bahia que cumpre com sua obrigação de recursos próprios. Segundo, o recurso está sendo bem aplicado. Inclusive nós temos dados sobre a economia que temos feito com as concessionárias de água, luz, telefone. Racionalizamos de um lado e do outro aumentamos na compra. A Bahia, no ano passado e este ano, foi o estado com maior compra de equipamentos hospitalares para a rede estadual. Nós estamos renovando toda a nossa área de imagem nos hospitais estaduais. Nós acabamos de comprar, de uma leva só, 25 equipamentos de raio X de ponta. Até o final de 2010 serão mais 14 tomógrafos. Mas o que nós já compramos de monitores, ventiladores, carros de anestesia, mesas cirúrgicas, fotos cirúrgicas, caixa, instrumental para reequipar toda a rede. E não adianta você recuperar a estrutura física e se equipar se não houver profissionais. É a parte mais importante.

C&P – O governo pretende continuar aumentando o quadro de pessoal para operacionalizar o sistema de saúde?

JS – O governo da Bahia já contratou, nesses três anos, mais de 11 mil postos de trabalho. Apenas para os hospitais estaduais. Não estou contando contratados pelas prefeituras, não estou contando agentes comunitários, não estou contando SAMU. Estou contando somente profissionais para a rede estadual. Foram mais de 11 mil, dos quais dois mil e quinhentos concursados. O último concurso para médico foi feito há 16 anos. Eu fui concursado do penúltimo concurso que houve aqui na Bahia, e quando eu tinha praticamente acabado de fazer residência. Eu estou fazendo 25 anos de formado. Realmente, nunca houve um investimento no quadro de recursos humanos como nós estamos fazendo. Nós estamos, hoje, com mais de mil profissionais de nível superior que já concluíram ou estão concluindo cursos de especialização organizados e financiados pela Secretaria Estadual de Saúde. A Bahia nunca formou um neurocirurgião. O ano passado nós conseguimos abrir a primeira residência em neurocirurgia, em parceria com um hospital filantrópico, e agora, em 2010, nós já vamos começar a primeira residência pública em neurocirurgia, no HGE e Hospital Roberto Santos. O Roberto Santos já foi a maior escola de formação de anestesistas do Nordeste. Há alguns anos praticamente fechou. Nós encontramos "zerada" e agora estamos reabrindo o ano que vem a formação em anestesista no Hospital Roberto Santos. Nós estamos ampliando muito a oferta de bolsas, de vagas em residência médica, de residência multiprofissional.

Aprovamos um plano de cargos, carreira e vencimentos, melhoramos as gratificações, ampliamos os valores de remuneração. A remuneração média de um médico no quadro da Sesab era de mil e duzentos reais. Hoje está em três mil e seiscentos. Então, houve uma ampliação importante.

C&P – Nos países mais desenvolvidos, e também no Brasil, o setor de saúde vem ganhando peso como vetor de desenvolvimento econômico. Como o senhor avalia os impactos dos recursos financeiros vinculados à saúde na economia do Estado?

JS – Vamos pegar o exemplo de Santo Antônio de Jesus. Aquele hospital vai injetar na economia local dois milhões de reais por mês. Porque o que você gasta para construir um hospital, você gasta o mesmo no primeiro ano de funcionamento. No segundo ano já vai ser mais caro. Em um ano de

funcionamento, você coloca em custeio valor semelhante ao que você gastou para montar o hospital. Vão ser mais de 650 postos de trabalho diretos, fora os indiretos. E como a Universidade Federal do Recôncavo tem um campus de saúde lá, essa oportunidade cria o hospital escola. Com isso a turma da Universidade Federal do Recôncavo está empolgadíssima. Vai gerar mais possibilidade do campus ampliar, com novos cursos. E aí você cria um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico local. Com os investimentos que estão sendo feitos na área de saúde, o governo do estado está dando uma contribuição importante aos polos regionais da Bahia. É bom lembrar que na área de saúde, diferente da área bancária e de indústria, a incorporação tecnológica não diminuiu o número de postos de trabalho. Na ampliação do SAMU que nós fizemos o ano passado, lembro que o governador participou da solenidade e chamou a atenção dele quando a gente apresentou o número de postos de trabalho que estavam sendo criados, só com aquela ampliação, cerca de três vezes mais postos de trabalho que a maior indústria da Bahia. Então, a área de saúde tem um nível de empregabilidade imenso, com mão de obra desde profissionais de apoio, que não têm uma formação especializada, até um profissional extremamente qualificado, e que muitas vezes muda para a região, e lá ele vai contratar outras pessoas, vai comprar no comércio. Vitória da Conquista foi um exemplo disso. E Santo Antônio será também. Teixeira de Freitas está vivendo isso hoje.

Não há um modelo único de gestão no estágio atual do Sistema Único de Saúde. Nós estamos trabalhando com vários modelos

C&P – O senhor considera que há uma quebra de paradigma nesse modelo de gestão, e mais especificamente no modelo de gestão do Hospital do Subúrbio?

JS – Essa pergunta é importante. Eu diria a você que não há um modelo único de gestão no estágio atual do Sistema Único de Saúde. Nós estamos trabalhando com vários modelos. Nós temos unidades sob gestão direta, onde o estado contrata seus quadros por concurso ou seleção pública. É bom lembrar que todos os profissionais contratados de forma temporária nesta gestão fizeram seleção pública, coisa que anteriormente não existia. Então, nós temos unidades sob gestão direta, mais tradicional. Temos unidades com modelo de contrato por OS, Organização Social. Estamos lançando agora, de forma inédita, a primeira PPP de um hospital no Brasil, isso é um aspecto importante. O Hospital do Subúrbio vai ser o primeiro hospital no Brasil em regime de Parceria Público-Privada. A Espanha já fez mais de uma dúzia, e nós vamos fazer o primeiro hospital nessa modalidade. Então, nós estamos lançando a Fundação Estatal de Saúde da Família, a primeira fundação estatal no Brasil trabalhando com atenção básica em saúde, e tenho certeza que vai ser um

A área de saúde tem um nível de empregabilidade imenso, com mão de obra desde profissionais de apoio, que não têm uma formação especializada, até um profissional extremamente qualificado

O Hospital do Subúrbio vai ser o primeiro hospital no Brasil em regime de Parceria Público-Privada

sucesso. Já tenho adesão de quase 180 prefeituras nesse processo. Já estamos preparando o primeiro concurso público para mais de duas mil vagas, vai ser um sucesso. Estamos recriando a Bahiafarma, também sob a forma de fundação estatal. Nós estamos trabalhando com modelos

de gestão diferentes, sendo que cada um deles se aplica melhor numa determinada realidade.

C&P – E esse modelo de publicização, ele vai ser intensificado?

JS – Nós temos que estudar isso. Temos interesse em experimentar também a fundação estatal para a área hospitalar. Então, não vai ser com o Hospital da Criança nem com o Hospital do Subúrbio, mas quem sabe com um outro projeto, mais na frente, a gente possa vir a experimentar. Eu acho que no estágio atual que nós estamos, é preciso lançar mão dessas alternativas de gestão, e todas elas são modalidades que podem ser bem

utilizadas. É aquela história: a ferramenta não define o resultado por si só. Ela ajuda você a alcançar o resultado. Depende do objetivo com que eu estou utilizando aquela ferramenta, da intencionalidade, da aplicação adequada da ferramenta, e usar o melhor potencial que essa ferramenta pode te oferecer. Agora, paralelo a isso você tem o investimento em recursos humanos. Desses mais de mil profissionais de cursos de especialização, pelo menos metade está fazendo cursos voltados diretamente para gestão. Estamos qualificando profissionais em gestão hospitalar, em gestão regional... Tem que investir nos quadros para poder aperfeiçoar a gestão.



Transferência de renda x assistencialismo: uma análise do “agenda família”

André Silva Pomponet^A

Depois de muitas divergências e embates políticos e de estabilizar a inflação na década passada, o Brasil começa a institucionalizar suas políticas de transferência de renda e de combate à pobreza. O êxito atual em muito se deve à institucionalização dos programas, o que foge às ingerências indesejáveis e à capitalização política, articulando-se numa relação mais direta entre o Estado e os beneficiários, conforme as regras do próprio Bolsa Família. O fato, contudo, é que depois de estabilizada essa relação, a pobreza precisa ser reduzida com outros instrumentos.

Esses instrumentos são a emancipação dos pobres via políticas públicas estruturantes e de longo prazo, como as ações em educação, saúde, saneamento básico e geração de emprego e renda, entre outras. Embora existam diagnósticos bastante claros na literatura sobre o tema, os esforços políticos ainda não ganharam o devido impulso. Nesse contexto, vão surgindo questionamentos e novas propostas, entre as quais se destaca o programa “Agenda Família”, do partido Democratas, lançado em Paulo Afonso (BA), em 2009.

O objetivo do presente ensaio é justamente discutir virtudes e eventuais problemas dessa proposta, utilizando como referência a cartilha lançada pelo partido sobre o tema. Como forma de enriquecer o trabalho, é traçado previamente um panorama de como evoluíram os programas de transferência de renda a partir da década de 1990. Depois da análise dos instrumentos do programa, reflete-se sobre seu alcance para, por fim, arrematar-se com algumas considerações.

^A Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, exercendo suas funções na Secretaria do Planejamento da Bahia (Seplan). andrepomponet@hotmail.com

SURGIMENTO E EVOLUÇÃO

O Programa Bolsa Família começou a nascer na década de 1990, com base em experiências de transferência de renda em alguns municípios brasileiros. À época, o Brasil debatia a pobreza crônica que afligia dezenas de milhões de pessoas, mas as soluções apresentadas não iam além da doação de cestas básicas ou de campanhas de solidariedade como o “Natal Sem Fome”, elaborada pelo sociólogo Herbert de Souza. Depois da implementação do programa Bolsa Escola, em Brasília, pelo governo petista de Cristóvam Buarque (hoje no PDT), a iniciativa inspirou políticas semelhantes em diversas cidades brasileiras, o que culminou com a lei que instituiu o programa Bolsa Escola em 2001, no âmbito federal (BRASIL, 2001). No mesmo ano, surgiram o Vale Gás e o Bolsa Alimentação que, na campanha presidencial de 2002, foram usados visando atestar o viés social do governo Fernando Henrique Cardoso (POMPONET, 2007, p. 12), juntamente com o programa Comunidade Solidária, criado em janeiro de 1995 e que se originou com as discussões sobre fome e pobreza em 1993, com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea).

Eleito presidente em 2002, Lula unificou os programas sociais no ano seguinte no Bolsa Família, elevou a linha administrativa para eleger os beneficiários do programa – de cerca de um quarto para um terço do salário-mínimo per capita vigente no Brasil – e estabeleceu critérios para a concessão do benefício, como a frequência das crianças à escola e a manutenção do cartão de vacinação em dia

Programa Bolsa Escola, [...] inspirou políticas semelhantes em diversas cidades brasileiras, o que culminou com a lei que instituiu o programa Bolsa Escola em 2001, no âmbito federal

(POMPONET, 2007, p. 12). Houve também significativa elevação dos recursos repassados ao programa, aumentando o número de beneficiários para cerca de 12 milhões de famílias em 2009. Até maio de 2006, o programa foi ampliado com vigor – passando dos 11 milhões de famílias atendidas – o que despertou reações furiosas da oposição, que acusou o presidente de utilizar o programa para assegurar sua reeleição (POMPONET, 2007, p. 14).

Como era previsível, as críticas partiram dos setores mais conservadores da sociedade, como a Igreja Católica (MATAIS, 2006), líderes de partidos como o PFL (atual DEM) (LÍDER..., 2007) e, por outro lado, candidatos derrotados nas eleições de 2006 (RECONDO, 2006). Na batalha eleitoral, a oposição condenou o Bolsa Família e voltou atrás quando percebeu a dimensão do prejuízo eleitoral (MATAIS; GUERREIRO, 2006). Inicialmente, o argumento mais frequente era o caráter assistencialista do programa, posteriormente readaptado para evitar dúvidas do eleitorado acerca da continuidade do Bolsa Família numa eventual gestão do candidato Geraldo Alckmin (PSDB). O mote, então, evoluiu para o uso eleitoral do programa, argumentando-se que a prioridade deveria ser o estímulo ao crescimento econômico e não a acomodação da população mais pobre com iniciativas de transferência de renda.

No *front* externo, todavia, a experiência brasileira tornou-se objeto de reconhecimento crescente. A respeitável revista britânica *The Economist* classificou o programa como “inovador” no combate à pobreza (NADER, 2005); o Banco Mundial apontou que o Bolsa Família alcança parcelas da população historicamente excluídas (UMA REVOLUÇÃO..., 2007) e a pré-candidata à Casa Branca, Hillary Clinton, afirmou que se inspiraria no Bolsa Família para implementar um programa de transferência de renda semelhante nos Estados Unidos, caso fosse eleita (NERY, 2008). O programa, que hoje se expande pela América Latina e África em experiências similares, foi considerado positivo até mesmo como atenuante para a recente crise econômica, por contribuir para manter aquecidos os mercados internos em período de turbulência internacional (BIRD..., 2009).

Uma das razões do sucesso do programa reside justamente na institucionalização da assistência social no país, reduzindo a margem de capitalização política da iniciativa.

Uma das razões do sucesso do programa reside justamente na institucionalização da assistência social no país, reduzindo a margem de capitalização política da iniciativa

Ainda assim, é inegável que, no curto prazo, programas como o Bolsa Família tendem a favorecer os governantes que os implementam. O amadurecimento provocado pela discussão iniciada nos anos 1990 permitiu a adoção de um modelo que reduz a corrupção, o clientelismo e o personalismo, alcançando-se um patamar cuja percepção é mais institucional, ou seja, o que antes era um *favor*, evoluiu para a conquista de um *direito* que, ao mesmo tempo, implica em *responsabilização*, com o cumprimento das contrapartidas impostas pelo programa. Em menos de duas décadas, portanto, o Brasil vem conseguindo romper com os padrões arcaicos de assistência social vigentes desde a República Velha.

Esses avanços, no entanto, não vêm ocorrendo sem alguns lances vexatórios. Foi o que ocorreu, por exemplo, em novembro de 2006, quando o Senado aprovou um “13º salário” para os beneficiários do programa, proposto dois meses antes pelo senador Efraim Moraes (PFL-PB). Na oportunidade, o parlamentar se justificou dizendo que a gratificação natalina seria equivalente ao 13º salário que os trabalhadores recebem (MATAIS; GUERREIRO, 2006). Como benefício social não implica em vínculo trabalhista, a proposta do senador paraibano não foi adiante. Por outro lado, houve repercussão significativa em relação às fraudes detectadas, como a concessão de benefícios a servidores públicos, parentes de prefeitos e até aos próprios políticos em diversos estados do Brasil, o que acabou amplamente noticiado pela imprensa.

A conveniência política e a corrupção, todavia, não esgotam as polêmicas e divergências em torno do Bolsa

Família. Um fato ainda bastante visível é a falta de clareza quanto ao objetivo dos programas de transferência de renda. Estudos recentes, por exemplo, reconhecem impactos relevantes dos benefícios sobre a economia de municípios pequenos e pouco dinâmicos e também sobre atividades comerciais e de serviços cuja clientela é composta, principalmente, por beneficiários desses programas. A geração dessas externalidades positivas sobre as economias dos pequenos municípios, no entanto, constitui efeito secundário em relação ao objetivo primordial do Bolsa Família, que é oferecer uma compensação financeira para famílias que estão expostas à pobreza e à insegurança alimentar.

O relativamente reduzido percentual do orçamento aplicado aos programas de transferência de renda constitui um limite natural a quaisquer impulsos à acumulação. E o próprio perfil dos gastos – cuja finalidade é o consumo – também é restritivo em relação a esse raciocínio. O fato, contudo, é que, independente dos equívocos de interpretação da natureza do programa, das aguerridas batalhas pelo potencial butim eleitoral, da corrupção que é endêmica no Brasil e das resistências cultural e de classes, o Bolsa Família se consolidou como alternativa emergencial à redução das desigualdades na distribuição de renda no país.

O desafio que se coloca, então, é a implementação de políticas públicas que promovam a emancipação sustentada dos indivíduos, reduzindo a dependência dos programas de transferência de renda. Em suma, o

O relativamente reduzido percentual do orçamento aplicado aos programas de transferência de renda constitui um limite natural a quaisquer impulsos à acumulação

desafio é a implementação de políticas com mecanismos endógenos de emancipação. É o que será discutido na seção seguinte, tomando-se como referência o “Agenda Família”, anunciado pelo DEM como uma nova etapa nas políticas sociais no Brasil, o que, em tese, deveria representar esse passo, já que foi anunciado como a “terceira geração” dos programas sociais do Brasil.

PROPÓSITOS DO “AGENDA FAMÍLIA”

Ferrenho crítico dos programas sociais do Governo Lula até 2006, o PFL mudou o nome do partido para Democratas e incorporou ao discurso a temática social desde então. Em 2009, o partido lançou em Paulo Afonso (BA) o programa “Agenda Família”, com a promessa de que este representará a terceira geração dos programas sociais brasileiros (DEM..., 2009). Conforme mensagem na cartilha do programa, o objetivo é conhecer os problemas que causam a pobreza de cada família e construir soluções conjuntas. “Não podemos mais pensar em soluções mágicas e oferecê-las para as famílias.” (AGENDA FAMÍLIA, 2009).

O programa se propõe a utilizar o Cadastro Único, que serve como referência para selecionar as famílias beneficiárias do Bolsa Família e pretende atuar por meio dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), obedecendo ao seguinte ritual: aproximação junto às famílias, construção de agenda da família e concretude das propostas (AGENDA FAMÍLIA, 2009, p. 8). A proposta é que a equipe mobilizada seja composta por agentes comunitários de saúde e por um técnico de nível superior e que os agentes, individualmente, não se responsabilizem por um número superior a 250 famílias (AGENDA FAMÍLIA, 2009, p. 8).

Segundo o documento, a satisfação das necessidades de subsistência assegurada pelo Bolsa Família não deve se esgotar aí. Completada esta etapa, deve-se partir para solucionar outros problemas das famílias mais pobres, como as questões relacionadas à moradia, saúde, educação, convivência comunitária e familiar, qualificação profissional e empregabilidade. Aponta-se também que as ações devem priorizar as famílias residentes em áreas mais expostas à pobreza. Um aspecto ressaltado é a

O programa se propõe a utilizar o Cadastro Único, que serve como referência para selecionar as famílias beneficiárias do Bolsa Família e pretende atuar por meio dos Centros de Referência da Assistência Social

necessidade de se construir soluções e executá-las, cumprindo os compromissos assumidos com as famílias (AGENDA FAMÍLIA, 2009, p. 9).

O documento também exemplifica como as ações do “Agenda Família” devem ser executadas, com base em um diagnóstico hipotético. Nesse exemplo, há crianças que não possuem certidão de nascimento nem frequentam a escola, não há esgotamento sanitário, banheiro ou acesso a água potável e encanada e sequer existem degraus para a locomoção de uma idosa com problemas de saúde, além de acompanhamento judicial para uma filha da idosa citada, que se encontra presa (AGENDA FAMÍLIA, 2009, p. 12).

Como soluções propostas para esses problemas, estão a construção de degraus para garantir o acesso da idosa a seu “barraco, na favela”, aquisição de um filtro para assegurar água potável, providenciar documentos e acesso de crianças à escola e garantir à idosa acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) para maiores de 65 anos. Conforme a cartilha, a visita *in loco* para avaliar as condições da família permite a elaboração de propostas que permitam a resolução rápida dos problemas mais urgentes encontrados.

É visível que, em termos metodológicos, o “Agenda Família” se inspira em propostas existentes na vasta literatura sobre a pobreza, que vem sendo construída ao longo das últimas décadas, particularmente extraídas de países

com populações expostas à extrema penúria. No Brasil, propostas de ação semelhantes vêm sendo feitas nos últimos anos e o próprio documento do DEM, apresentado aos prefeitos da legenda, reconhece a eficácia do Bolsa Família e propõe a utilização de seus instrumentos.

Classificar o programa do DEM como nova geração dos programas sociais no Brasil, porém, é um exagero. Sobre essa afirmação pretende-se fazer algumas reflexões na seção seguinte.

EVOLUÇÃO OU ASSISTENCIALISMO?

Avançar depois da consolidação do programa Bolsa Família parece ser consenso no Brasil atual. Afinal, o programa cumpre com eficiência o papel de prover recursos para as famílias mais pobres e mais expostas à condição de insegurança alimentar e, conforme demonstram dados estatísticos, vem contribuindo, inclusive, para a redução das desigualdades sociais no país, embora em ritmo mais lento nos dois últimos anos (RIBEIRO, 2009). O programa, contudo, tem uma limitação que também parece consensual: não dispõe de mecanismos capazes de induzir, de maneira endógena, a emancipação do indivíduo da condição de pobreza (POMPONET, 2007, p. 14). Desde 2006, esse é o desafio mais claro a ser enfrentado, e os passos dados, até o momento, ainda são muito tímidos.

Desde aquela época, especialistas debatem o tema e propostas vêm sendo apresentadas para a construção de uma metodologia que permita diagnosticar com

O programa cumpre com eficiência o papel de prover recursos para as famílias mais pobres e mais expostas à condição de insegurança alimentar

Diagnósticos e ações individualizadas não se mostram maximizadores de soluções, mas geradores de paliativos que correm o risco de descambar para o assistencialismo puro e simples

precisão espacial as causas da pobreza e construir políticas públicas emancipatórias. Embora sejam complexas, as soluções passam por caminhos mais claramente visualizados em experiências ao redor do mundo, que, devidamente adaptadas à realidade brasileira, podem reduzir ou eliminar a dependência de milhões de brasileiros dos programas de transferência de renda.

Um desses caminhos parece ser a busca por soluções coletivas. O envolvimento de organizações comunitárias, associações de moradores e movimentos sociais mostra-se relevante em experiências no próprio Brasil e em países em desenvolvimento. Estabelecer vínculos apenas entre agentes de Estado e famílias, desconsiderando a força das redes sociais na redução da pobreza é um equívoco incompreensível. A própria cartilha do "Agenda Família" ressalta a necessidade da participação e do envolvimento comunitário, mas é inteiramente omissa em relação a essa articulação em seu plano de ação.

Essa forma equivocada de abordar o tema compromete a percepção de que os problemas decorrentes da pobreza afetam não apenas famílias isoladamente, mas núcleos comunitários inteiros, vinculados pela proximidade de suas residências. Nesses casos, diagnósticos e ações individualizadas não se mostram maximizadores de soluções, mas geradores de paliativos que correm o risco de descambar para o assistencialismo puro e simples. Embora reiteradamente se fale em "ouvir as pessoas" e em "soluções", o "Agenda Família" apresenta grande lacuna justamente num dos determinantes do sucesso

de iniciativas de combate à pobreza mundo afora, que é a interação entre os membros da comunidade, que coletivamente discutem, propõem e se organizam (YUNUS; JOLIS, 2006).

Engajar o Estado em todas as etapas de diagnóstico, pactuação, implementação de ações e avaliação de seus resultados é contraditório com o discurso do Estado eficiente e eficaz, aproximando-o mais do Estado paternalista de décadas atrás. Também é visível o risco de se obter diagnósticos fragmentados e pontuais e, portanto, ineficientes na resolução de problemas. A busca por articulações institucionais tem sido sinalizada como o caminho mais adequado na implementação de políticas públicas voltadas para as comunidades expostas à pobreza e à insegurança alimentar. Uma das características da condição de pobreza – de amplo conhecimento na literatura acerca do tema – é a escassez ou ausência de capital social (redes de integração ou vínculos institucionais, entre outros fatores) (KLUGMAN, 2003). Atuar na contramão dessa característica, subordinando as famílias a uma condição passiva frente às ações do governo significa inegável retrocesso.

O “Agenda Família” tem objeto bem definido – empregando cadastros existentes no Ministério do Desenvolvimento Social, metodologia que exige reparos para a implementação com sucesso –, mas peca, sobretudo, em relação a seus objetivos. Garantir a presença de crianças na escola, a vacinação infantil em dia, registrar parte da população que não dispõe de documentos ou filtro de água potável constituem finalidades que se aproximam muito mais de países que estão engatinhando ainda em políticas sociais, o que já não é o caso brasileiro. A concessão do Bolsa Família, a propósito, implica em condicionalidades que envolvem frequência escolar e vacinação infantil (LEIA..., 2003). Afirmar que não há acompanhamento talvez tenha validade e eficácia política, mas vincular essas exigências, atribuindo-as a uma “nova” geração de programas sociais não tem cabimento. Os Benefícios de Prestação Continuada (BPC), por sua vez, têm ampla divulgação junto à sociedade e não se justifica a prioridade atribuída no “Agenda Família”.

Os demais exemplos citados implicam em benefícios limitados ou muito vagos (água potável, degrau na porta

A concessão do Bolsa Família, [...] implica em condicionalidades que envolvem frequência escolar e vacinação infantil

do barraco, lazer para crianças, assistência jurídica a presa) com objetivos ambiciosos, mas indeterminados no conteúdo do documento (moradia, saúde, educação, convivência comunitária e familiar, qualificação profissional e empregabilidade). Há, portanto, um hiato entre a ambição – terceira geração de programas sociais – com as necessidades que se colocam para os mais pobres do país, como a geração de postos de trabalho, qualificação profissional, incentivos ao empreendedorismo e acesso ao crédito produtivo, suporte à agricultura familiar e efetiva qualificação das políticas públicas universais, como a Educação e a Saúde. As pretensões expostas, assim, têm alcance muito limitado junto à população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há alguns anos especialistas em pobreza no Brasil consideram que o país já atende satisfatoriamente às necessidades mais elementares de sua população pobre, por meio de programas de transferência direta de renda, como o Bolsa Família. O desafio que se coloca, desde então, é a promoção da emancipação sustentada da pobreza, de forma que se reduza a dependência de parte da população das transferências governamentais.

Anunciado com estardalhaço e com promessa de incorporação à plataforma do candidato tucano à presidência da República em 2010, o programa “Agenda Família” visualiza instrumentos adequados, mas prioriza aspectos secundários. O maior problema, porém, é o risco de eliminar as relações institucionais consolidadas no Bolsa Família, o que significa um retrocesso para o assistencialismo de décadas passadas.

Parece evidente – e os fatos demonstram – que o Brasil precisa emancipar a população dependente dos programas de transferência de renda. Para que isso ocorra, só a implementação de políticas públicas articuladas, com ênfase na qualidade da educação, pode representar avanços nos dias atuais. A “Agenda Família”, portanto, parece muito com a agenda de ontem no Brasil, inclusive com o risco de fragmentar o sistema de relações institucionalizado, fazendo-o retroceder para o personalismo assistencialista.

REFERÊNCIAS

- AGENDA FAMÍLIA. *Democratas*. Disponível em: <<http://www.democratas.org.br/download/CartilhaDEM.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2009.
- BIRD elogia o Bolsa Família no combate à crise financeira. *Folha Online*, 14 jan. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u489735.shtml>> Acesso em: 5 set. 2009.
- BRASIL. Lei 10.219/2001. Cria o programa nacional de renda mínima vinculada à escola “Bolsa Escola” e dá outras providências. Brasília, 12 abr. 2001. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.219-2001?OpenDocument&AutoFramed> Acesso em: 10 set. 2009.
- DEM escolhe Paulo Afonso para ser pioneira no programa Agenda Família. *Democratas*. Disponível em: <http://www.dem.org.br/news_view.asp?id=%7BCDFCB478-2A34-49F7-A1F8-5B111FA90C47%7D%20> Acesso em: 10 Ago. 2009.
- KLUGMAN, J. Visão geral. In: *Estratégias de Redução da Pobreza*. Washington: Banco Mundial, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n23/24621.pdf>> Acesso em: 25 abr. 2008.
- LEIA a íntegra do discurso de Lula no lançamento do Programa Bolsa Família. *Folha Online*, Brasília, 20 out. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u54596.shtml>> Acesso em: 27 set. 2007.
- LÍDER do PT defende Bolsa Família de críticas de oposicionistas. *Agência Brasil*, Brasília, 02 nov. 2006. Disponível em: <<http://www.correioweb.com.br/hotsites/eleicoes2006/noticias.htm?>> Acesso em: 20 set. 2007.
- MATAIS, Andreza. Para CNBB, Bolsa Família “vicia e acomoda”. *Folha Online*, Brasília, 17 nov. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u86805.shtml>> Acesso em: 26 set. 2007.
- MATAIS, Andreza; GUERREIRO, Gabriela. Oposição admite derrota e aponta erros na campanha de Alckmin. *Folha Online*, Brasília, 29 out. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u86102.shtml>> Acesso em: 20 set. 2007.
- NADER, Alceu. The Economist elogia o Bolsa Família, mas, no Brasil, nenhum jornal repercute. *Observatório da Imprensa*, S/I, 17 Set. 2005. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/blogs.asp?id_blog> Acesso em: 18 set. 2007.
- NERY, Natuza. Hillary quer implantar Bolsa Família nos EUA, se eleita. *Terra*, Nova Iorque, 15 Mar. 2008. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/eleicoesno-seua2008/interna/0,,OI2681332-EI10986,00.html>> Acesso em: 15 set. 2009.
- POMPONET, André. Conceitos e Preconceitos no debate sobre o Bolsa Família. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 157, p. 10-15, out./dez. 2007.
- RECONDO, Felipe. Dirceu diz que críticas ao Bolsa Família são “cegueira sectária” da oposição. *Folha Online*, Brasília, 30 jun. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u79989.shtml>> Acesso em: 22 set. 2007.
- RIBEIRO, Jéferson. Renda do trabalho influenciou na redução da desigualdade, diz IPEA. *Portal G1*. Brasília, 24 set. 2009. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1316658-5601,00-REND+DO+TRABALHO+INFLUENCI+NA+REDU+CAO+DA+DESIGUALDADE+DI+Z+IPEA.html>> Acesso em: 10 nov. 2009.
- SUPLICY, Eduardo. *Renda de Cidadania*. São Paulo: Cortez; Fundação Perseu Abramo, 2002. 368 p.
- UMA revolução silenciosa muda a vida de milhões no Brasil e no mundo. *Banco Mundial*. S/I, 22 ago. 2007. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/HOME-PORTUGUESE/EXTPAISES/EXTLACINPOR/BRAZILINPO-REXTN>> Acesso em: 22 set. 2007.
- YUNUS, Mohammed; JOLIS, Alan. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2006.

Notas sobre o emprego formal na Bahia em 2008

Laumar Neves de Souza^A
Lucas Marinho Lima^B

O presente estudo procura retratar algumas características do mercado de trabalho formal baiano no ano de 2008. Assim sendo, a análise que segue apresenta os principais resultados dos empregos formais e rendimentos para a totalidade dos celetistas e estatutários existentes na Bahia, privilegiando os aspectos geográficos e setoriais. Para dar conta dessa tarefa, recorre-se às informações disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)¹.

A razão de se utilizar essa fonte de informação decorre do fato de que ela é o mais completo levantamento que existe no Brasil sobre o mercado de trabalho formal, posto que contempla todos os vínculos formais (celetistas, estatutários, temporários e avulsos), além do que reúne um conjunto de informações sobre os estabelecimentos empregadores e permite o cruzamento de um conjunto de variáveis bastante desagregadas, chegando ao nível de municipal (5.625), classe de atividade econômica (674) e ocupações (2.432).

^A Doutor em Ciências Sociais e mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); coordenador de Pesquisas Sociais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). laumar@sei.ba.gov.br

^B Graduado em Economia pelo Instituto de Educação Superior Unyahna; técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). lucaslima@sei.ba.gov.br

¹ Trata-se de um registro administrativo criado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – Decreto nº 76.900/75 –, com fins fiscalizadores, operacionais (viabilizar o pagamento dos trabalhadores com direito ao benefício do Abono Salarial de que trata o artigo nº 239 da Constituição Federal) (BRASIL, 2009).





COMPORTAMENTO DO PIB E CRESCIMENTO DO EMPREGO

Em 2008, a economia baiana registrou uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,8%, comparativamente ao ano de 2007. Tal resultado evidenciou uma leve queda do seu ritmo de crescimento, uma vez que, em 2007, havia sido apurada uma taxa da ordem de 5,3% para esse agregado macroeconômico. Não fossem as adversidades decorrentes da crise econômica e financeira mundial deflagradas no último quadrimestre de 2008, a economia nacional teria tido uma *performance* melhor, no tocante a crescimento, certamente ultrapassando o patamar dos 6,0%.

É importante destacar que a conformação desse cenário de maior crescimento da economia baiana em 2008, *vis-à-vis* 2007, era exatamente o oposto daquele que foi esboçado no plano da economia nacional. Neste nível de espacialização, pode-se apurar a seguinte realidade: crescimento de 5,1% em 2008, ao passo que, no ano imediatamente anterior, mediu-se uma expansão de 5,7%.

Ao se ler essas informações é preciso ter em mente que, tanto no âmbito nacional quanto no estadual, foram condicionadas pela ocorrência de algumas circunstâncias, a saber: relativo dinamismo da demanda interna – fenômeno que foi favorecido pelo aumento real da massa salarial² –, provocado pela expansão das operações de crédito e pelo aumento dos investimentos.

Ao observar-se os efeitos desses movimentos sobre o mercado de trabalho baiano, percebe-se um fenômeno interessante, qual seja, o fato de que, embora essa economia tenha crescido mais em 2008 do que

² De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), observou-se que, entre 2007 e 2008, no conjunto das regiões pesquisadas, as massas de rendimentos reais de ocupados e assalariados cresceram 7,0% e 9,0%, respectivamente. Em ambos os casos, esse resultado deveu-se, principalmente, ao aumento do nível de ocupação.

No âmbito da economia nordestina, a representatividade da Bahia era [...] destacada [...], uma vez que respondia por 20,2% de toda a variação absoluta do estoque de emprego, medida entre os anos de 2007 e 2008

em 2007, é neste último ano que se detecta a maior geração de postos de trabalho formais (103.153). No ano subsequente, contabilizou-se a criação de uma quantidade de postos de trabalho menor (76.826)³ (Tabela 1). Mesmo em face dessa queda, a Bahia ainda ocupava um relativo destaque no *ranking* que classifica os estados da Federação segundo a variação absoluta do emprego formal, sendo superada apenas pelos estados de São Paulo (634.136 postos), Minas Gerais (147.980), Paraná (124.996), Rio Grande do Sul (95.467), Santa Catarina (79.804). No âmbito da economia nordestina, a representatividade da Bahia era também destacada nesse particular, uma vez que respondia por 20,2% de toda a variação absoluta do estoque de emprego, medida entre os anos de 2007 e 2008 nessa região (380.872 postos).

É digno de nota que essa geração de empregos, medida em 2008, foi a sétima mais favorável desde 1985, momento em que se tem os primeiros registros da série histórica da RAIS, ao tempo em que constitui o décimo quarto ano consecutivo de crescimento positivo do emprego no âmbito estadual.

³ Certamente, essa queda foi um dos efeitos colaterais adversos provocados pela hecatombe que atingiu a economia internacional na segunda metade de 2008. No plano da economia nacional também se verificou fenômeno semelhante, visto que, em 2008, foram gerados 1,834 milhão de postos de trabalho, ante 2,452 milhões de postos no ano anterior.

Tabela 1
Números de empregos em 31/12, variação absoluta e relativa, por ano – Bahia – 1985-2008

Ano	Nº empregos	Variação absoluta	Variação relativa (%)
1985	832.126	-	-
1986	896.328	64.202	7,72
1987	919.804	23.476	2,62
1988	917.734	-2.070	-0,23
1989	938.021	20.287	2,21
1990	922.688	-15.333	-1,63
1991	905.481	-17.207	-1,86
1992	809.611	-95.870	-10,59
1993	899.678	90.067	11,12
1994	880.773	-18.905	-2,10
1995	951.438	70.665	8,02
1996	963.818	12.380	1,30
1997	1.003.241	39.423	4,09
1998	1.062.334	59.093	5,89
1999	1.108.605	46.271	4,36
2000	1.177.343	68.738	6,20
2001	1.209.567	32.224	2,74
2002	1.309.717	100.150	8,28
2003	1.379.609	69.892	5,34
2004	1.458.315	78.706	5,70
2005	1.596.990	138.675	9,51
2006	1.681.473	84.483	5,29
2007	1.784.626	103.153	6,13
2008	1.861.452	76.826	4,30

Fonte: BRASIL (2009).

DETALHAMENTO GEOGRÁFICO

Em função dessa ampliação do emprego formal, a Bahia acumulou, no final do ano de 2008, um estoque de 1,861 milhão de postos de trabalho, contra 1,784 milhão de postos contabilizados em 2007. Isso significa dizer que, em 2008, esse estado respondia por 4,7% de todo o estoque do emprego formal existente no país (39,441 milhões), e por 26,8% do estoque de emprego nordestino. Segundo esses parâmetros, o mercado de trabalho formal baiano também ocupa uma posição destacada, uma vez que apenas os estados de São Paulo (29,7%), Minas Gerais (10,6%), Rio de Janeiro (9,4%), Rio Grande do Sul (6,4%) e Paraná (6,3%) registram percentuais maiores do que o encontrado para a Bahia.

Quando se traduz aquela variação absoluta do emprego medida para a Bahia entre os anos de 2007 e 2008,

De toda variação do estoque de emprego observada entre os anos de 2007 e 2008 na Bahia, a Região Metropolitana de Salvador (RMS) respondeu por 49,1%

para valores relativos, constata-se uma expansão da ordem de 4,3%, percentual inferior aos aferidos no plano nacional (4,9%) e regional (5,8%)⁴. Diante dessa realidade de crescimento concomitante do estoque de emprego e do PIB baiano encontra-se uma elasticidade produto do emprego de 0,90; isto significa que 1,0% de aumento do PIB provoca uma expansão de 0,90% no emprego formal. Essa elasticidade produto do emprego baiana foi ligeiramente inferior à contabilizada no plano nacional (0,96). Este número denota que, quando o PIB eleva-se em 1,0%, há um rebatimento do ponto de vista do emprego de 0,96%.

Nesse ponto, deve-se mencionar que de toda variação do estoque de emprego observada entre os anos de 2007 e 2008 na Bahia, a Região Metropolitana de Salvador (RMS) respondeu por 49,1%, ou seja, acumulou uma variação absoluta do estoque de emprego da ordem de 37.734 empregos. Isso coloca a RMS na 7ª posição no *ranking* que classifica as Regiões Metropolitanas brasileiras. Na dianteira dessa classificação vem a Região Metropolitana de São Paulo, com 380.148 empregos. Na sequência encontram-se as RMs de Belo Horizonte, com 71.748 empregos, Fortaleza, com 66.270 empregos, Recife, com 54.768 empregos, Curitiba, com 51.541 empregos, e Porto Alegre, com 40.110 empregos. Nas últimas posições figuram as RMs do Rio de Janeiro e Belém, com variações absolutas do estoque de emprego da ordem de, respectivamente, 27.837 e 25.520 empregos (Tabela 2).

⁴ Foi registrado, de 2006 para 2007, uma ampliação do estoque de emprego da ordem de 6,1%.

Tabela 2
Números de empregos em 31/12, variação absoluta
Regiões Metropolitanas brasileiras e outros*
2007 e 2008

Regiões Metropolitanas	2007	2008	Variação absoluta
Região Metropolitana de São Paulo	6.160.103	6.540.251	380.148
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1.665.625	1.737.373	71.748
Região Metropolitana de Fortaleza	701.477	767.747	66.270
Região Metropolitana de Recife	802.521	857.289	54.768
Região Metropolitana de Curitiba	1.003.054	1.054.595	51.541
Região Metropolitana de Porto Alegre	1.163.322	1.203.432	40.110
Região Metropolitana de Salvador	906.299	944.033	37.734
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	2.807.480	2.835.317	27.837
Região Metropolitana de Belém	397.366	422.886	25.520
Outros	22.000.183	23.078.643	1.078.460
Total	37.607.430	39.441.566	1.834.136

Fonte: RAIS 2008. Sistematização dos dados e cálculos próprios.

Elaboração: SEI/Dipeq/Copes.

* Inclui todo o estoque de emprego não metropolitano.

A análise da Tabela 2 permite constatar-se que foram os espaços não metropolitanos os que mais contribuíram para a formação da variação absoluta do estoque de emprego no país. Tais espaços responderam por 58,8% da referida variação — o que significa dizer que detinham 1.078.460 empregos —, ao passo que os metropolitanos se responsabilizaram pelos 41,2% restantes — o que dá 755.676 empregos.

Detalhando um pouco mais a variação absoluta do emprego contabilizada na RMS, constata-se que nem todos os municípios metropolitanos expandiram os seus respectivos estoques de emprego entre o período de tempo em foco. Os municípios metropolitanos que mais se destacaram positivamente nesse particular foram: Salvador (31.906 empregos), Camaçari (4.900 empregos), Candeias (4.012 empregos), Dias D'Ávila (1.093 empregos), Simões Filho (549 empregos), Vera Cruz (137 empregos) e Madre de Deus (55 empregos). Os municípios de Itaparica, Lauro de Freitas e São Francisco do Conde, por sua vez, se notabilizaram de modo reverso, ou seja, acusaram variações negativas dos seus estoques de empregos de, respectivamente, -120, -852 e -3.946 empregos (Tabela 3).

Tabela 3
Números de empregos em 31/12, variação absoluta
municípios da Região Metropolitana de Salvador
2007 e 2008

Municípios da RMS	2007	2008	Variação absoluta
Salvador	688.087	719.993	31.906
Camaçari	61.862	66.762	4.900
Candeias	14.141	18.153	4.012
Dias D'Ávila	14.928	16.021	1.093
Simões Filho	29.987	30.536	549
Vera Cruz	3.522	3.659	137
Madre de Deus	2.647	2.702	55
Itaparica	1.360	1.240	-120
Lauro de Freitas	78.042	77.190	-852
São Francisco do Conde	11.723	7.777	-3.946
Total	906.299	944.033	37.734

Fonte: RAIS 2008. Sistematização dos dados e cálculos próprios.
Elaboração: SEI/Dipeq/Copes.

Ao se averiguar, em todo o estado, quais foram os municípios que contabilizaram as dez maiores variações absolutas do estoque de emprego, entre 2007 e 2008, depara-se com um quadro que espelha, entre outras coisas, as vicissitudes quanto às assimetrias que existem nesse estado quando se comparam o porte demográfico e a importância econômica dos seus 417 municípios. Com efeito, como sempre se observa, o município de Salvador foi aquele que, disparadamente, mais ampliou o estoque de trabalhadores formais.

Para se ter uma noção mais precisa dessa supremacia, basta perceber que a variação absoluta no estoque de emprego medida em tal município (31.906 empregos) superou em mais de quatro vezes a que foi contabilizada por Feira de Santana (7.147 empregos), localidade que, como todos sabem, está fora do eixo metropolitano e

O município de Salvador foi aquele que, [...], mais ampliou o estoque de trabalhadores formais

Tabela 4
Números de empregos em 31/12, maiores e menores variações absolutas
Municípios baianos – 2007 e 2008

Municípios	2007	2008	Variação absoluta
Maiores estoques			
Salvador	688.087	719.993	31.906
Feira de Santana	76.296	83.443	7.147
Camaçari	61.862	66.762	4.900
Itapetinga	11.664	16.112	4.448
Candeias	14.141	18.153	4.012
Ilhéus	28.633	31.568	2.935
Luis Eduardo Magalhães	7.811	10.173	2.362
Jequié	16.555	18.424	1.869
Pilão Arcado	84	1.775	1.691
Itagibá	1.162	2.704	1.542
Menores estoques			
Amélia Rodrigues	3.859	3.266	-593
Iramaia	701	85	-616
Ribeira do Pombal	3.915	3.212	-703
Itabuna	33.679	32.864	-815
Lauro de Freitas	78.042	77.190	-852
Pojuca	7.896	6.845	-1.051
Entre Rios	4.819	3.748	-1.071
Brumado	8.191	6.918	-1.273
Nova Viçosa	6.206	4.545	-1.661
São Francisco do Conde	11.723	7.777	-3.946

Fonte: RAIS 2008. Sistematização dos dados e cálculos próprios.
Elaboração: SEI/Dipeq/Copes.

é o segundo maior município baiano considerando o tamanho da população e o quarto do ponto de vista da capacidade de geração de riqueza (Tabela 4).

Além de Salvador, mais dois outros municípios que integram a RMS (Camaçari e Candeias), ocupam posições destacadas nesse escalonamento, respectivamente, o terceiro e o quinto lugares. Por certo, essa é uma situação que não causa surpresa, uma vez que tais municípios possuem economias com relativo dinamismo, tomando-se como parâmetro o contexto baiano, sendo responsáveis, respectivamente, pelo segundo e quinto maiores PIBs municipais. Todos os outros municípios que fazem parte dessa lista (Itapetinga, Ilhéus, Luis Eduardo Magalhães, Jequié, Pilão Arcado e Itagibá) são não metropolitanos, fenômeno que denota certa desconcentração do emprego de melhor qualidade no plano estadual e, ao mesmo tempo, reflete a dinamização econômica de outros espaços.

Quando se avistam os dez municípios baianos que registraram as menores variações do estoque de emprego, chama atenção o fato de figurar entre eles dois importantes municípios metropolitanos: Lauro de Freitas (-852 empregos), pela proximidade física e vínculos econômicos que mantêm com Salvador e demais municípios que integram a RMS, e São Francisco do Conde (-3.946 empregos), por possuir uma destacada capacidade de geração de riqueza, sendo aquele que ocupa a primeira posição no quesito PIB per capita no contexto estadual.

TIPO DE VÍNCULO

Quando se analisam os dados da RAIS por tipo de vínculos (celetistas versus estatutários), percebe-se que a dinâmica do mercado de trabalho em 2008 foi proporcionada preponderantemente pelo comportamento do emprego formal celetista, que apresentou um crescimento de 5,5%, sinalizando uma elasticidade emprego-produto acima da unidade, frente ao aumento mais modesto no contingente de estatutários da ordem de 1,4%. Esse maior dinamismo do emprego formal celetista indica uma pequena queda na participação dos trabalhadores estatutários no mercado formal de 30,1%, em 2007, para 29,3%, em 2008.

É digno de nota que essa perda de representatividade dos trabalhadores estatutários no âmbito do emprego não é um fenômeno exclusivo da Bahia. Ao se trabalhar com as escalas espaciais nacional e regional também se observa fenômeno semelhante. De forma mais precisa, tem-se que, nacionalmente, a representatividade dos trabalhadores estatutários caiu do patamar de 20,8%, em 2007, para 20,1%, em 2008, ao passo que, no Nordeste, constatou-se uma queda de 32,2% para 31,5%.

ANÁLISE SETORIAL

Do ponto de vista setorial, os dados da RAIS acusaram, para a Bahia, uma expansão do emprego quase que generalizada, entre 2007 e 2008, fenômeno fortemente influenciado pelo comportamento esboçado pela demanda interna. Em termos mais precisos, seguindo um critério de classificação da variação absoluta do

Tabela 5
Variação absoluta do emprego formal, segundo setores de atividade econômica
Brasil, Nordeste e Bahia – 2008

Setores de atividade	Variação absoluta		
	Brasil	Nordeste	Bahia
Serviços	645.635	114.115	25.479
Comércio	483.193	85.190	23.656
Construção civil	296.607	66.331	8.811
Administração pública	111.740	74.366	7.434
Ind. de transformação	228.673	35.047	6.660
Agropecuária	38.030	1.646	3.186
Extrativa mineral	19.492	2.458	1.721
Serv. Ind. de utilidade pública	10.703	1.717	-123

Fonte: RAIS 2008. Sistematização dos dados e cálculos próprios.
Elaboração: SEL/Dipeq/Copes.

emprego, constata-se a seguinte realidade: Serviços (25.479 mil empregos ou 4,8%), Comércio (23.656 mil ou 7,7%), Construção civil (8.811 mil ou 10,1%), Administração pública (7.434 mil ou 1,3%), Indústria de transformação (6.660 mil ou 3,6%), Agropecuária (3.186 mil ou 4,1%) e Extrativa mineral (1.721 mil ou 11,7%). Como se vê, o único setor que fugiu a esse padrão de crescimento foi o de Serviços industriais de utilidade pública, no qual se verificou uma variação absoluta de emprego da ordem de -123 mil ou -0,8% (Tabela 5).

Cabe notar, que ao se fazer esse mesmo exercício para as escalas nacional e regional, observa-se um comportamento também de generalizada expansão do estoque de emprego. Além disso, é importante dizer que, seja nos planos nacional, regional ou estadual, os setores de Serviços e Comércio foram aqueles que mais ampliaram positivamente o seu estoque de emprego. No caso da economia nacional, constatou-se que tais setores sofreram uma variação absoluta dos seus estoques de emprego, da ordem de, respectivamente, 645,6 e 483,2 mil empregos. Já para a economia Nordestina, verificou-se variações de, respectivamente, 114.115 e 85.190 empregos.

Dentro dessa análise setorial, importa saber também quais foram os setores de atividade que mais influenciaram a expansão da variação do estoque de emprego nos dez municípios que apresentaram as maiores variações absolutas positivas. Quando se faz esse

Tabela 6
Municípios com as maiores variações absolutas de emprego, segundo setores de atividades – Bahia – 2008

Municípios	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total
Camaçari	-5	-2781	1016	6625	45	4900
Candeias	-82	319	134	3642	-1	4012
Feira de Santana	2571	1112	1786	1686	-8	7147
Ilhéus	-140	104	-49	3078	-58	2935
Itagibá	158	1196	-2	125	65	1542
Itapetinga	3882	46	143	292	-15	4448
Jequié	515	-55	770	690	-51	1869
Luis Eduardo Magalhães	142	898	639	607	76	2362
Pilão Arcado	-3	0	29	1663	2	1691
Salvador	384	6076	5357	19878	209	31904
Total	7422	6915	9923	38286	264	62810

Fonte: RAIS 2008. Sistematização dos dados e cálculos próprios.

Elaboração: SEI/Dipeq/Copes.

exercício, visualiza-se que as atividades relacionadas aos Serviços foram as que mais atraíram trabalhadores formais em cinco municípios dessa lista, a saber: Salvador (19.878 empregos), Camaçari (6.625 empregos), Candeias (3.642 empregos), Ilhéus (3.078 empregos) e Pilão Arcado (1.663 empregos). A Indústria, pelo seu turno, puxou a variação do estoque de emprego nos municípios de Itapetinga (3.882 empregos) e Feira de Santana (2.571 empregos). A Construção civil alavancou o emprego em outros dois municípios, quais sejam: Itagibá (1.196 empregos) e Luís Eduardo Magalhães (898 empregos). E, por fim, o Comércio dinamizou o emprego no município de Jequié (770 empregos) (Tabela 6).

BREVE PERFIL: GÊNERO, ESCOLARIDADE E IDADE

Ao se considerar as informações sobre a variável gênero, verifica-se que entre os anos de 2007 e 2008, a força de trabalho feminina manteve praticamente estável a sua representatividade no estoque de vínculos formais, passando de 42,6% para 42,5%. Esse resultado decorreu do crescimento do emprego feminino da ordem de 4,1%, equivalente à inserção de 31.390 mulheres no mercado de trabalho formal, ante um aumento de 4,4% do emprego masculino, produto do acréscimo de 45.436 trabalhadores assalariados no contingente de estoque existente ao final de 2007 (Tabela 7).

Tabela 7
Estoque de empregos formais por gênero segundo grau de instrução – Bahia – 2008

Grau de instrução	Variação absoluta			Variação relativa		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Analfabeto	-1.294	-380	-1.674	-9,0	-11,2	-9,5
4ª série incompleta do ensino fundamental	-7.601	-3.142	-10.743	-9,7	-12,5	-10,4
4ª série completa do ensino fundamental	-3.217	-2.443	-5.660	-5,3	-10,7	-6,8
8ª série incompleta do ensino fundamental	-1.477	-89	-1.566	-1,4	-0,3	-1,1
8ª série completa do ensino fundamental	2.301	-1.635	666	1,8	-3,3	0,4
Ensino médio incompleto	1.589	-84	1.505	1,7	-0,2	1,1
Ensino médio completo	48.093	25.996	74.089	11,2	6,3	8,8
Superior incompleto	2.615	2.220	4.835	9,8	7,0	8,3
Superior completo	4.427	10.947	15.374	5,0	8,0	6,9
Total	45.436	31.390	76.826	4,4	4,1	4,3

Fonte: BRASIL (2009).

Elaboração: SEI/Dipeq/Copes.

É interessante notar que, em que pese o fato de esse comportamento não se assemelhar ao observado no plano nacional — no qual se constatou a continuidade da tendência do processo de feminização dos postos de trabalho existentes — a participação relativa das mulheres baianas no mercado formal era maior do que a medida para o conjunto das mulheres brasileiras (41,1%).

A leitura dos dados da RAIS segundo grau de instrução, com recorte por gênero, mostra uma diminuição do emprego para os trabalhadores que não chegaram a completar o ensino fundamental e elevação para aqueles que avançaram em sua formação escolar. As maiores quedas em termos relativos da variação do emprego ocorreram para os trabalhadores que detinham a 4ª série incompleta do Ensino Fundamental (-10,4%) e para os analfabetos (-9,5%). Alerta-se para o fato de que tanto para o primeiro grupo de trabalhadores quanto para o segundo, os do sexo feminino foram proporcionalmente mais atingidos, respectivamente, -12,5% e 11,2%. De forma oposta, os maiores incrementos do emprego se deram para os trabalhadores com o ensino médio completo (8,8%) e ensino superior incompleto (8,3%). Nessas duas últimas situações, foram os homens que acusaram as maiores expansões relativas do emprego, respectivamente, 11,2% e 9,8% (Tabela 7).

As informações pertinentes ao recorte por faixa etária revelam elevação generalizada, com destaque, em termos relativos, para a faixa de 65 anos ou mais (19,2% ou 2.669 empregos) e de 50 a 64 anos (6,3% ou 13.997 empregos).

Tabela 8
Estoque de empregos formais por faixa etária
Bahia – 2007 e 2008

Faixa etária	2007	2008	Variação absoluta	Variação relativa
Até 17 anos	4.494	4.586	92	2,0
18 a 24 anos	260.385	268.862	8.477	3,3
25 a 29 anos	337.775	351.408	13.633	4,0
30 a 30 anos	550.137	576.814	26.677	4,8
40 a 49 anos	396.850	408.139	11.289	2,8
50 a 64 anos	221.049	235.046	13.997	6,3
65 ou mais	13.920	16.589	2.669	19,2
Ignorado	16	8	-8	-50,0
Total	1.784.626	1.861.452	76.826	4,3

Fonte: BRASIL (2009).

Já em termos absolutos, o destaque ficou por conta da faixa etária de 30 a 39 anos (26.677 empregos ou 4,8%).

REMUNERAÇÃO

No tocante aos rendimentos médios dos trabalhadores, as informações da RAIS mostram uma elevação em quase todas as unidades da Federação em 2008. As únicas exceções ficaram a cargo de Roraima (-5,1%) e Acre (-1,1%). No caso da Bahia, especificamente, apurou-se uma elevação da ordem de 3,5%, patamar idêntico ao contabilizado no plano nacional e inferior ao medido para o conjunto da região Nordeste (5,1%). (Tabela 9). Em que pese o fato de a variação relativa do rendimento dos trabalhadores baianos

Tabela 9
Remuneração média de dezembro em reais, a preços de dez./2008 – Brasil – 2007 e 2008

Unidade da Federação	2007	2008	Variação rel. (%)
DF	3.065,96	3.246,44	5,89
AP	1.742,64	1.801,07	3,35
SP	1.694,58	1.733,25	2,28
RJ	1.653,78	1.719,78	3,99
AM	1.479,37	1.571,32	6,22
RR	1.606,19	1.524,68	-5,07
AC	1.499,47	1.482,57	-1,13
RS	1.415,58	1.444,32	2,03
PR	1.295,62	1.355,09	4,59
MS	1.272,77	1.350,60	6,11
ES	1.276,29	1.318,16	3,28
RO	1.298,32	1.307,69	0,72
SC	1.282,28	1.316,86	2,7
SE	1.227,79	1.297,20	5,65
MT	1.204,64	1.251,91	3,92
TO	1.211,30	1.234,21	1,89
MG	1.173,76	1.223,47	4,24
PA	1.156,73	1.219,76	5,45
BA	1.168,26	1.209,54	3,53
GO	1.175,12	1.200,16	2,13
RN	1.105,48	1.158,43	4,79
PE	1.081,70	1.141,89	5,56
PI	1.016,42	1.103,91	8,61
MA	1.043,50	1.097,80	5,2
AL	1.031,28	1.058,09	2,6
CE	987,45	1.056,33	6,98
PB	970,15	995,95	2,66
Total	1.443,77	1.494,66	3,52

Fonte: BRASIL (2009).

ter sido igual à apurada para o Brasil, o valor do rendimento médio desses trabalhadores ocupava, em 2008, o décimo nono lugar numa lista que classifica as unidades da Federação. Vale notar que, no ano imediatamente anterior, era exatamente esse o posto dos rendimentos médios dos trabalhadores baianos no contexto nacional.

Restringindo-se a escala da análise, passando a focar apenas o rendimento médio dos trabalhadores nordestinos, vê-se que a posição dos trabalhadores baianos melhora sensivelmente, na medida em que auferiam, em 2008, o segundo maior valor de rendimento, sendo superado apenas pelo rendimento dos trabalhadores sergipanos. É importante dizer que nesse particular não houve nenhuma mudança entre os anos de 2007 e 2008.

Um dado interessante é que essa conjuntura de aumento dos rendimentos médios dos trabalhadores apresentou-se de modo distinto para homens e mulheres no âmbito baiano, tendo em vista que, para elas, se verificou uma expansão da ordem de 4,6%, enquanto para eles constatou-se uma ampliação de 2,8% (Tabela 10). Esse crescimento diferenciado acabou ajudando a diminuir um pouco a assimetria de rendimentos entre os sexos, uma vez que os rendimentos das mulheres representavam 89,0% dos rendimentos dos homens em 2007 e passaram a corresponder a 90,6% em 2008.

Quando se contrasta esses números com a realidade nacional, duas coisas saltam às vistas. A primeira é que, no Brasil, a assimetria de rendimentos entre os indivíduos dos dois sexos praticamente não se alterou, posto que o rendimento das trabalhadoras brasileiras equivalia a 82,8% dos trabalhadores em 2007 e passou a significar perto de 82,7%. A segunda é que as trabalhadoras baianas continuaram a enfrentar uma situação proporcionalmente de menor desvantagem comparativamente aos trabalhadores baianos, quanto a rendimentos, em 2008, do que as suas congêneres no plano nacional.

Outra informação importante, quando se avalia a questão do rendimento médio dos trabalhadores baianos, é que, para aqueles do sexo feminino, constatou-se crescimento, independentemente da credencial educacional que possuíam. Essa realidade de elevação generalizada de rendimento não se deu entre os trabalhadores do sexo oposto, haja vista que aqueles que possuíam o Ensino Médio completo e o Superior incompleto tiveram os seus rendimentos contraídos em 1,1%, no primeiro caso, e em 2,1%, no segundo.

Por fim, nesse ponto, é preciso considerar que o rendimento médio de ambos os sexos foi fortemente influenciado pela elevação praticamente igual — 6,8% para os homens e 6,9% para as mulheres — obtida pelos trabalhadores com a 4ª série completa do Ensino Fundamental (Tabela 10).

Tabela 10
Remuneração média de dezembro, em reais, a preços de dez./2008 – Bahia – 2007 e 2008

Grau de instrução	2007			2008			Variação relativa		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Analfabeto	511,8	475,6	504,9	526,13	497,54	520,8	2,8	4,62	3,16
4ª série incompleta do ensino fundamental	637,9	514,8	607,8	663,41	531,17	632,3	4,0	3,2	4,0
4ª série completa do ensino fundamental	683,8	524,3	640,5	730,39	560,68	686,49	6,8	6,9	7,2
8ª série incompleta do ensino fundamental	730,1	559,4	686,9	767,07	583,39	720,78	5,1	4,3	4,9
8ª série completa do ensino fundamental	804,6	586,2	743,4	833,91	615,97	775,49	3,7	5,1	4,3
Ensino médio incompleto	798,8	604,8	739,2	811,13	617,54	752,59	1,5	2,1	1,8
Ensino médio completo	1167,2	839,4	1007,0	1.154,52	870,81	1019,42	-1,1	3,8	1,2
Superior incompleto	1937,7	1221,4	1550,8	1.897,93	1.253,73	1.554,26	-2,1	2,7	0,2
Superior completo	3927,2	2497,4	3058,1	4.098,36	2.562,32	3.157,22	4,4	2,6	3,2
Total	1225,9	1090,6	1168,3	1.259,76	1.141,09	1.209,54	2,8	4,6	3,5

Fonte: BRASIL (2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados disponibilizados pela RAIS 2008, para o Brasil, e para a Bahia em particular, não acusaram nenhuma situação de calamidade quanto à eliminação de postos de trabalho, em virtude da deflagração da grave crise econômica e financeira que se abateu sobre a economia mundial em setembro de 2008. Por certo, dois fatores concorreram para que isso acontecesse. O primeiro diz respeito ao próprio momento em que a referida crise se manifestou, pois já se tinha passado mais de dois terços do ano, obtendo-se resultados espetaculares na geração de emprego. O segundo refere-se à pronta interferência das autoridades macroeconômicas que, com a adoção de políticas de natureza anticíclicas, impediram que a “infecção” do sistema econômico assumisse níveis incontroláveis.

Ao se fazer essa avaliação, não se está querendo afirmar, evidentemente, que o mercado de trabalho formal brasileiro passou incólume por tal episódio. A própria realidade descrita aqui desmente, de maneira categórica, esse ponto de vista, na medida em que aponta, por exemplo, para o caso baiano, redução na variação absoluta do estoque de empregos formais no comparativo 2007/2008 (76.826 empregos) contra 2006/2007 (103.153 empregos).

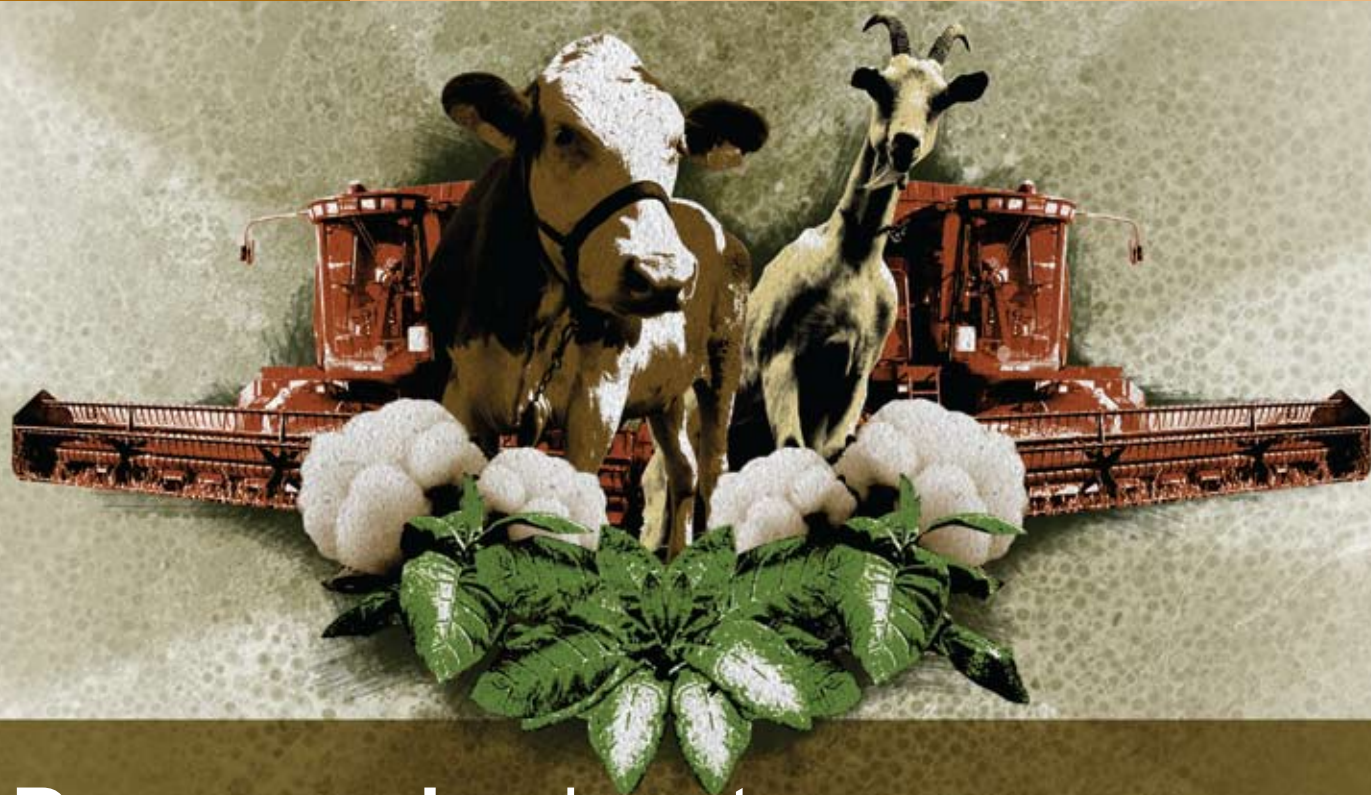
Não fossem os contratempos derivados daquela hecatombe, muito provavelmente a Bahia, assim como a economia brasileira e nordestina, conseguiria superar, em 2008, a performance que havia tido em 2007, no tocante à geração de postos de trabalho formais. Há razões concretas para se acreditar que esse, de fato, seria o cenário que teria lugar, posto que, até o terceiro trimestre de 2008, as indicações de crescimento econômico do país sinalizavam a existência de um ambiente bastante favorável.

Com efeito, apenas nos números da RAIS 2009 poder-se-á visualizar, com maior riqueza de detalhes e intensidade, os possíveis reflexos que a referida crise acarretou no mercado de trabalho formal nos âmbitos nacional, regional e estadual. Nesse sentido, a expectativa é que a Bahia, assim como os demais estados da Federação, acuse, de modo integral, os efeitos colaterais adversos propiciados pela referida crise, uma vez que, diferentemente do ocorrido em 2008, com o passar do ano de 2009, vem se observando tímidas taxas de crescimento do PIB, evento que, certamente, se traduzirá numa menor geração de emprego e renda.

Não obstante, a julgar pelos sinais emitidos até agora pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) — outro registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego que guarda estreita correlação com a RAIS — para Bahia, a baixa no estoque de emprego possivelmente assumirá uma dimensão não tão significativa e, por conseguinte, muito menos dramática do que a prevista pela maioria dos analistas de mercado de trabalho. Isso porque, diferentemente do que ocorre nos planos nacional e regional, tal estado acumulou, nos primeiros 11 meses de 2009, um saldo de emprego (75.424 postos de trabalho) que supera o que foi contabilizado em igual período do ano anterior (56.147 postos de trabalho).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Características do emprego formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – 2008*; principais resultados. Brasília: MTE, 2009. 19 p. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/rais/2008/arquivos/Resultados_Definitivos.pdf>. Acesso em: 8 out. 2009.



Desempenho do setor Agropecuário brasileiro 2008/2009*

Patrick Laurent Rohrer Rodrigues^A
Jamilly Dias dos Santos^B

Este artigo tem como objetivo apresentar o comportamento recente da agricultura brasileira, um dos setores da economia que apresentou maior dinamismo, estando em grande evidência nos últimos tempos. Para tal, a explanação começa por um breve panorama do ano de 2009 comparando-o com o ano anterior. Em seguida, trata-se da questão do Valor Bruto da Produção Agrícola, que apresenta uma forte relação com o desempenho produtivo das culturas agrícolas do país. No tópico seguinte, abordam-se os resultados do último Censo Agropecuário (1995-2006) divulgado pelo IBGE. No próximo ponto, analisa-se a proposta governamental de alteração dos índices de produtividade agrícola e, por fim, o crédito agrícola, sua composição, destinação e verbas empenhadas.

PANORAMA DA AGRICULTURA EM 2009

O prognóstico de outubro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a safra 2009 aponta uma produção total de cereais, leguminosas e oleaginosas de 134,12 milhões de toneladas, projeção idêntica à divulgada em setembro. Se a previsão do IBGE se confirmar, a safra do ano de 2009 será 8,1% menor que a safra recorde de 2008 (146 milhões de toneladas) (FARID; FROUFE, 2009).

* Artigo orientado pelo Prof. Antônio Plínio Pires de Moura, membro do Núcleo de Estudos Conjunturais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia (UFBA) – plinio@ufba.br

^A Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); bolsista do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC-FCE-UFBA). p.lrodrigues.ig.com

^B Mestranda em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); bolsista do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC-FCE-UFBA). jamillydias@yahoo.com.br

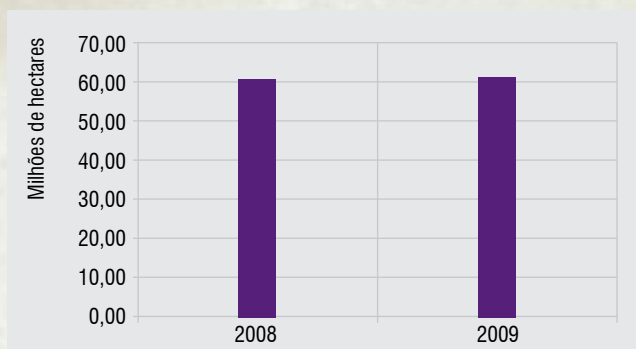


Gráfico 1
Área plantada – Brasil – 2008-2009

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

O agronegócio brasileiro continua seguindo uma trajetória que pode ser considerada positiva, dentro do contexto atual de recuperação de uma crise econômica mundial. A área plantada deve, segundo a previsão do IBGE (2009), passar de 61,05 milhões de hectares em 2008 para 61,55 milhões de hectares em 2009.

Quanto ao desempenho dos principais produtos agrícolas, a safra de soja, que em 2008 foi de 59,92 milhões de toneladas, será de 57,03 milhões de toneladas, em 2009, de acordo com o IBGE (2009), o que representa uma queda de 4,8%. Tal resultado pode ser explicado pela redução de 25% da produção de 20 milhões de toneladas do Paraná, que era o maior Estado produtor (PORTO; FARID; CHIARINI, 2009). Contudo, há, por parte dos produtores de soja, uma expectativa de que a safra ultrapasse a marca de 60 milhões de toneladas colhidas este ano, superando a produção recorde de 2008.

Entre os motivos para esse otimismo do setor produtivo, estão os baixos estoques brasileiros de soja, a demanda da China, que continua forte, e os baixos preços do milho e do algodão, que permitem o avanço da soja com custos mais baixos nas áreas dessas culturas (SAMORA; EWING, 2009).

A produção de milho, assim como a de soja, apresenta uma redução quando se compara o ano de 2008 com a previsão de safra do IBGE para 2009. A produção, que em 2008 foi de, aproximadamente, 59 milhões de toneladas, no ano de 2009 está prevista para alcançar 51,03 milhões

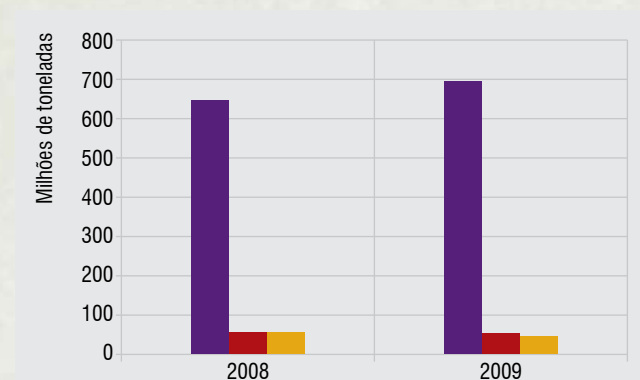


Gráfico 2
Produção de cana-de-açúcar, soja e milho
Brasil – 2008-2009

Fonte: IBGE (2009).

de toneladas, o que representa uma redução de 13,5%. Essa redução pode ser explicada pela entrada da soja em áreas em que, anteriormente, se plantava milho, o que acontece devido à maior rentabilidade daquela oleaginosa em relação ao milho (SCARAMUZZO; CRUZ, 2009).

A produção de cana-de-açúcar será, de acordo com previsão do IBGE (2009), de 694,25 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 7% frente à colheita do ano de 2008, que foi de 648,97 milhões de toneladas.

Entre as causas desse aumento na safra destaca-se o incremento da demanda externa por açúcar, que tem causado uma elevação nas exportações do produto. No porto de Paranaguá (localizado no estado do Paraná), as exportações de açúcar tiveram um aumento de 95%, chegando ao patamar de 356,1 mil toneladas (EXPORTAÇÕES..., 2009).

A redução na produção de soja e milho supramencionada tem por motivos, segundo o Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes, fatores climáticos e/ou técnicos ligados diretamente à produção, não tendo relação com a crise econômica que assolou o mundo nos últimos meses. O Ministro acrescentou ainda que considerou pequena e dentro do previsto a queda na produção agrícola, tendo como um dos fatores explicativos a perda de 6 milhões de toneladas de grãos devido à seca, que

atingiu principalmente os estados da região sul. Cabe aqui salientar que, a despeito da redução da colheita em algumas culturas, que levou à queda da safra de 2009 em relação a 2008, a safra total será a segunda maior da história, atrás somente do ano anterior. Esse dado demonstra um relativo descolamento da agricultura brasileira em relação à crise econômica (FROUFE, 2009).

O valor da produção agrícola brasileira caiu R\$ 6,6 bilhões em 2009, em relação a 2008, saindo de R\$ 159,99 bilhões para R\$ 153,357 bilhões, valor previsto pelo Ministério da Agricultura para o corrente ano. Dentre os estados, os que tiveram maior queda no valor da produção agrícola foram: Mato Grosso do Sul, com queda de 22,74%, Ceará, -17,92% e o Paraná, com variação negativa de 17,01%. Tais resultados decorreram de problemas climáticos que causaram redução da produção de determinadas culturas e, em consequência, reduziram o valor da produção. Apesar da forte queda, o Mato Grosso do Sul deve manter a segunda colocação entre os Estados de maior Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP), com valor de produção de R\$ 19,493 bilhões, atrás apenas de São Paulo, que, devido ao bom desempenho da cana-de-açúcar, deverá ter uma queda pequena do VBP (2,89%), alcançando R\$ 25,367 bilhões em 2009 (VALOR..., 2009).

Em relação aos produtos agrícolas, as maiores quedas de renda, causadas por problemas climáticos ou uso menos intensivo de tecnologia nas plantações, devem ser as de milho em grão (30,3%, para R\$ 16,484 bilhões), algodão em caroço (29,5% para R\$ 2,940 bilhões), feijão em grão (25,2% para R\$ 6,248 bilhões) e trigo em grão (18,9% para R\$ 2,459 bilhões). A soja apresenta uma redução bastante inferior, de 1,7%, tendo VBP de R\$ 42,471 bilhões. Em relação aos

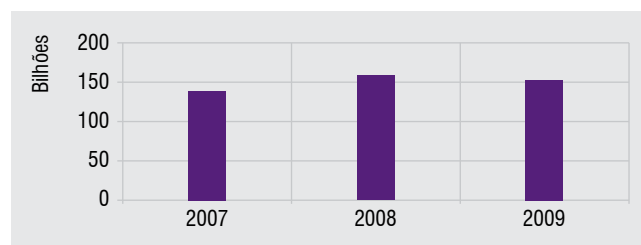


Gráfico 3
Valor da produção agrícola – Brasil – 2007-2009

Fonte: IBGE (2009). Elaboração própria.

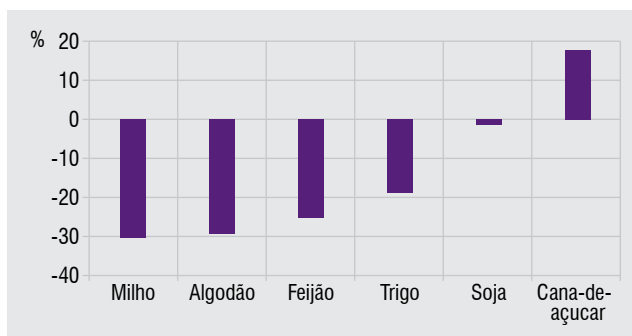


Gráfico 4
Variação do valor da produção agrícola – Brasil – 2009

Fonte: IBGE (2009). Elaboração própria.

aumentos do VBP, a cana-de-açúcar foi o produto que teve maior aumento – variação positiva de 17,6% – alcançando o valor de R\$ 24,547 bilhões. Com isso, ficou na segunda colocação no *ranking* dos maiores Valores de Produção Agrícola, tirando o lugar do milho, e só perdendo para a soja, primeira colocada (VALOR..., 2009).

CENSO AGROPECUÁRIO REVELA ALTA CONCENTRAÇÃO DE TERRAS

Os dados apresentados no censo agropecuário 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que a concentração de terras no Brasil não se alterou muito entre 1995 e 2006. Os minifúndios (áreas com até dez hectares), que, em 1995, apresentavam 2,2% da área total, passaram a representar 2,4% em 2006.

Os latifúndios, que representavam 45,1% da área em 1995, passaram, em 2006, a representar 44%. Em relação ao número de propriedades, no entanto, os estabelecimentos rurais com menos de dez hectares representam 47% do total. Já as propriedades com mais de 1.000 hectares correspondem a apenas 0,91% do total.

Em 2006, havia 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários, ocupando 36,75% do território nacional e tendo como atividade mais comum a criação de bovinos. A área total dos estabelecimentos agropecuários apresentou uma redução de 23,7 milhões de hectares entre 1995 e 2006, variação negativa de 6,69%.

Essa redução pode ter sido causada, de acordo com o IBGE (2009), pela criação de novas unidades de conservação ambiental – aumento de 19,09% de área – e da maior demarcação de terras indígenas, que subiram 128,2%, totalizando mais de 60 milhões de hectares. O levantamento do IBGE demonstra também que a modernização das lavouras, devido à inserção no mercado de *commodities* mundiais (características das grandes propriedades), manteve ou ampliou a concentração de terras em algumas regiões do país, principalmente no Centro-Oeste, grande polo produtor de soja (CIRILO JUNIOR, 2009).

Pelos resultados do Censo (2009), a agricultura comercial representa 63% do VPB brasileiro, alcançando R\$ 161,9 bilhões. Já a agricultura familiar responde por 37% do VBP, atingindo R\$ 95,1 bilhões, destacando-se na horticultura, com 63% do VBP da atividade, e na extração vegetal, com 89% do VBP do segmento.

A concentração de terra ainda se perpetua como gargalo econômico, e os dados do censo agropecuário 2006 legitimam essa afirmação, visto que, em pouco mais de dez anos, período relativamente considerável, a composição agrária brasileira sofreu poucas alterações. Conforme já mencionado, 44% da área agrícola se configura como latifúndio, ao passo que apenas 2,4% se apresenta na forma de minifúndio. Embora tenha ocorrido a queda de 1,1 p.p na área de latifúndios, essa redução é pouco significativa no período analisado (1995-2006).

A concentração de terra ainda se perpetua como gargalo econômico, [...] 44% da área agrícola se configura como latifúndio, ao passo que apenas 2,4% se apresenta na forma de minifúndio

PROPOSTA GOVERNAMENTAL DE MUDANÇA DOS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE

Foi proposto pelo governo federal o aumento dos índices de produtividade agrícola, que representam um divisor de águas entre as propriedades produtivas e as improdutivas. As propriedades rurais que conseguem o índice mínimo de produtividade são consideradas produtivas e, portanto, não correm o risco de ser desapropriadas para fins de reforma agrária. Por outro lado, as propriedades que não alcançam esse índice correm o risco de desapropriação e disponibilização para reforma agrária.

Essa medida do governo está gerando uma enxurrada de críticas por parte dos produtores rurais interessados na manutenção dos índices atuais. Os ruralistas afirmam que essa decisão do governo foi tomada sem ouvi-los, de forma a, tão somente, favorecer o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Afirmam também que essa mudança de índices de produtividade é algo que não se pode modificar rapidamente no âmbito da produção. Para aumentar a produtividade de uma propriedade rural seria necessário investir em novos equipamentos e tecnologias, e isso não se consegue mudar na mesma velocidade em que se muda a legislação.

Um exemplo prático do impacto no âmbito produtivo e econômico dessa mudança nos índices de produtividade é o caso da soja plantada em Sorriso, no Mato Grosso. Atualmente, o índice de produtividade exigido em Sorriso é de 1.200 quilos de soja por hectare. Com as mudanças propostas pelo governo, uma propriedade que produz soja em Sorriso terá agora que produzir 2.400 quilos por hectare, o que exigiria dos produtores rurais todo um investimento em tecnologia, para alcançar o novo patamar mínimo de produtividade (DALCIN, 2009). Por outro lado, os partidários da mudança dos índices de produtividade defendem que os índices atualmente estabelecidos são muito antigos, de 1980, e que o desenvolvimento tecnológico que ocorreu no mundo nesse período tornou-os defasados, necessitando de uma atualização.

Segundo o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, a mudança nos índices de produtividade

A mudança nos índices de produtividade não tem como objetivo a reforma agrária, mas sim garantir que as terras agricultáveis do país produzam para toda a sociedade

não tem como objetivo a reforma agrária, mas sim garantir que as terras agricultáveis do país produzam para toda a sociedade. Utilizando novamente o exemplo de Sorriso, no Mato Grosso, em que o índice passará dos atuais 1.200 quilos de soja/hectare para 2.400 quilos de soja/hectare, o Ministério indica que a safra 2006/2007 foi de 3.062 quilos/hectare, não havendo, portanto, nesse caso, nenhum prejuízo às propriedades rurais nem aos produtores, mas somente a atualização de índices, que, na conjuntura atual, já se mostram obsoletos. Segundo o Ministro Cassel, “[...] os índices são absolutamente confortáveis para quem produz na média” (SIMÃO..., 2009, p. 1).

CRÉDITO AGRÍCOLA

Mais de 90% do crédito rural destinado à safra 2008/2009 já foi utilizado. A aplicação total de R\$ 74,4 bilhões na agropecuária, durante a safra 2008/2009, indica um aumento de 0,7% nas operações totais de crédito rural, em relação à safra anterior, que foi de R\$ 73,8 bilhões. Considerados todos os recursos destinados ao financiamento do setor rural no ano safra 2008/2009, verifica-se que 82,6% foram aplicados a taxa de juros fixa.

Os R\$ 55,4 bilhões reservados aos financiamentos de custeio e comercialização ultrapassaram em 1,3% o valor programado. Do total de recursos aplicados para essa finalidade, 76,6% foram concedidos a juros fixos da ordem de 6,75% ao ano. As principais fontes de financiamento de custeio e comercialização foram os Recursos Obrigatórios (MCR 6-2), que responderam por 51,8% do total aplicado a taxa de juros controlados do crédito rural,

seguidos pela Caderneta de Poupança Rural, com 23% (20,4% a juros controlados e 2,63% a juros livres).

Para financiar investimentos em infraestrutura produtiva da agricultura empresarial, na safra 2008/2009, foram reservados R\$ 10,2 bilhões, dos quais foram aplicados R\$ 9,4 bilhões que representam 92% do programado (CRÉDITO..., 2009).

O desembolso superou em 28% o da safra anterior, quando foram repassados R\$ 7,3 bilhões, apesar das incertezas relacionadas à crise financeira mundial e à quebra de safra, em decorrência da estiagem ocorrida ao longo do ciclo das lavouras em estados produtores do Centro-Sul do país. Os resultados mais expressivos foram observados nos financiamentos amparados nos Fundos Constitucionais – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) –, com aplicação de R\$ 4,5 bilhões, 50% a mais que no ciclo anterior (CRÉDITO..., 2009).

No conjunto dos programas coordenados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento (Mapa) e financiados com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), o aumento das aplicações foi de 16,3%, passando de R\$ 3,7 bilhões para R\$ 4,3 bilhões. Destacou-se o desempenho do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop), com mais 72%, do Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (Propflora), com mais 66%, e do Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra), com mais 49,7% (CRÉDITO..., 2009).

Para financiar investimentos em infraestrutura produtiva da agricultura empresarial, na safra 2008/2009, foram reservados R\$ 10,2 bilhões, dos quais foram aplicados R\$ 9,4 bilhões

Também expressiva, na safra 2008/2009, foi a aplicação dos recursos do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheadeiras (Moderfrota) – modalidade Proger Rural –, com desembolso de 93% dos R\$ 500 milhões disponíveis. O Programa de Incentivo à Produção Agropecuária Sustentável (Produsa) aplicou R\$ 160 milhões neste seu primeiro ano de vigência (CRÉDITO..., 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor agrícola brasileiro, no ano 2009, não obstante os impactos da crise econômica internacional, vem se mostrando bem, frente aos desafios enfrentados, e se destaca entre os grandes setores econômicos como um ramo produtivo pouco afetado pela conjuntura econômica internacional. Contudo, a despeito desses bons resultados conjunturais, os aspectos estruturais da agricultura brasileira merecem uma análise mais pormenorizada e crítica. O campo brasileiro continua, como demonstrou o censo agropecuário, extremamente concentrado em poucas propriedades com áreas de grande dimensão. Nos 11 anos analisados pelo Censo, pouco mudou. A estrutura agrária brasileira ainda mantém como pilar quase que inabalável, como indicam os dados deste censo e de anteriores, a alta concentração agrária na forma de latifúndios.

Nesse contexto, está em discussão a proposta do governo de modificar os índices de produtividade, o que vem causando grande polêmica entre ruralistas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pois alguns vêem a mudança como uma atitude precipitada e fora de propósito, argumentando que não se muda produtividade por decreto, mas sim por alterações no âmbito produtivo, por inovação técnica e reestruturação produtiva. Por outro lado, os defensores da mudança argumentam que os índices atuais são obsoletos, visto que são da década de 1980, necessitando, de acordo com essa visão, de uma atualização.

No que tange à questão do crédito, observa-se que os recursos disponibilizados pelo setor público ao financiamento da safra agrícola têm sido completamente utilizados e demonstram também o importante papel do governo como parceiro do setor rural.

REFERÊNCIAS

CENSO agropecuário: propriedades reduzem área e aumentam matas e florestas naturais. Portal do agronegócio. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br>>. Acesso em: 24 out. 2009.

CIRILO JUNIOR. Concentração no campo se mantém e latifúndios somam 44% das terras, diz IBGE. *Folha online*, Rio de Janeiro, 30 set. 2009. Caderno Dinheiro. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 25 out. 2009.

CRÉDITO rural: 99,9% dos recursos disponíveis foram aplicados na safra passada. *EXTRANET*. Brasília, 17 jul. 2009. Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 28 out. 2009.

DALCIN, Cristiano. Mudanças nos índices de produtividade mobilizam produtores rurais. *Zero Hora*. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br>>. Acesso em: 25 out. 2009.

EXPORTAÇÕES de açúcar têm aumento de 95% no Porto de Paranaguá. *Notícias Agrícolas*. Disponível em: <<http://www.noticiasagricolas.com.br>>. Acesso em: 24 out. 2009.

FARID, Jacqueline; FROUFE, Célia. IBGE: Safra 2009 deve totalizar 134,1 mi de toneladas. *Estado Online*. [São Paulo], 7 out. 2009. Seção Economia. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br>>. Acesso em: 25 out. 2009.

FROUFE, Célia. Stephanes relativiza queda do PIB agrícola. *Estado online*. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br>>. Acesso em: 24 out. 2009.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 3 nov. 2009.

PORTO, Gustavo; FARID, Jacqueline; CHIARINI, Adriana. Crise Mundial passa e da agricultura, segue, diz grupo ruralista. *Estado online*. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br>>. Acesso em: 25 out. 2009.

SAMORA, Roberto; EWING, Reese. Com plantio próximo, soja caminha para safra recorde no Brasil. *Estado online*. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br>>. Acesso em: 24 out. 2009.

SCARAMUZZO, Mônica; CRUZ, Patrick. Soja avança sobre o milho e reinará na safra 2009/ 2010. *Clipping seleção de notícias*. Disponível em: <<http://clippingmp.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 23 out. 2009.

SIMÃO Pedro elogia mudança dos índices de produtividade Rural. (Site do deputado Simão Pedro). Disponível em: <<http://www.simaopedro.com.br>>. Acesso em: 25 out. 2009.

VALOR da produção agrícola cai R\$ 6,6 bi no país. *Valor Econômico*, São Paulo, 11 set. 2009.

Censo agropecuário de 2006: painéis da evolução e da estrutura da agricultura baiana

Jorge Tadeu Caffé^A
Luiz Mário Ribeiro Vieira^B

O Censo Agropecuário de 2006 atualizou os dados estruturais sob diversos e variados aspectos da realidade do campo, sendo destacados na presente análise aqueles referentes à evolução e a estrutura da agropecuária do estado da Bahia.

NA BAHIA

Concernente ao meio de produção terra, constatou-se o aumento do número de estabelecimentos e a diminuição da área total. Esse movimento de sentido inverso provocou uma queda da área média das terras na Bahia, passando de 42,7 para 38,3 hectares no período intercensitário de 1995 e 2006. Em números absolutos, os estabelecimentos na Bahia, em 2006, somaram 761.528 unidades e congregaram uma área total de 29.180.559 hectares. No período de trinta e um anos (1975 a 2006), o número de estabelecimentos cresceu 38,9%, enquanto a área total evoluiu apenas 15,5%.

^A Especialista em planejamento agrícola; graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); analista técnico da Secretaria de Planejamento da Bahia (Seplan); trabalha na Diretoria de Indicadores e Estatísticas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). tadeu@sei.ba.gov.br

^B Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental; coordenador de Acompanhamento Conjuntural da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Imario@sei.ba.gov.br

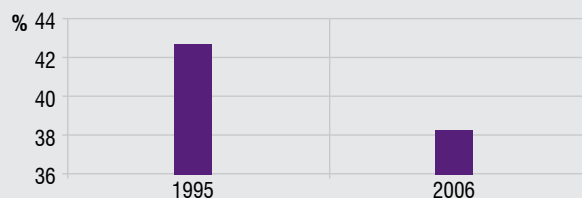


Gráfico 1
Evolução da área média (ha) dos estabelecimentos Bahia – 1996/2006

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Essas constatações censitárias são provas manifestas da concentração na distribuição de terras no estado da Bahia.

A utilização das terras na Bahia entre 1995 e 2006 registrou redução nas áreas de pastagens naturais (-34,6%) e nas áreas com matas plantadas (-11,2%). Nos últimos trinta e um anos (1975/2006) persistiu a tendência de redução das áreas de pastagens naturais (-29,3%), indicando um processo contínuo de desmatamento. Por outro lado, no último período intercensitário, constatou-se, um crescimento relativo, por ordem de grandeza, das áreas de matas naturais (43,6%) – nesse caso motivado pela criação de áreas legais de preservação de matas –, das lavouras temporárias (37,7%), das lavouras permanentes (25,0%) e das pastagens plantadas (15,9%).

No longo prazo (1975/2006), as áreas de pastagens plantadas quase que dobraram (94,1%), as das lavouras temporárias mais que duplicaram (106,8%), as das lavouras permanentes evoluíram 73,5% e as das matas naturais cresceram 64,9%. Merecem destaque, na utilização das terras nesse período, as áreas concernentes às matas plantadas, que obtiveram um crescimento exponencial da ordem de 1.757,8%.

Acerca da mecanização, os dados censitários demonstraram uma evolução na frota de tratores, cuja trajetória de crescimento acumulou um incremento robusto de 534,4% no período de 1975/2006. Os dados do Censo Agropecuário de 2006 acusaram uma frota de 27.546 tratores, que, em confronto aos dados do Censo de 1995, evoluíram 8,3%. Os períodos intercensitários que apresentaram os maiores incrementos da mecanização na Bahia foram os de 1975/80 (207,4%) e 1985/1995 (59,5%).

Com relação ao fator de produção trabalho, os dados censitários dos últimos 31 anos sobre o pessoal ocupado na agropecuária baiana demonstraram uma queda da ordem de 7,7%; o maior declínio (-21,7%) foi observado no período intercensitário de 1985/1995, que, simultaneamente, se apresentou como um período expressivo no reforço da frota de tratores (59,5%) na agropecuária baiana.

No conjunto do efetivo animal da agropecuária baiana, em 2006, destacaram-se os bovinos, que reuniram mais de

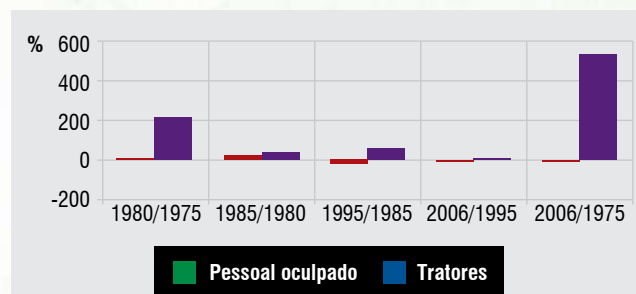


Gráfico 2
Taxas de crescimento (%) do pessoal ocupado e tratores – Bahia – 1975/2006

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

10,3 milhões de cabeças, seguidos de longe pelos efetivos ovinos (2,7 milhões), caprinos (2,1 milhões) e suínos (947,5 mil). O efetivo bubalino, que também compõe o conjunto dos animais de grande porte da pecuária, apresentou-se como o efetivo menos expressivo (15,6 mil cabeças) no referido ano. Já o efetivo das aves, composto de animais de pequeno porte, é o maior entre todos os efetivos animais, congregando mais de 20 milhões de cabeças.

Quanto à dinâmica evolutiva dos efetivos animais no período censitário de 1975/2006, constatou-se que os maiores incrementos percentuais foram provenientes dos bubalinos (120,1%) e das aves (73,9%). Os demais rebanhos cresceram relativamente com menos intensidade, como, por exemplo, os ovinos (33,3%) e bovinos (25,7%), excetuando-se os suínos e caprinos que decresceram, respectivamente, 56,9% e 5,1%, no período considerado.

Com referência à produção animal, representada pelos produtos leite, lã e ovos, os dados dos Censos Agropecuários entre 1975 e 2006 figuraram com incrementos altamente positivos para ovos (307,7%), leite de cabra (262%) e leite de vaca (97,4%). A lã é um produto pesquisado no Censo, mas sem nenhuma expressão econômica até então para a agropecuária baiana.

Todas essas informações até aqui analisadas poderão ser mais bem perscrutadas nas Tabelas 1 e 2, a seguir apresentadas.

Tabela 1
Dados estruturais dos Censos Agropecuários – Bahia – 1975/2006

Dados estruturais	Censos				
	1975	1980	1985	1995	2006
Nº de Estabelecimentos	548.123	637.225	739.006	699.126	761.528
Área total (ha)	25.263.546	30.032.595	33.431.402	29.842.900	29.180.559
Utilização das terras (ha)					
Lavouras permanentes	972.047	1.389.819	1.604.300	1.348.743	1.686.553
Lavouras temporárias ¹	1.691.534	1.947.456	2.555.823	2.541.086	3.498.815
Pastagens naturais	7.248.614	8.192.655	8.224.059	7.836.814	5.126.787
Pastagens plantadas ²	3.970.528	5.775.091	6.779.801	6.652.955	7.707.514
Matas naturais ³	5.953.012	6.756.463	7.452.846	6.839.132	9.817.732
Matas plantadas	14.225	107.280	276.581	297.429	264.265
Pessoal ocupado	2.518.925	2.662.835	3.202.485	2.508.590	2.325.984
Tratores	4.342	13.349	15.953	25.443	27.546
Efetivo de animais					
Bovinos	8.139.414	8.942.727	9.315.074	8.729.953	10.229.459
Bubalinos	7.075	12.410	16.242	11.828	15.574
Caprinos	2.254.750	2.290.476	2.163.837	1.922.373	2.139.749
Ovinos	2.005.244	2.239.381	1.979.010	2.007.356	2.672.868
Suínos	2.197.448	1.740.929	1.511.601	1.211.160	947.488
Aves (galinhas, galos, frangas e frangos) (1.000 cabeças)	12.053	13.664	13.795	18.269	20.961
Produção animal					
Produção leite vaca (1.000 l)	383.096	534.746	648.995	633.339	756.214
Produção leite cabra (1.000 l)	3.290	10.059	7.624	7.071	11.911
Produção de lã (t)	1	2	1	14	1
Produção ovos de galinha (1.000 dúzias)	21.945	22.830	27.315	45.069	89.460

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Nota: Lavoura permanente somente foi pesquisada a área colhida para os produtos com mais de 50 pés em 31.12.2006.

¹ Lavouras temporárias e cultivo de flores, inclusive hidroponia e plasticultura, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação e forrageiras para corte.

² Pastagens plantadas (degradadas e em boas condições).

³ Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, matas e/ou florestas naturais e áreas florestais também usadas para lavouras e pastoreio de animais.

(Continua)

Tabela 2
Confronto dos dados estruturais dos Censos Agropecuários – Bahia – 1970/2006

Dados estruturais	Crescimento intercensitário (Δ%)				
	1980/1975	1985/1980	1995/1985	2006/1995	2006/1975
Nº de Estabelecimentos	16,3	16,0	-5,4	8,9	38,9
Área total (ha)	18,9	11,3	-10,7	-2,2	15,5
Utilização das terras (ha)					
Lavouras permanentes	43,0	15,4	-15,9	25,0	73,5
Lavouras temporárias ¹	15,1	31,2	-0,6	37,7	106,8
Pastagens naturais	13,0	0,4	-4,7	-34,6	-29,3
Pastagens plantadas ²	45,4	17,4	-1,9	15,9	94,1
Matas naturais ³	13,5	10,3	-8,2	43,6	64,9
Matas plantadas	654,2	157,8	7,5	-11,2	1.757,8
Pessoal ocupado	5,7	20,3	-21,7	-7,3	-7,7
Tratores	207,4	19,5	59,5	8,3	534,4
Efetivo de animais					
Bovinos	9,9	4,2	-6,3	17,2	25,7
Bubalinos	75,4	30,9	-27,2	31,7	120,1
Caprinos	1,6	-5,5	-11,2	11,3	-5,1
Ovinos	11,7	-11,6	1,4	33,2	33,3
Suínos	-20,8	-13,2	-19,9	-21,8	-56,9

(Conclusão)

Tabela 2
Confronto dos dados estruturais dos Censos Agropecuários – Bahia – 1970/2006

Dados estruturais	Crescimento intercensitário ($\Delta\%$)				
	1980/1975	1985/1980	1995/1985	2006/1995	2006/1975
Aves (galinhas, galos, frangas e frangos) (1.000 cabeças)	13,4	1,0	32,4	14,7	73,9
Produção animal					
Produção leite vaca (1.000 l)	39,6	21,4	-2,4	19,4	97,4
Produção leite cabra (1.000 l)	205,7	-24,2	-7,3	68,4	262,0
Produção de lã (t)	100,0	-50,0	1.300,0	-92,9	0,0
Produção ovos de galinha (1.000 dúzias)	4,0	19,6	65,0	98,5	307,7

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Nota: Lavoura permanente somente foi pesquisada a área colhida para os produtos com mais de 50 pés em 31.12.2006.

¹ Lavouras temporárias e cultivo de flores, inclusive hidroponia e plasticultura, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação e forrageiras para corte.

² Pastagens plantadas (degradadas e em boas condições).

³ Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, matas e/ou florestas naturais e áreas florestais também usadas para lavouras e pastoreio de animais.

COMPARAÇÃO DA BAHIA COM O BRASIL

Os dados censitários contidos na Tabela 3 possibilitaram comparar a importância relativa do setor agropecuário do estado da Bahia em relação à região Nordeste e ao Brasil. Esse tipo de abordagem permitiu utilizar-se do critério de comparação percentual para analisar a magnitude e a tendência dos fenômenos ocorridos no setor agropecuário no tempo e espaço.

A trajetória percorrida pela série de dados do Censo Agropecuário no transcurso do período de 1975 até 2006 mostrou que tanto o número dos estabelecimentos quanto a área total aumentaram na Bahia em comparação ao Brasil. Nessa comparação, o número de estabelecimentos baianos, que representava 11%, em 1975, cresceu para 14,7%, em 2006. A área total dos estabelecimentos também aumentou sua participação em igual período, embora em menor escala, passando de 7,8% para 8,8%.

A utilização das terras na Bahia em relação ao Brasil apresentou resultados diferenciados, de acordo com as modalidades de uso no período de análise considerado (1975/2006). Assim, as áreas utilizadas com lavouras permanentes no estado cresceram sistematicamente sua participação percentual em relação ao país; contraditoriamente, entretanto, observou-se um decréscimo de participação no período intercensitário de 1995 para 2006, caindo de 17,9% para 14,5%. As culturas temporárias no estado figuraram com

trajetória de crescimento em suas áreas no transcurso do período em tela, representando 7,3% em 2006.

As pastagens naturais também aumentaram sua participação percentual em relação ao país nesse período, excetuando os dados de 2006, que acusaram decréscimo. As pastagens plantadas delinearam *pari passu* uma trajetória descendente, pois, em 1975, chegaram a representar 10,1% da pastagem do país e em 2006 decresceram para 7,6%. As áreas de matas naturais baianas expressaram um trajeto de declínio em relação ao Brasil. Entretanto, em 2006, essas matas retomaram o patamar de participação verificado na década de 1970, que foi de 10%. As matas plantadas na Bahia, igualmente, indicaram crescimento mais acentuado no decurso de 1975/2006, passando de 0,5% para 5,9%, em relação ao Brasil.

A participação do pessoal ocupado na agropecuária baiana em comparação ao Brasil teve um aumento da ordem de 1,6 ponto percentual nos últimos 31 anos (1975/2006), passando de 12,4% para 14%.

A frota de tratores da Bahia em comparação com a do Brasil também cresceu em termos percentuais no período considerado. Em 1975, o estado detinha 1,1% dos tratores do país. Em 2006, o Censo Agropecuário registrou que 3,4% de toda a frota nacional de tratores estavam alocados na agropecuária baiana.

O efetivo de animais da agropecuária baiana (constituído de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos, suínos e aves), teve como destaque os caprinos, que apresentaram uma participação consolidada há mais de trinta anos em torno de 30% do rebanho nacional. Os ovinos obtiveram um incremento contínuo ao longo desse período, passando de 11,5%, em 1975, para 18,9%, em 2006. O efetivo bovino, diferentemente dos caprinos e ovinos, figurou com tendência decrescente na participação percentual do estado em comparação ao país, passando de 8% para 6% entre 1975 e 2006. Os demais efetivos animais (bubalinos, suínos e aves) decrescem sua participação nacional.

Acerca da produção animal da Bahia, levantada pelos Censos Agropecuários e composta de leite de vaca, leite de cabra, lã e ovos de galinha, mereceu destaque a produção de leite de cabra, que vem representando historicamente cerca de 1/3 da produção nacional. As demais produções provenientes da pecuária baiana tiveram pouca representatividade nacional,

pois a produção de leite de vaca significou apenas 3,8%, a produção de ovos de galinha 3,2% e de lã 0%.

COMPARAÇÃO DA BAHIA COM O NORDESTE E O BRASIL

Os dados do Censo Agropecuário de 2006, expressos nas Tabelas 4 e 5, permitiram comparar as seguintes facetas do setor agrícola entre a Bahia, o Nordeste e o Brasil, no que diz respeito à condição legal das terras, condição do produtor em relação às terras, condição legal do produtor, formas de obtenção da terra segundo o número e a área dos estabelecimentos, além do local de residência do produtor e o gênero do produtor (homem e mulher) na direção dos estabelecimentos.

Os aspectos dominantes do perfil dos(as) produtores(as) rurais baianos(as) são os seguintes:

- possuem terras próprias;
- são proprietários;
- exploram individualmente a terra;
- obtiveram a terra mediante compra;
- residem no estabelecimento;
- são majoritariamente do sexo masculino na direção do estabelecimento;
- possuem o ensino fundamental incompleto ou não sabem ler e escrever.

Em comparação ao Brasil e Nordeste, constatou-se que os produtores rurais baianos que possuíam terras próprias, no tocante a área (ha), representaram, respectivamente, 9,3% e 40,4%, em 2006. As terras sem titulação definitiva na Bahia em comparação ao Brasil eram 8,2% e ao Nordeste 27,2%; as terras ocupadas no estado em relação ao Brasil e Nordeste apresentaram valores respectivos de 6,3% e 16,2% nesse mesmo ano. As demais condições legais da terra no estado, quais sejam, parcerias e arrendadas, obtiveram respectivamente as seguintes representatividades nacional e regional: 6,8% e 11,3%; 2,4% e 5,6%.

Atinente à condição do produtor rural em relação às terras, os dados do Censo Agropecuário de 2006 apontaram que o proprietário de terra baiano representou 16,9% do

Tabela 3
Comparação dos dados estruturais do setor agropecuário da Bahia em relação ao Brasil – 1975/2006

Dados estruturais	1975	1980	1985	1995	2006
Nº de Estabelecimentos	11,0	12,3	12,7	14,4	14,7
Área total (ha)	7,8	8,2	8,9	8,4	8,8
Utilização das terras (ha)					
Lavouras permanentes	11,6	13,3	16,2	17,9	14,5
Lavouras temporárias ¹	5,4	5,0	6,1	7,4	7,3
Pastagens naturais	5,8	7,2	7,8	10,0	8,9
Pastagens plantadas ²	10,0	9,5	9,2	6,7	7,6
Matas naturais ³	8,8	8,1	9,0	7,7	10,4
Matas plantadas	0,5	2,1	4,6	5,5	5,9
Pessoal ocupado	12,4	12,6	13,7	14,0	14,0
Tratores	1,3	2,4	2,4	3,2	3,4
Efetivo de animais					
Bovinos	8,0	7,6	7,3	5,7	6,0
Bubalinos	3,4	3,3	2,6	1,4	1,8
Caprinos	33,6	29,0	26,4	29,2	30,1
Ovinos	11,5	12,5	12,3	14,4	18,9
Suínos	6,3	5,3	5,0	4,4	3,0
Aves (galinhas, galos, frangos e frangos) (1.000 cabeças)	4,2	3,3	3,2	2,5	1,5
Produção animal					
Produção leite vaca (1.000 l)	4,5	4,6	5,1	3,5	3,8
Produção leite cabra (1.000 l)	24,6	39,4	21,3	32,3	33,3
Produção de lã (t)	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0
Produção ovos de galinha (1.000 dúzias)	2,5	1,8	2,0	2,4	3,2

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Tabela 4
Condição legal das terras por número de estabelecimentos – Brasil, Nordeste e Bahia – 2006

Condição	Brasil (BR)	Nordeste (NE)	Bahia (BA)	BA/BR (%)	BA/NE (%)
Próprias	3.946.276	1.682.740	666.817	16,9	39,6
Sem titulação definitiva	194.865	88.648	16.529	8,5	18,6
Arrendadas	333.961	143.867	8.108	2,4	5,6
Parcerias	186.352	111.776	12.598	6,8	11,3
Ocupadas	474.132	325.096	53.726	11,3	16,5

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Tabela 5
Condição legal das terras por área (ha) dos estabelecimentos – Brasil, Nordeste e Bahia – 2006

Condição	Brasil (BR)	Nordeste (NE)	Bahia (BA)	BA/BR (%)	BA/NE (%)
Próprias	298.678.681	68.925.933	27.866.773	9,3	40,4
Sem titulação definitiva	5.948.677	1.780.089	484.992	8,2	27,2
Arrendadas	14.936.264	1.425.695	251.864	1,7	17,7
Parcerias	3.174.804	676.589	126.356	4,0	18,7
Ocupadas	7.203.020	2.786.174	450.585	6,3	16,2

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

contingente nacional e 39,6% do regional. A segunda condição foi expressa pelo ocupante (10,9%), na comparação Bahia e Brasil; no confronto Bahia e Nordeste, foi a condição de assentado sem titulação definitiva (18,6%), levando-se em consideração o número de estabelecimentos. Por outro lado, os parceiros e arrendatários ocuparam posições menos significativas quanto às condições legais do produtor em relação ao acesso à terra, nas comparações Bahia e Brasil e Bahia e Nordeste.

Tabela 8
Condição legal do produtor por número de estabelecimento – Brasil, Nordeste e Bahia – 2006

Condição	Brasil (BR)	Nordeste (NE)	Bahia (BA)	BA/BR (%)	BA/NE (%)
Produtor individual	4.952.139	2.375.770	736.433	14,9	31,0
Condomínio ou consórcio	115.699	44.864	16.609	14,4	37,0
Cooperativa	9.084	1.948	635	7,0	32,6
Soc. anônima ou limitada	53.638	9.791	2.367	4,4	24,2
Utilidade pública	1.464	365	155	10,6	42,5
Governo	4.394	1.742	583	13,3	33,5
Outra condição	39.071	19.526	4.746	12,1	24,3

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Tabela 6
Condição do produtor em relação às terras por número de estabelecimento – Brasil, Nordeste e Bahia – 2006

Condição	Brasil (BR)	Nordeste (NE)	Bahia (BA)	BA/BR (%)	BA/NE (%)
Proprietário	3.946.276	1.682.740	666.817	16,9	39,6
Assentado sem titulação definitiva	189.191	86.406	16.046	8,5	18,6
Arrendatário	230.110	121.708	5.862	2,5	4,8
Parceiro	142.531	92.388	8.650	6,1	9,4
Ocupante	412.357	289.654	44.789	10,9	15,5
Produtor sem área	255.024	181.110	19.364	7,6	10,7

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Tabela 7
Condição do produtor em relação à área (ha) Brasil, Nordeste e Bahia – 2006

Condição	Brasil (BR)	Nordeste (NE)	Bahia (BA)	BA/BR (%)	BA/NE (%)
Proprietário	306.847.605	69.758.000	28.074.178	9,1	40,2
Assentado sem titulação definitiva	5.750.283	1.734.916	474.735	8,3	27,4
Arrendatário	9.005.203	1.044.650	165.220	1,8	15,8
Parceiro	1.985.085	553.417	93.076	4,7	16,8
Ocupante	6.353.218	2.503.459	373.350	5,9	14,9

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Segundo a condição legal dos produtores, os dados do Censo Agropecuário de 2006, na comparação Bahia e Brasil, expressaram que o produtor individual, isto é, pessoa física e responsável único pelo estabelecimento, e o condomínio ou consórcio constituíram-se nas duas principais formas legais, representados por 14,9% e 14,4%, não obstante outras formas legais de o produtor aproximar-se desses valores percentuais (Tabelas 8 e 9).

Tabela 9
Condição legal do produtor por área (ha) Brasil, Nordeste e Bahia – 2006

Condição	Brasil (BR)	Nordeste (NE)	Bahia (BA)	BA/BR (%)	BA/NE (%)
Produtor individual	278.232.824	66.902.243	25.328.470	9,1	37,9
Condomínio ou consórcio	18.201.668	2.652.925	1.308.760	7,2	49,3
Cooperativa	1.383.241	217.015	73.589	5,3	33,9
Soc. anônima ou limitada	27.865.979	4.770.389	2.161.491	7,8	45,3
Utilidade pública	441.315	29.225	11.254	2,5	38,5
Governo	653.730	121.824	35.682	5,5	29,3
Outra condição	3.162.637	900.820	261.314	8,3	29,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Tabela 10
Formas de obtenção da terra do produtor proprietário
Brasil, Nordeste e Bahia – 2006

Condição	Brasil (BR)	Nordeste (NE)	Bahia (BA)	BA/BR (%)	BA/NE (%)
Compra de particular	2.418.339	934.418	385.904	16,0	41,3
Compra via crédito	47.493	17.966	3.534	7,4	19,7
Titulação via reforma agrária	290.242	127.608	25.046	8,6	19,6
Herança	1.526.161	702.699	281.505	18,4	40,1
Doação particular	122.791	70.030	32.380	26,4	46,2
Usucapião	46.730	22.417	7.843	16,8	35,0
Outra forma	55.409	25.759	6.033	10,9	23,4
Não sabe	22.595	10.098	2.271	10,1	22,5

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Essa configuração de resultados na relação Bahia e Brasil assemelha-se à relação Bahia e Nordeste, isto é, o produtor individual e o condomínio ou consórcio constituíram-se nas duas principais formas legais do produtor, porém apresentando regionalmente valores percentuais mais elevados. Ademais, na comparação Bahia e Nordeste, merecem destaque as modalidades sociedade anônima ou limitada e cooperativa, que apresentaram percentuais importantes da ordem de 45,3% e 33,9%, respectivamente.

As formas de obtenção da terra por parte do produtor proprietário na Bahia, em confronto com os dados do Brasil e da região Nordeste, revelaram que as mais representativas em termos percentuais foram aquelas obtidas mediante as formas tradicionais da doação particular, compra particular, herança e usucapião, ao passo que as modalidades menos significantes foram a compra da terra via crédito e a titulação por meio da reforma agrária (Tabela 10).

Tabela 12
Homem que dirige o estabelecimento e nível de instrução – Brasil, Nordeste e Bahia – 2006

Nível de instrução	Brasil (BR)	Nordeste (NE)	Bahia (BA)	BA/BR (%)	BA/NE (%)
Não sabe ler e escrever	1.064.920	842.256	223.654	21,0	26,6
Nenhuma instrução (sabe ler e escrever)	418.154	264.449	105.725	25,3	40,0
Alfabetização de adultos	238.942	111.016	38.271	16,0	34,5
Fundamental incompleto	1.946.720	623.189	187.356	9,6	30,1
Fundamental completo	390.443	108.016	30.991	7,9	28,7
Ensino médio completo	333.454	90.944	32.441	9,7	35,7
Ensino superior completo	126.628	96.732	6.841	5,4	7,1

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Tabela 11
Local de residência do produtor proprietário
Brasil, Nordeste e Bahia – 2006

Condição	Brasil (BR)	Nordeste (NE)	Bahia (BA)	BA/BR (%)	BA/NE (%)
Estabelecimento	3.980.411	1.833.781	542.649	13,6	29,6
Zona urbana	547.127	229.098	85.707	15,7	37,4
Zona rural	466.108	333.067	107.532	23,1	32,3
Zona urbana de outro município	147.941	41.442	17.976	12,2	43,4
Zona rural de outro município	33.902	16.618	7.664	22,6	46,1

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Os principais locais de residência do produtor proprietário do estado da Bahia em comparação a seu congênere do Brasil, segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006 contidos na Tabela 11, foram a zona rural (23,1%) e a zona rural de outro município (22,6%). Já em comparação à região Nordeste, observou-se que os principais locais de residência do produtor foram, em ordem de importância, a zona rural de outro município (46,1%), a zona urbana de outro município (43,4%) e a zona urbana (37,4%).

Os aspectos relacionados ao nível de instrução dos produtores baianos que dirigem o estabelecimento, de acordo com o gênero (homem e mulher), em comparação ao Brasil (Tabelas 12 e 13), revelaram que os homens que administravam o estabelecimento agrícola e não sabiam ler e escrever eram 21% e os que não tinham nenhuma instrução 25,3%, ao passo que as mulheres que dirigiam o estabelecimento agrícola na Bahia e não sabiam ler e escrever ou não possuíam nenhuma

Tabela 13
Mulher que dirige o estabelecimento e nível de instrução – Brasil, Nordeste e Bahia – 2006

Nível de instrução	Brasil (BR)	Nordeste (NE)	Bahia (BA)	BA/BR (%)	BA/NE (%)
Não sabe ler e escrever	203.172	163.391	58.289	28,7	35,7
Nenhuma instrução (sabe ler e escrever)	60.349	43.012	18.642	30,9	43,3
Alfabetização de adultos	36.365	20.941	7.878	21,7	37,6
Fundamental incompleto	245.280	119.844	36.859	15,0	30,8
Fundamental completo	46.114	20.809	6.012	13,0	28,9
Ensino médio completo	45.983	20.319	7.549	16,4	37,2
Ensino superior completo	58.979	4.108	1.020	1,7	24,8

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

instrução representavam 28,7% e 30,9%, respectivamente. Concernente a quem possuía ensino superior completo, os homens detinham 5,4% e as mulheres apenas 1,7%.

O comparativo da Bahia com o Nordeste, no que diz respeito ao nível de instrução, indicou que os homens que dirigiam o estabelecimento e não sabiam ler e escrever ou não tinham nenhuma instrução eram 26,6% e 40%, respectivamente. No outro extremo, os dirigentes homens que detinham o ensino superior completo figuravam com 7,1%. Por sua vez, as mulheres dirigentes dos estabelecimentos agrícolas baianos que não sabiam ler e escrever significavam 35,7% e as que não dispunham de nenhuma instrução, 43,3%. Já as mulheres dirigentes de estabelecimento na Bahia que possuíam ensino superior completo expressaram valor percentual elevado, da ordem de 24,8%, em relação à região Nordeste.

Outra frente de informações do Censo Agropecuário de 2006 diz respeito aos aspectos relacionados à obtenção ou não de financiamento por parte dos estabelecimentos, de acordo com sua finalidade, referentes às dívidas e ônus reais por estabelecimento e valor, como também relacionados à produção física dos principais produtos agrícolas e ao valor de sua produção. Essas informações estão disponíveis e expostas nas Tabelas 14, 15, 16, 17, 18 e 19, a seguir apresentadas, no âmbito do Brasil, Nordeste e Bahia.

Concernente aos estabelecimentos que obtiveram financiamento por finalidade, em 2006, constatou-se que, para o Brasil, a modalidade destinada ao custeio destacou-se das demais, seguida do investimento. Já para a região Nordeste e Bahia, diferentemente, sobressaiu a modalidade investimento, seguida do custeio. Na Bahia, em particular, perto de 57% dos estabelecimentos destinaram os recursos de financiamento para investimento e 23,5% para custeio (Tabela 14).

Tabela 14
Estabelecimentos que obtiveram financiamento por finalidade – Brasil, Nordeste e Bahia – 2006

Finalidade	Brasil (BR)	Nordeste (NE)	Bahia (BA)	(%)	BA/BR (%)	BA/NE (%)
Investimento	395.425	211.539	49.597	56,89	12,5	23,4
Custeio	492.628	74.185	20.496	23,51	4,2	27,6
Comercialização	10.554	6.369	1.303	1,49	12,3	20,5
Manutenção do estabelecimento	86.218	45.836	15.789	18,11	18,3	34,4

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Os estabelecimentos que obtiveram financiamento para comercialização da produção agrícola em 2006 são minoritários, tanto no âmbito do país como na região Nordeste e Bahia. Para a Bahia, esses estabelecimentos representaram apenas 1,5% do total, manifestando assim pouca atenção da política de financiamento à comercialização da produção agrícola. No que diz respeito à modalidade de financiamento voltada para a manutenção do estabelecimento, o comparativo da Bahia com o Brasil e Nordeste indicou percentuais de 18,3% e 34,4%, respectivamente.

Com relação aos estabelecimentos agrícolas do Brasil, Nordeste e Bahia que não obtiveram financiamento em 2006, verificou-se que o principal motivo dessa recusa foi “não precisar” de financiamento. Esse motivo, quantificado para a Bahia, representou mais de 41% do total dos estabelecimentos sem acesso ao financiamento. O segundo motivo para os estabelecimentos não acessarem o financiamento no Brasil, Nordeste e Bahia foi o “medo de contrair dívidas”, cuja proporção para a Bahia foi de mais de ¼ dos estabelecimentos agrícolas.

Embora em menor proporção, os pretextos de conteúdos mais objetivos que obstaculizaram o acesso dos estabelecimentos agrícolas no Brasil, Nordeste e Bahia ao financiamento estavam vinculados à falta de garantia pessoal, falta de informação de como conseguir o financiamento, burocracia e falta de pagamento. A título de ilustração, o somatório desses quatro motivos para a Bahia somou 16,12% (Tabela 15).

Tabela 15
Estabelecimentos que não obtiveram financiamento por finalidade – Brasil, Nordeste e Bahia – 2006

Motivo	Brasil (BR)	Nordeste (NE)	Bahia (BA)	(%)	BA/BR (%)	BA/NE (%)
Falta de garantia pessoal	77.984	45.959	13.346	1,97	17,11	29,04
Não sabe como conseguir	61.733	33.738	10.301	1,52	16,69	30,53
Burocracia	355.751	176.990	56.459	8,32	15,87	31,90
Falta de pagamento	133.419	91.517	29.182	4,30	21,87	31,89
Medo de contrair dívidas	878.623	556.137	176.060	26,13	20,04	31,66
Outro motivo	538.368	350.622	111.897	16,50	20,78	31,91
Não precisou	2.208.930	873.296	280.830	41,42	12,71	32,16

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Tabela 16
Dívidas e ônus reais dos estabelecimentos no ano
Brasil, Nordeste e Bahia – 2006

(Nº de estabelecimento)

Dívidas e ônus	Brasil (BR)	Nordeste (NE)	Bahia (BA)	(%)	BA/BR (%)	BA/NE (%)
Bancos ou agentes financeiros	893.459	344.986	97.355	89,89	10,9	28,2
Cooperativas ou empresas em geral	116.981	12.303	3.862	3,57	3,3	31,4
Pessoas físicas	72.605	27.754	7.086	6,54	9,8	25,5

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Tabela 17
Dívidas e ônus reais dos estabelecimentos no ano
Brasil, Nordeste e Bahia – 2006

(Valor R\$ 1.000,00)

Dívidas e ônus	Brasil (BR)	Nordeste (NE)	Bahia (BA)	(%)	BA/BR (%)	BA/NE (%)
Bancos ou agentes financeiros	23.089.750	4.159.366	1.843.90	92,24	8,0	44,3
Cooperativas ou empresas em geral	2.807.572	237.931	133.284	6,67	4,7	56,0
Pessoas físicas	914.646	76.432	21.776	1,09	2,4	28,5

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

A pesquisa sobre dívidas e ônus reais dos estabelecimentos agropecuários, realizada pelo Censo em 2006, revelou que os bancos e agentes financeiros foram os mais atingidos, tanto no Brasil como no Nordeste e Bahia. No estado, 92,42% do valor das dívidas e ônus reais recaíram sobre os bancos e agentes financeiros, 6,67% sobre as cooperativas ou empresas em geral e apenas 1,09% sobre as pessoas físicas (Tabelas 16 e 17).

Assim, a comparação dos estabelecimentos agropecuários da Bahia que apresentaram dívidas e ônus reais com os do Brasil e Nordeste, em 2006, revelou um padrão regional comum à maioria dos aspectos levantados pelo Censo 2006, em que a Bahia lidera a região Nordeste, mas é acessória no geral em relação ao país. Por exemplo, enquanto os estabelecimentos agropecuários da Bahia com dívidas e ônus reais com os bancos representaram apenas 8% em relação ao Brasil, em comparação com o Nordeste somaram 44,3%. Da mesma forma, à medida que os estabelecimentos da Bahia com dívidas e ônus

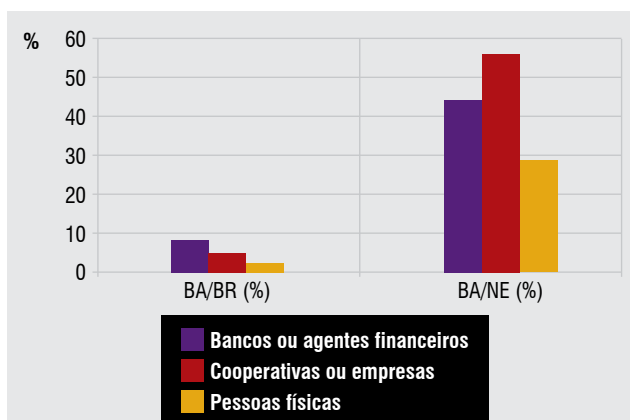


Gráfico 3
Dívidas e ônus reais dos estabelecimentos agropecuários – Brasil, Nordeste e Bahia – 2006

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

reais com as cooperativas ou empresas significaram algo em torno de 5% do país, em relação ao Nordeste representaram 56%. Já as dívidas dos estabelecimentos da Bahia com pessoas físicas representaram 2,4% e 28,5% em relação ao Brasil e Nordeste, respectivamente.

Por sua vez, a pauta dos principais produtos agrícolas, em termos de produção física (t), destacou, em ordem de importância, a cana-de-açúcar, milho, soja, mandioca, café, algodão e cacau. As nuances da produção estadual do cacau e algodão atribuíram-lhes forte expressão econômica no âmbito nacional. Assim, esses dois produtos abarcaram percentuais de produção da ordem de 78,2% e 27,6%, respectivamente, em comparação ao Brasil. Em termos de valor da produção, a importância relativa de ambos os produtos em referência ao Brasil também se confirmou, representando 79,3% para o cacau e 20,1% para o algodão (Tabelas 18 e 19).

No que diz respeito à representação regional da pauta desses produtos originários da Bahia, observou-se uma configuração também liderada pelo cacau (100%), seguido da produção de café (97,1%), algodão (74,9%), soja (55,2%), mandioca (28,2%) e milho (20,2%).

No âmbito interno da produção agrícola da Bahia, a soja despontou como o principal produto da agropecuária em termos de valor da produção (715,7 milhões de reais, em 2006), seguido de perto pelo algodão (651,4 milhões

Tabela 18
Produção dos principais produtos agrícolas
Brasil, Nordeste e Bahia – 2006

(Em t)

Produtos	Brasil (BR)	Nordeste (NE)	Bahia (BA)	BA/BR (%)	BA/NE (%)
Cacau	199.172	155.661	155.656	78,2	100,0
Café	2.360.756	148.841	145.743	6,2	97,9
Algodão	2.350.132	777.078	649.237	27,6	83,5
Cana-de-açúcar	384.165.158	58.989.062	2.721.516	0,7	4,6
Mandioca	16.093.942	8.170.935	1.246.801	7,7	15,3
Milho	42.281.800	5.488.858	1.732.358	4,1	31,6
Soja	40.712.683	2.943.043	1.715.195	4,2	58,3

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Tabela 19
Valor da produção dos principais produtos agrícolas
Brasil, Nordeste e Bahia – 2006

(Em R\$ 1.000)

Produtos	Brasil (BR)	Nordeste (NE)	Bahia (BA)	BA/BR (%)	BA/NE (%)
Cacau	756.711	599.987	599.986	79,3	100,0
Café	8.566.299	469.922	456.317	5,3	97,1
Algodão	3.233.189	869.795	651.442	20,1	74,9
Cana-de-açúcar	19.706.121	3.310.409	147.020	0,7	4,4
Mandioca	3.686.632	1.464.341	295.482	8,0	20,2
Milho	11.362.642	1.807.816	509.665	4,5	28,2
Soja	17.141.485	1.296.664	715.662	4,2	55,2

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

de reais). A despeito de enfrentar uma crise sistêmica, o cacau ainda ocupava a terceira posição na pauta da produção agropecuária baiana (600 milhões de reais).

Nesse sentido, merecem ser destacados a produção física e o valor da produção da mandioca e do milho na pauta dos principais produtos da agropecuária baiana, pois são importantes na dieta alimentar regional (Tabelas 18 e 19).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, ao longo deste artigo, apresentar painéis da evolução e da estrutura do setor agropecuário baiano, tendo-se como base os dados mais relevantes do Censo Agropecuário 2006. Assim, o presente artigo ficou restrito a uma análise descritiva do conjunto de informações disponibilizadas pelo IBGE.

De modo geral, observou-se um processo produtivo que envolveu concentração de terras e modernização da atividade agropecuária, com a incorporação de novas tecnologias, destacando-se a mecanização e a

introdução de novas culturas, além da diminuição do pessoal ocupado, sugerindo aumento da produtividade do trabalho. Outros aspectos importantes também foram sinalizados pelos dados do Censo Agropecuário, como o incremento de áreas destinadas à pastagem plantada, às culturas temporárias e permanentes e às matas plantadas.

Com relação à modalidade de financiamento, observou-se que a Bahia, diferentemente do Brasil, sobressaiu a modalidade investimento seguida do custeio dos estabelecimentos agrícolas. O financiamento da comercialização agrícola ainda é pouco significativo na Bahia e Brasil.

Por último, cabe ressaltar que, dado o caráter restrito da análise do presente artigo, muitos outros aspectos do Censo Agropecuário 2006 certamente serão destacados pelos estudiosos das questões do setor agrícola na Bahia.

REFERÊNCIAS

CENSO AGROPECUÁRIO 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

PIB municipal revela leve **desconcentração espacial** na economia baiana

Gustavo Casseb Pessoti^A

João Paulo C. Santos^B

Karina M^a. das Graças Carneiro da Silva^C

Simone Borges Medeiros Pereira^D

A Bahia, nos últimos anos, tem passado por um processo de desconcentração espacial de sua atividade produtiva. Essa desconcentração pode ser percebida por meio da análise do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios baianos, que revelou, em 2007, um ganho de participação para os municípios fora da Região Metropolitana de Salvador. Nos últimos anos, a estrutura produtiva baiana tem se caracterizado pelo redirecionamento de parte da estrutura industrial para vários municípios e diversas regiões do estado; com relação à produção agrícola, esse redirecionamento voltou-se basicamente para os municípios da região Oeste. Nesse sentido, os números divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2009), evidenciam uma desconcentração espacial da atividade econômica da Região Metropolitana de Salvador que, em 1999, era responsável por 46,7% do PIB da Bahia e passou, em 2007, a representar 41,7% do total das riquezas produzidas pelo estado da Bahia. No entanto é importante salientar que apesar dessa leve desconcentração, a Bahia ainda se caracteriza pela existência de áreas com baixa capacidade de geração de renda e que dependem, em grande parte, da atuação do poder público.

Observando-se os cinco maiores PIBs municipais verifica-se que, em 1999, eles representavam 51,4% do total da atividade econômica do estado e passaram, em 2007, a representar 46,9%, o que reforça o argumento da desconcentração.

^A Mestre em Análise Regional pela Universidade Salvador (Unifacs); graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); professor do curso de Economia da Unifacs; diretor de Indicadores e Estatísticas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). cassebpepsoti@gmail.com

^B Mestrando em Economia e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); coordenador de Contas Regionais e Finanças Públicas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI); professor universitário. joaopaulo@sei.ba.gov.br

^C Especialista em Administração pelo Centro Interamericano de Desenvolvimento (Cenid-BA); graduada em Estatística pela Escola Superior de Estatística da Bahia (ESEB); técnica da equipe de Contas Municipais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI); professora universitária. kmsilva@sei.ba.gov.br

^D Graduada em Estatística pela Escola Superior de Estatística da Bahia (ESEB); coordenadora do Projeto de Contas Municipais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). simonebmp@sei.ba.gov.br



Em 2007 a economia baiana apresentou um crescimento de 5,3% em seu PIB, em função do bom desempenho dos setores industriais e de serviços, que, juntos, representavam 91% da estrutura produtiva do estado (Gráfico 1). Esses setores apresentaram uma taxa de crescimento de 4,5% e 5,0%, respectivamente, no referido ano. Entretanto a agropecuária foi a atividade, presente em praticamente toda a Bahia, com maior intensidade no Oeste, que apresentou o melhor desempenho entre os grandes setores da atividade econômica, registrando uma taxa de crescimento da ordem de 9,1%, em comparação ao ano de 2006. Em relação ao PIB dos municípios, de acordo com sua atual metodologia de cálculo, ainda não é possível mensurar as taxas anuais de crescimento econômico de cada município, para se aferir a evolução econômica. No entanto isso não impede que sejam realizadas algumas correlações entre as atividades municipais e o Produto Interno Bruto do estado.

Assim como aconteceu no país, em que se observou uma desconcentração da atividade econômica da região Sudeste, com o redirecionamento de várias atividades econômicas para as regiões Nordeste e Centro Oeste, propiciadas, sobretudo pelo chamado *agronegócio*,¹ também na Bahia é possível perceber um processo interno de desconcentração, na qual a região Oeste do estado foi uma das que mais ganhou participação no PIB, graças à ampliação nas produções de soja e algodão. O município de São Desidério, por exemplo, tem o maior valor agregado² agropecuário do Brasil. Em 2007, a soja foi o 5º produto na pauta de exportações da Bahia, entre todos os produtos exportados pelo estado, com valor de quase US\$ 393 milhões.

Outras atividades que apresentaram um grande incremento produtivo no estado, em 2007, foram o comércio e a construção civil – dois setores tradicionalmente grandes geradores de emprego –, que assinalaram expansão de 5,5% e 5,3%, respectivamente. Em valores

¹ Afirmação feita com base no *release* do IBGE referente ao lançamento da série 1995-2007 das contas regionais do Brasil divulgado no site desta instituição no dia 18 de novembro de 2009.

² O valor adicionado é uma *proxy* do PIB antes de serem acrescentados os valores dos impostos e retirados os subsídios.

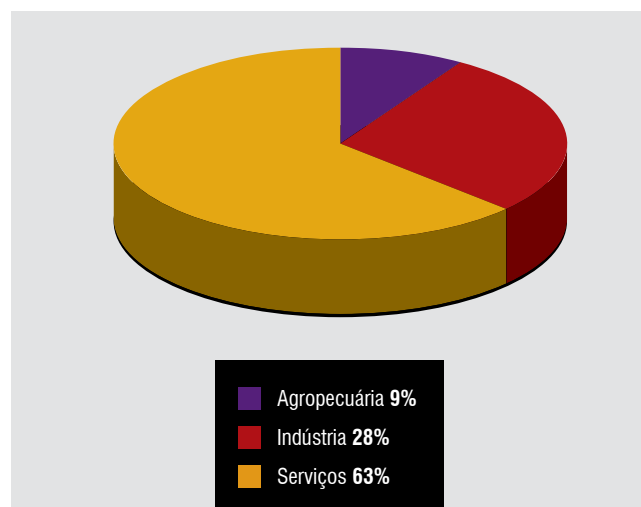


Gráfico 1
Participação dos grandes setores de atividade,
PIB Municipal – Bahia – 2007

Fonte: IBGE (2009a).

correntes, o PIB baiano atingiu a cifra de R\$ 109,7 bilhões, representando 4,1% do PIB do Brasil. O Gráfico 1, mostra a estrutura produtiva da economia baiana, por grandes setores de atividade, em 2007, permitindo a leitura de que o setor de serviços é o que mais agrega valor ao PIB do estado.

OS CINCO MAIORES MUNICÍPIOS BAIANOS QUANTO AO PIB

O município de Salvador, por suas características de principal polo de serviços, é aquele que apresenta o maior PIB municipal, sendo responsável por 24,9% da atividade econômica do estado. Em seguida estão os municípios de Camaçari, cuja economia é representada preponderantemente pela indústria de transformação, em especial nos segmentos químico e automotivo; São Francisco do Conde, com forte concentração no segmento do refino de petróleo; Feira de Santana, por suas características de importante entreposto comercial e entroncamento das principais rodovias que cortam o estado, abrigando diversas atividades industriais, principalmente no Distrito Industrial de Subaé; e, por fim, Candeias, com suas principais atividades centradas na produção de petróleo e gás natural.

Tabela 1
Cinco maiores municípios em relação ao PIB
Bahia – 1999, 2006 e 2007

PIB	PIB total (em milhões)			Participação total no estado (%)		
	1999	2006	2007 ¹	1999	2006	2007
Estado	41.883	96.521	109.652	100	100	100
Município	21.441	46.432	51.474	51,19	48,11	46,94
Salvador	12.126	24.139	26.727	28,95	25,01	24,37
Camaçari	4.346	9.529	10.402	10,38	9,87	9,49
São Francisco do Conde	2.593	6.664	7.144	6,19	6,90	6,52
Feira de Santana	1.521	3.867	4.721	3,63	4,01	4,31
Candeias	855	2.233	2.480	2,04	2,31	2,26

Fonte: SEI, IBGE.

¹ Dados sujeitos a retificação.

Com a interiorização da produção em face da expansão da fronteira agrícola e do *agronegócio*, além das políticas de atração de empreendimentos industriais, fica bastante evidente o processo de desconcentração econômica que se vem processando no estado. Esse fato é perceptível pelo aumento da representatividade dos demais municípios no total da agregação de valor do PIB estadual. O Gráfico 2 demonstra a mudança de representatividade dos cinco maiores municípios entre 1999 e 2007, revelando o processo de desconcentração econômica, em termos territoriais.

Em período mais recente, 2006 e 2007, percebe-se uma mudança de posição no *ranking* dos municípios, especialmente entre aqueles que receberam grandes aportes de investimentos e/ou tiveram forte crescimento em alguma atividade econômica. Tal acréscimo pode ser resultante da ampliação da produção ou da majoração do preço médio de seus produtos, gerando maior circulação de valores nas economias, o que propicia maior expressão monetária de seus PIBs.

Tal movimentação ficou mais marcada e foi mais expressiva entre os municípios de Cairu, pela presença do campo de gás natural de Manatí; Adustina, Fátima e Santa Brígida (localizados na região Nordeste) e São Miguel das Matas (Recôncavo Sul da Bahia), esses por conta do expressivo aumento nas produções agropecuárias e em seus respectivos preços.

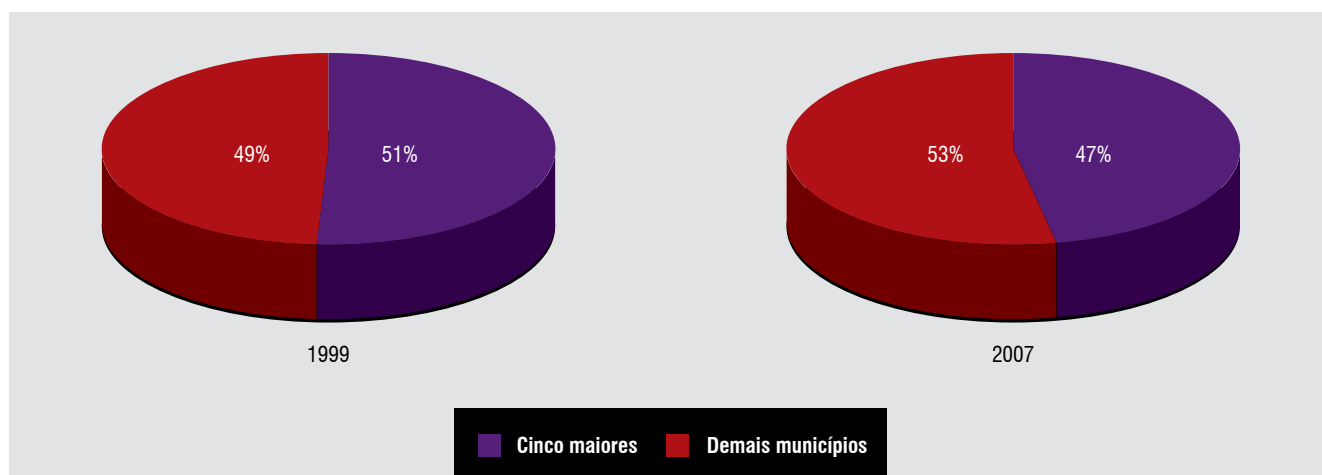


Gráfico 2
Participação dos cinco maiores municípios no PIB – Bahia – 1999, 2007

Fonte: IBGE (2009a).

No caso específico de Cairu, situado na Costa do Dendê, ao Sul do estado, sua expansão, em 2007, ocorreu em função do grande aumento na extração de gás natural. Apenas como referência, por conta desse município, a produção de gás natural na Bahia apresentou um incremento de 40% em 2007. Cairu, que em 2006 estava na posição 203^a do PIB do estado, passou, em 2007, para a 31^a. Esse foi, no referido ano, o maior salto ocorrido entre todos os municípios do Brasil, segundo o próprio IBGE, que é o órgão que coordena o projeto de contas municipais do Brasil (IBGE, 2009a).

Com esse resultado, a Bahia conquistou uma produção recorde de gás natural, que faz com que o estado

seja agora líder no Nordeste. Boa parte deste salto foi proporcionado pela ampliação do Campo de Manati, na Bacia de Camamu, após obras de ampliação no local feitas pela Petrobras em parceria com a Queiroz Galvão e Norse Energy. Antes da intervenção, o campo produzia seis milhões de metros cúbicos, passando, depois dessa parceria, a produzir oito milhões diários em 2007. Com tal acréscimo, aumentaram também os repasses mensais de *royalties* para a região. Os municípios mais beneficiados foram: Cairu, Valença, Jaguaripe, Maragojipe, Salinas da Margarida e São Francisco do Conde.

ANÁLISES SETORIAIS – AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Agropecuária

Quando o recorte analítico é realizado de maneira setorializada, tornam-se evidentes as especializações municipais, podendo-se observar o tipo de atividade econômica que apresenta maior predominância em seus territórios.

No setor Agropecuário, por exemplo, há um forte predomínio dos municípios da região Oeste do estado no *ranking* dos principais produtos agrícolas. Analisando-se

Tabela 2
Municípios que mais mudaram de posição no ranking do PIB – Bahia – 2006-2007

PIB	PIB total (em milhões)		Posição ocupada no ranking		Diferenças de posição
	2006	2007 ¹	2006	2007	
Estado	96.520,70	109.651,84			
Cairu	49,49	383,11	203	31	172
Adustina	52,39	97,50	195	118	77
São Miguel das Matas	56,55	99,73	185	113	72
Fátima	44,04	78,47	225	154	71
Santa Brígida	36,00	54,27	274	210	64

Fonte: SEI, IBGE.

¹ Dados sujeitos a retificação.

a importância relativa dos valores da produção (IBGE, 2009c), em 2007, os principais produtos da agricultura baiana, por ordem de importância são a soja, como o mais importante, representando 13,6%, seguida do algodão herbáceo (12,3%) e o feijão, com participação de 8,1%. O cacau, outrora o mais importante não só da agricultura, mas da própria economia baiana, posicionou-se como o 8º mais importante produto agrícola do estado. É por essa razão que os municípios da região Oeste onde se concentram a maior produção de soja e algodão do estado e também apresentam os maiores resultados quanto ao valor agregado da agropecuária.

Tabela 3
Valor agregado da agropecuária – os cinco maiores municípios – Bahia – 1999, 2006 e 2007

PIB	Agropecuária (em milhões)			Participação total no estado (%)		
	1999	2006	2007 ¹	1999	2006	2007
Estado	2.695	6.491	8.221	100	100	100
Município	365	1.194	1.681	13,54	18,40	20,44
São Desidério	105	405	637	3,89	6,24	7,74
Barreiras	160	274	372	5,95	4,22	4,52
Juazeiro	62	256	278	2,29	3,95	3,38
Luís Eduardo Magalhães	-	168	215	-	2,59	2,61
Formosa do Rio Preto	38	91	179	1,41	1,40	2,18

Fonte: SEI, IBGE.

¹ Dados sujeitos a retificação.

A Tabela 3 evidencia que, entre os cinco maiores municípios agropecuários, quatro deles estão situados na região Oeste: São Desidério, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e Formosa do Rio Preto. Situado no Baixo Médio São Francisco, onde se encontra instalado um polo de frutas para exportação, está o município de Juazeiro, também com forte expressão no setor. Nele se concentra a maior parte da fruticultura irrigada do estado, com grande especialização no cultivo de frutas cítricas e outros produtos da lavoura permanente, com destaque para a produção de uva e de manga.

A despeito de serem os mais importantes produtores agrícolas da Bahia, quanto à agropecuária, esses cinco municípios representam apenas 20,4% de todo o valor agregado pelo setor, evidenciando que, na Bahia, os segmentos, tanto das lavouras como da produção da pecuária estão dispersos por todo estado. O Gráfico 3 mostra a participação dos cinco maiores municípios baianos no Valor Agregado da Agropecuária:

Indústria

O setor Industrial é aquele com o mais alto grau de concentração econômica na Bahia. Entretanto pode-se

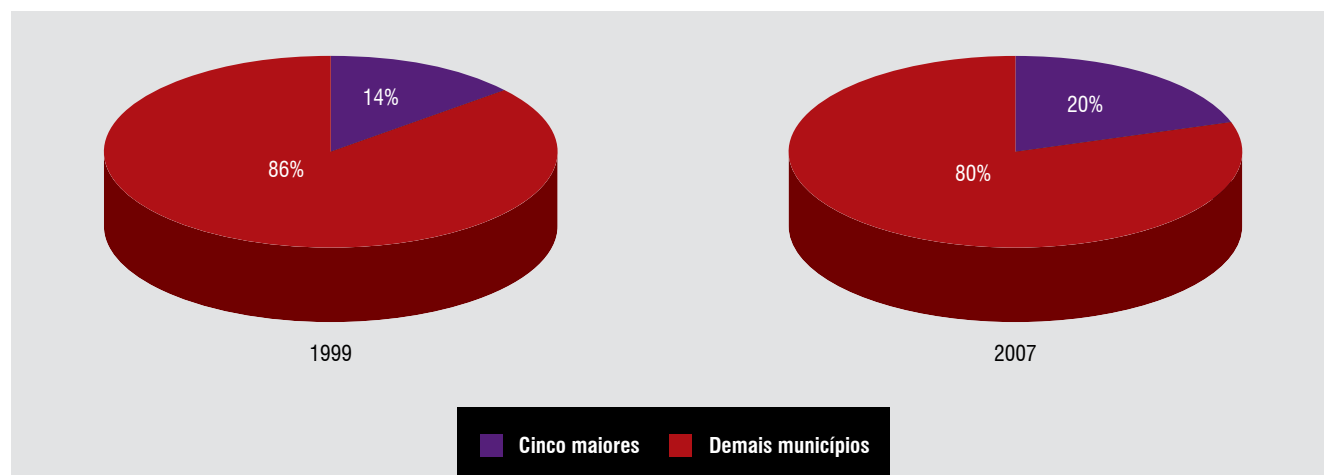


Gráfico 3
Participação dos cinco maiores municípios no VA da agropecuária – Bahia – 1999, 2007

Fonte: IBGE (2009a).

perceber um movimento de desconcentração econômica na série analisada. Em 1999, os cinco maiores municípios industriais eram responsáveis por mais de 60% do valor agregado industrial do estado. Já em 2007, conforme evidencia a Tabela 4, apesar de não haver significativas modificações nas posições dos maiores municípios, houve uma diminuição no valor por eles agregado ao setor.

Os cinco maiores municípios, quase todos da Região Metropolitana de Salvador (RMS), são: Camaçari, onde estão instalados o Polo Petroquímico – o maior da América Latina – e um complexo automotivo; São Francisco do Conde, no qual se encontra a Refinaria Landolfo Alves de Mataripe (RLAM), a segunda maior do país em capacidade de produção, tendo sua economia voltada ao refino do petróleo e à comercialização de seus derivados; Salvador, onde se destacam a Indústria da Construção Civil e a Indústria de Transformação; e Candeias, que se destaca pela extração de petróleo e gás natural e pela presença de indústrias do segmento de transformação petroquímica. Embora fora da RMS, o município de Paulo Afonso assume importância em função das quatro usinas da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), com forte representação nos serviços industriais de utilidade pública.

Parece ser consenso que, a partir do início da década de 1990, o governo do estado da Bahia, para salvar a economia baiana do fim do nacional desenvolvimentismo, iniciou uma política de atração de investimentos industriais que se configurou como principal elemento do planejamento do desenvolvimento do estado. Muitos foram os programas industriais da política baiana ao longo desse período. Uns, mais específicos, objetivaram desenvolver setores identificados pelo planejamento baiano como estratégicos para a reinserção da Bahia na matriz industrial brasileira. Outros, mais abrangentes, visavam a tentativa do estabelecimento de uma dinâmica endógena e não espasmódica, de forma a criar o que os economistas espaciais denominam de efeitos a jusante e a montante na economia regional.

Esses programas setoriais criados pelo governo do estado tinham como objetivo atrair investimentos industriais capazes de criar uma nova dinâmica na economia baiana, endogeneizando o desenvolvimento e buscando criar cadeias produtivas capazes de gerar efeitos multiplicadores para toda a economia. A vantagem comparativa da Bahia em relação aos demais centros econômicos do Brasil foi baseada no menor custo de produção para as empresas que mostrassem interesse em direcionar seus capitais produtivos no estado.

Apenas para se ter uma ideia das cifras envolvidas com essa estratégia industrial, Pessoti (2008) mostra que, entre 1999 e 2007, os investimentos industriais na Bahia ultrapassaram o valor de R\$ 45 bilhões, com a geração de pouco mais de 180 mil empregos diretos na indústria de transformação. Em número de projetos, aproximadamente 50% dos investimentos industriais efetivados foram direcionados para os municípios do interior que não a Região Metropolitana de Salvador ao longo desse período.

O Gráfico 4 espelha as mudanças de peso relativo dos cinco maiores municípios, no período que vai de 1999 a 2007, permitindo a observação de que ocorreu um avanço produtivo no valor agregado da indústria dos demais municípios, o que provocou a perda relativa de participação dos cinco principais.

Tabela 4
Valor agregado da indústria – os cinco maiores municípios
Bahia – 1999, 2006 e 2007

PIB	Indústria (em milhões)			Participação total no estado (%)		
	1999	2006	2007 ¹	1999	2006	2007
Estado	10.079	25.285	26.793	100	100	100
Município	6.130	14.686	15.229	60,82	58,08	56,84
Camaçari	2.071	5.504	5.955	20,55	21,77	22,23
São Francisco do Conde	1.052	3.422	3.542	10,44	13,53	13,22
Salvador	2.019	3.775	3.205	20,03	14,93	11,96
Paulo Afonso	564	1.154	1.602	5,59	4,56	5,98
Candeias	424	832	925	4,21	3,29	3,45

Fonte: SEI, IBGE.

¹ Dados sujeitos a retificação.

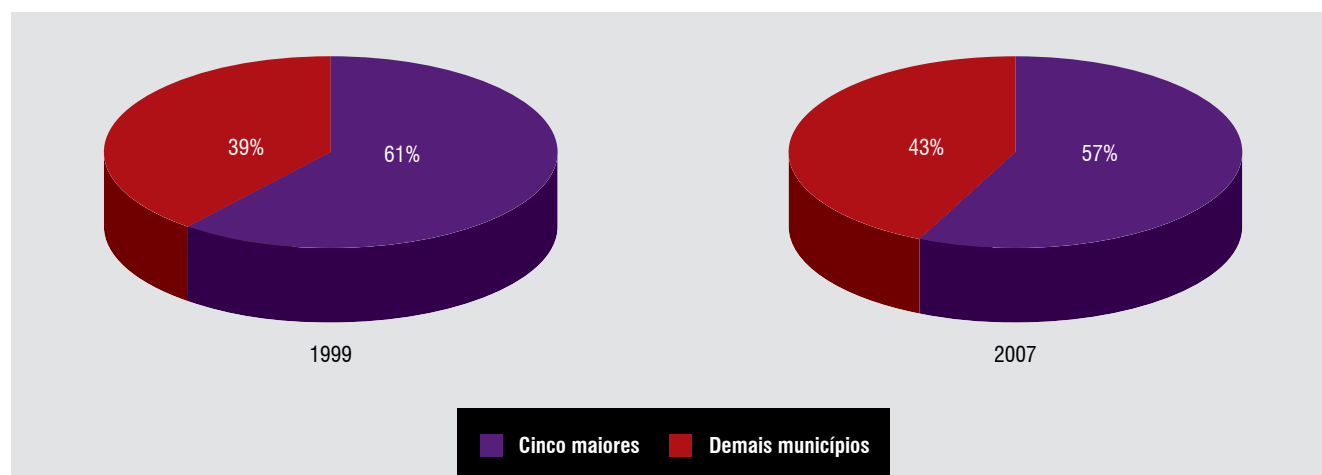


Gráfico 4
Participação dos cinco maiores municípios no VA da indústria – Bahia – 1999, 2007

Fonte: IBGE (2009a).

Serviços

O setor de serviços, por sua vez, apresenta forte correlação com as atividades agropecuárias e industriais descritas anteriormente. Nesse sentido, quanto mais dinâmico é um município, isto é, maior a presença das citadas atividades econômicas, tanto maiores serão os serviços auxiliares, a exemplo do comércio, transportes, telecomunicações, serviços prestados às empresas, entre outros. Assim, torna-se tautológico afirmar que Salvador, como capital do estado e centro financeiro, polo educacional e de saúde vai ser o município de maior representatividade na geração de serviços.

No caso dos serviços fica bastante evidenciada uma questão estrutural e que é uma característica da economia baiana: grande quantidade de cidades pequenas e poucas cidades médias capazes de gerar efeitos polarizadores para as demais regiões do estado. Assim sendo, o que se conclui pelos números do PIB municipal é que a desconcentração econômica de fato aconteceu entre 1999 e 2007, mas ela poderia ser mais potencializada se houvesse cidades-polos capazes de promover maior desconcentração e integração econômica.

Salvador continua sendo presença marcante como o mais importante município baiano na composição do valor agregado desse setor; em seguida está Feira de Santana, com destaque na atividade comercial, em especial por sua

estratégica localização e a prestação de serviços de apoio à atividade industrial. Os municípios de São Francisco do Conde e Camaçari têm, principalmente nas atividades de serviços de apoio à indústria, sua maior expressão. Vitória da Conquista, por sua vez, aparece no *ranking* por suas atividades comerciais, assim como pela prestação de serviços às famílias e às empresas. A Tabela 5 detalha a participação de cada um dos citados municípios na composição do valor agregado dos serviços.

A desconcentração espacial da atividade de serviços é visível nos números da Tabela 5 e do Gráfico 5. O setor de serviços apresenta como peculiaridade a grande diferença entre Salvador, como primeiro município colocado no

Tabela 5
Valor agregado dos serviços – os cinco maiores municípios – Bahia – 1999, 2006 e 2007

PIB	Serviços (em milhões)			Participação total no estado (%)		
	1999	2006	2007 ¹	1999	2006	2007
Estado	24.299	50.727	60.147	100	100	100
Município	12.511	23.887	28.730	51,50	47,09	47,77
Salvador	8.407	15.752	18.705	34,60	31,05	31,10
Feira de Santana	1.034	2.464	3.144	4,26	4,86	5,23
São Francisco do Conde	1.188	2.271	2.626	4,89	4,48	4,37
Camaçari	1.387	2.031	2.573	5,71	4,00	4,28
Vitória da Conquista	495	1.369	1.682	2,04	2,70	2,80

Fonte: IBGE (2009a).

¹ Dados sujeitos a retificação.

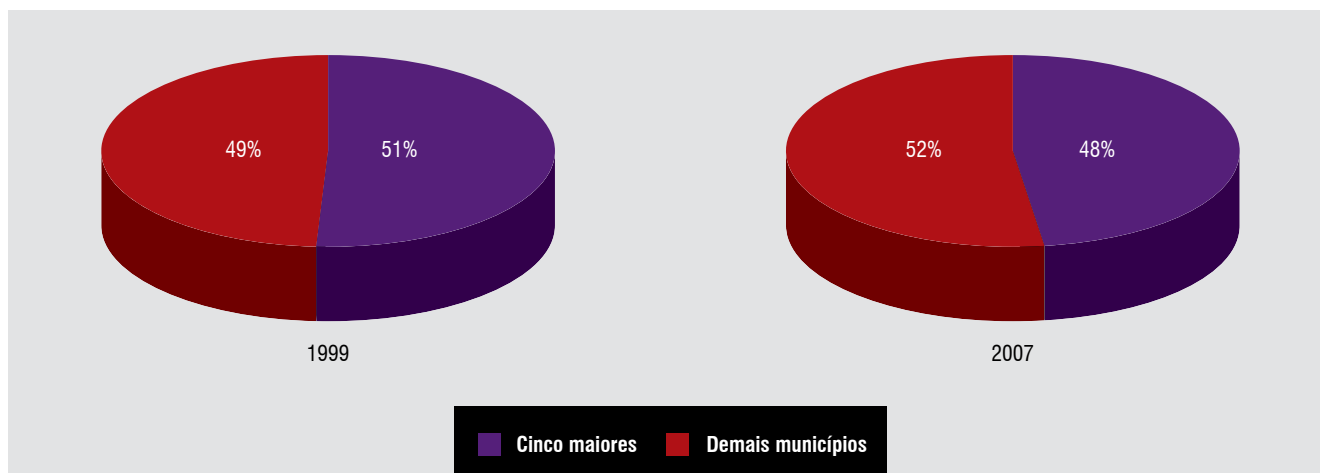


Gráfico 5
Participação dos cinco maiores municípios no VA de serviços – Bahia – 1999, 2007

Fonte: IBGE (2009a).

ranking, e o importante município de Feira de Santana, que detém a segunda maior população do estado. Embora estando nas primeiras posições do *ranking*, não foram os citados municípios aqueles que mais apresentaram evoluções em suas grandezas de 2006 para 2007. Um adequado balizador da evolução do setor de serviços é a geração de empregos, pois trata-se de um setor com ampla capacidade de absorção de mão de obra. Nesse sentido, um importante sinalizador do nível de atividade econômica continua sendo, sem dúvida, o aumento de postos de trabalho.

De acordo com o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2007, os municípios baianos que registraram maior geração de emprego com carteira assinada no setor foram: Salvador (com 11.896), Lauro de Freitas (5.222), Feira de Santana (2.672) e Mata de São João (1.503). O emprego com carteira assinada é, notadamente, o de maior estabilidade e com melhores rendimentos e garantias trabalhistas, portanto aquele que mais efeitos multiplicadores geram para o comércio e para a dinâmica municipal.

PIB PER CAPITA

Em relação ao PIB per capita, os resultados evidenciam que, a despeito de Salvador ser a mais importante cidade

do estado e apresentar o maior dinamismo econômico, ela não figura entre os municípios com maior PIB per capita do estado no ano de 2007 (segundo os dados do IBGE residiam, no município, nesse ano, um contingente de 2.892.625 habitantes). A explicação para esse fato é bastante simples. O PIB per capita é um indicador que expressa o resultado global do PIB de cada município, relativizado pela população nele residente. Dessa forma, um município pode ter um expressivo PIB per capita, bastando apenas que tenha uma razoável atividade econômica, mas, em contrapartida, possua uma pequena população residente.

O principal PIB per capita se encontra no município de São Francisco do Conde, por apresentar um expressivo valor de seu PIB total e possuir uma pequena população, cerca de 30 mil habitantes. Na sequência, têm-se os seguintes municípios de Camaçari, São Desidério, Candeias e Mucuri. Seus respectivos PIBs per capita também são elevados, dada a relação entre a magnitude de suas economias e o tamanho de suas populações.

Vale ressaltar, que, por ser apenas um valor per capita, tal indicador, embora sirva como parâmetro para diversas análises, não consegue dar respostas às questões de distribuição da renda. Por outro lado, sua grandeza não revela se, necessariamente, toda a riqueza produzida foi apropriada no mesmo espaço territorial em que foi gerada.

Tabela 6
PIB per capita – os cinco primeiros municípios
Bahia – 1999, 2006 e 2007

PIB	PIB per capita R\$ 1,00			Posição no ranking
	1999	2006	2007 ¹	
Estado	3.219	6.919	7.787	
São Francisco do Conde	94.795	216.844	239.506	1º
Camaçari	29.100	48.337	47.173	2º
São Desidério	8.490	30.634	34.182	3º
Candeias	12.168	26.810	31.539	4º
Mucuri	15.533	18.588	30.418	5º

Fonte: IBGE (2009a).

¹ Dados sujeitos a retificação.

A Tabela 6 apresenta o *ranking* dos cinco principais municípios quanto a PIB per capita e seus respectivos valores.

A nova regionalização do estado, que vem sendo adotada desde 2007, reagrupa os municípios segundo novos critérios e tipologias, reestruturando-os por Territórios de Identidade. Conforme evidencia a Tabela 7, há um claro processo de desconcentração na atividade econômica da Bahia, visto por esse recorte, no período compreendido entre os anos de 1999 e 2007. A Região Metropolitana de Salvador, que em 1999 chegou a concentrar quase 47% do PIB do estado, passou a responder por pouco menos de 42%, em 2007. Em que pese o processo de urbanização ter se desenvolvido com mais intensidade ao longo do litoral, não foram apenas as regiões litorâneas aquelas que mais ganharam relevância econômica com o passar dos anos. O Oeste baiano, o Extremo Sul e a porção Norte do estado foram as áreas em que houve um importante aumento de participação na geração do PIB do estado.

Tabela 7
Produto Interno Bruto a preços correntes por Territórios de Identidade – Bahia – 1999, 2006 e 2007

Territórios de Identidade	1999		2006		2007 ¹	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
Estado da Bahia	41.883,13	100,00	96.520,70	100,00	109.651,84	100,00
Metropolitana de Salvador	19.551,87	46,68	41.561,29	43,06	45.777,08	41,75
Recôncavo	3.495,32	8,35	9.011,16	9,34	9.963,05	9,09
Litoral Sul	2.167,84	5,18	4.391,61	4,55	4.877,95	4,45
Portal do Sertão	1.922,71	4,59	4.913,22	5,09	5.979,44	5,45
Extremo Sul	1.822,75	4,35	4.674,51	4,84	5.505,21	5,02
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	1.366,17	3,26	3.915,98	4,06	4.041,78	3,69
Oeste Baiano	1.279,23	3,05	3.287,35	3,41	4.325,03	3,94
Vitória da Conquista	1.200,57	2,87	3.234,58	3,35	3.729,46	3,40
Sertão de São Francisco	1.020,66	2,44	2.464,80	2,55	2.912,95	2,66
Itaparica	774,86	1,85	1.673,80	1,73	2.183,28	1,99
Médio Rio de Contas	738,75	1,76	1.827,79	1,89	2.044,23	1,86
Sertão Produtivo	684,19	1,63	1.623,06	1,68	1.840,28	1,68
Sisal	650,49	1,55	1.647,74	1,71	1.841,07	1,68
Baixo Sul	577,46	1,38	1.187,71	1,23	1.680,94	1,53
Chapada Diamantina	495,70	1,18	1.295,29	1,34	1.645,16	1,50
Vale do Jiquiriçá	484,33	1,16	1.053,70	1,09	1.235,26	1,13
Semiárido Nordeste II	468,79	1,12	1.094,81	1,13	1.473,58	1,34
Velho Chico	461,04	1,10	1.071,71	1,11	1.190,84	1,09
Irecê	447,87	1,07	1.095,33	1,13	1.250,60	1,14
Itapetinga	391,52	0,93	922,60	0,96	1.060,17	0,97
Piemonte Norte do Itapicuru	385,40	0,92	1.108,78	1,15	1.115,18	1,02
Piemonte do Paraguaçu	367,95	0,88	869,32	0,90	995,99	0,91
Bacia do Rio Corrente	358,59	0,86	869,16	0,90	1.101,37	1,00
Piemonte da Diamantina	310,76	0,74	729,21	0,76	775,98	0,71
Bacia do Jacuípe	251,97	0,60	593,53	0,61	664,25	0,61
Bacia do Paramirim	206,36	0,49	402,66	0,42	441,69	0,40

Fonte: SEI, IBGE (2009).

Vale salientar, que a Bahia, além de ter uma grande extensão territorial, apresenta também contrastes marcantes na distribuição das atividades econômicas. O estado abriga, em seu território, cerca de 2/3 dos municípios no semiárido e tem 50% de sua população nele residindo. Essa região, além de problemas edafoclimáticos, tem dificuldade de concretização e atração de negócios econômicos, pela incipiência de sua economia. São pequenos municípios, quase todos com a maior parte da geração de emprego e renda centrada nas atividades da administração pública, além de uma composição setorial baseada na agropecuária que, em geral, concentra-se na produção para a subsistência, o que os torna amplamente dependentes dos recursos provenientes das transferências de renda (aposentadorias e programas assistenciais como o Bolsa Família).

Esse quadro de *vazio econômico* configura-se como um problema estrutural e um fator que dificulta o alcance dos processos de desconcentração econômica aos mais distantes municípios. Apenas para exemplificar, dos 417 municípios da Bahia, 286 tem o valor agregado da administração pública como principal segmento econômico do PIB municipal. Destes municípios, 151 têm, na administração pública, mais de 60% do valor agregado dos Serviços e aproximadamente 70% estão localizados na região semiárida do estado.

Do ponto de vista das administrações municipais, vê-se também a forte dependência desses municípios com respeito a transferências oriundas de fundos constitucionais e de ICMS para a manutenção das atividades públicas.

Com base em um indicador bastante trivial e ao mesmo tempo revelador da situação municipal é possível ter a dimensão do problema. Tomando por base as receitas orçamentárias, basta determinar o percentual dividido entre as receitas próprias – aquelas que são advindas das atividades do próprio município – e as receitas de transferência – principalmente oriundas do Fundo de Participação Municipal (FPM) e do ICMS repassado pelo governo do estado. A situação é bastante preocupante, pois, em 80% dos municípios do estado, a relação de receitas de transferência/receitas orçamentárias é superior a 90% (BAHIA, 2009b). Levando

em consideração apenas os municípios da região semiárida, 98% estão nessa situação.³

Assim, é evidente que o estado tem problemas estruturais de difícil solução – problemas esses que não foram, por questões técnicas, abordados nessa rápida incursão -, os quais dificultam a integração das regiões econômicas bem como o aumento do dinamismo do PIB. É certo, porém, que a desconcentração econômica como resposta da expansão do agronegócio, dos empreendimentos industriais no interior, do aumento de geração de emprego e da transferência de renda está transformando o perfil produtivo da Bahia.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. Secretaria da Indústria Comércio e Mineração. *Investimentos Industriais da Bahia no período 1999-2007*. Disponível em: <www.sicm.ba.gov.br>. Acesso em: 1 dez. 2009a.
- BAHIA. Tribunal de Contas dos Municípios. *Boletim das Finanças Municipais*. Salvador, 2009b.
- BOLETIM DO CAGED. Salvador: SEI, dez. 2009. Disponível em: <www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 16 dez. 2009.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *PIB Municipal do Brasil*. Rio de Janeiro, 2009a.
- _____. *Contagem da População Brasileira em 2007*. Rio de Janeiro, 10 jul. 2009b.
- _____. *Produção agrícola municipal 2007*. Rio de Janeiro, 2009c.
- PESSOTI, Gustavo Casseb. *Um estudo da política industrial na Bahia entre 1950 e 2005*. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano), Universidade Salvador -UNIFACS, Salvador, 2008.
- RODWIN, Lloyd. *Planejamento urbano em países em desenvolvimento*. Rio de Janeiro: USAID, 1967.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Release do PIB Municipal 2007*. Salvador: SEI, 2009.
- ³ Só para se ter uma ideia de como essa situação é grave, Salvador, que é o município de maior produto interno bruto da Bahia, tem uma relação de receitas de transferência/receitas orçamentárias de 60%. Essa discussão será desenvolvida com maior profundidade em outro estudo que esta mesma equipe de trabalho está realizando sobre o perfil financeiro dos municípios baianos.

Com crescimento de 2,3% no terceiro trimestre de 2009, Bahia pode encerrar o ano com expansão de 1,5% no PIB

Denis Veloso da Silva^A
Gustavo Casseb Pessoti^B
João Paulo C. Santos^C

Ao iniciar o ano de 2009, todas as expectativas relacionadas ao crescimento da atividade produtiva, tanto em nível nacional quanto regional, apontavam, por conta dos efeitos da crise internacional, para um processo de retração da economia brasileira e, em particular, da economia baiana. Tal tendência era corroborada por uma série de indicadores econômicos que apontavam para a retração econômica. No decorrer do ano, a divulgação dos diversos indicadores econômicos apontaram para uma ligeira recuperação da atividade econômica, que pode ser constatada atualmente na redução da taxa de desemprego, no aumento das exportações, da produção industrial, das vendas e do comércio, os quais, juntos, determinaram o crescimento da atividade econômica no terceiro trimestre.

^A Graduado em Economia pela Universidade Católica do Salvador (UCSal); técnico da equipe de Contas Regionais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). dveloso@sei.ba.gov.br

^B Mestre em Análise Regional pela Universidade Salvador (Unifacs); graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); professor do curso de Economia da Unifacs; diretor de Indicadores e Estatísticas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). cassebpc@gmail.com

^C Mestrando em Economia e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); coordenador de Contas Regionais e Finanças Públicas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI); professor universitário. joaopaulo@sei.ba.gov.br



DESEMPENHO DO PIB NO TERCEIRO TRIMESTRE

O Produto Interno Bruto (PIB) corresponde ao conjunto ou à soma de todas as atividades produtivas e de serviços desenvolvidas em uma região ou país, em um determinado período de tempo. No 3º trimestre de 2009, o PIB da Bahia, que é calculado seguindo metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentou expansão de 2,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior, segundo os cálculos realizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Na medida em que o PIB corresponde à agregação de todas as atividades econômicas em um período de tempo, cabe então destacar, do ponto de vista setorial, quais foram os setores que determinara a expansão da atividade econômica baiana no terceiro trimestre de 2009. Segundo os cálculos realizados, foi fundamental para a expansão do PIB o desempenho do setor de serviços – que representam pouco mais de 63% do valor agregado total da economia baiana –, que expandiu 5,5% na comparação com o terceiro trimestre de 2008. Os demais setores que compõem o PIB – setores agropecuário e industrial – encerraram o terceiro trimestre com queda de 2,8% e 3,1%, respectivamente, e espera-se que estes setores apresentem resultados negativos quando da consolidação do resultado nos doze meses de 2009. Tal perspectiva decorre basicamente do desempenho negativo no primeiro semestre do ano, período em que as economias brasileira e baiana foram afetadas pela crise mundial. No que se refere à economia brasileira, também se espera verificar essa mesma tendência – crescimento no setor de serviços e desempenho negativo na agropecuária e na indústria –, só que em uma perspectiva ainda mais negativa.

Há de se destacar que, na Bahia, diferente do que aconteceu no restante do país – onde todos os segmentos industriais apresentaram resultados negativos durante o ano –, a construção civil, importante segmento pela geração de emprego e renda, continua apresentando resultados bastante satisfatórios e deverá fechar o ano de 2009 com uma taxa de crescimento próxima a 7%, em relação ao resultado de 2008. No terceiro trimestre, a construção civil voltou a apresentar uma expansão, dessa vez de 5,3% em relação ao terceiro trimestre de 2008, o que contribuiu significativamente para que o desempenho do setor industrial não fosse ainda pior.



Na medida em que o quarto trimestre de 2008 representa uma base bastante deprimida e levando-se em consideração que os efeitos da recuperação da economia baiana já foram percebidos ao longo do ano nas séries desazonalizadas (principalmente na indústria), é provável que a Bahia tenha uma expansão no PIB ainda maior no quarto trimestre e, dessa forma, *encerre o ano de 2009 com crescimento de 1,5%*, percentual que deve ser ligeiramente superior ao desempenho da economia brasileira.

Ainda com relação ao crescimento registrado no *terceiro trimestre de 2009*, cabe fazer especial destaque, pois evidencia que a economia baiana continua acompanhando o ritmo de crescimento econômico do Brasil e, em determinados momentos, esse crescimento supera o do Brasil. O PIB brasileiro, nesse mesmo corte analítico, registrou uma retração de 1,2% em relação a igual período do ano de 2008. As informações setoriais do desempenho trimestral da Bahia, bem como a comparação Bahia/Brasil, podem ser observadas na Tabela 1 e no Gráfico 1.

Os resultados da Tabela 1 evidenciam que a economia baiana apresentou forte desaceleração, sobretudo na produção industrial. Essa redução foi determinada basicamente pela crise da economia mundial, na qual se pode destacar a queda nas vendas de petroquímicos,

metalurgia, papel e celulose e automóveis (tanto no mercado doméstico quanto internacional), que teve reflexos em toda a cadeia industrial. Quando analisado o desempenho no período de janeiro a setembro, em relação ao mesmo período do ano anterior, verifica-se uma retração de 9,0%, a qual determina queda de 8,1% na atividade industrial baiana no acumulado dos últimos 12 meses. Assim, em que pese a expectativa de uma grande recuperação do setor industrial no quarto trimestre, a queda na produção nos primeiros nove meses do ano deve comprometer o desempenho do setor em 2009.

Os efeitos negativos da crise também contribuíram para o menor ritmo de crescimento da economia baiana em 2009 via setor agropecuário. No terceiro trimestre de 2009 (em comparação a igual período de 2008), houve uma retração no produto primário da ordem de 2,8%. A taxa anualizada deverá ser negativa (-4,5%), em função das quedas na produção agrícola e pecuária. Sobre esse resultado é importante que se mencione o fato de que, em 2009, a Bahia deverá registrar a segunda maior safra de grãos de sua história (aproximadamente 6 milhões de toneladas). Mas essa safra será 4,2% menor que a registrada em 2008, quando a produção de grãos atingiu 6,4 milhões de toneladas.

Finalmente, o setor de serviços foi o destaque do ano e contribuiu para minimizar as perdas sofridas na agropecuária e na indústria. Em todos os trimestres do ano, esse setor manteve crescimento positivo em comparação ao ano de 2008. As medidas de desoneração da economia brasileira,

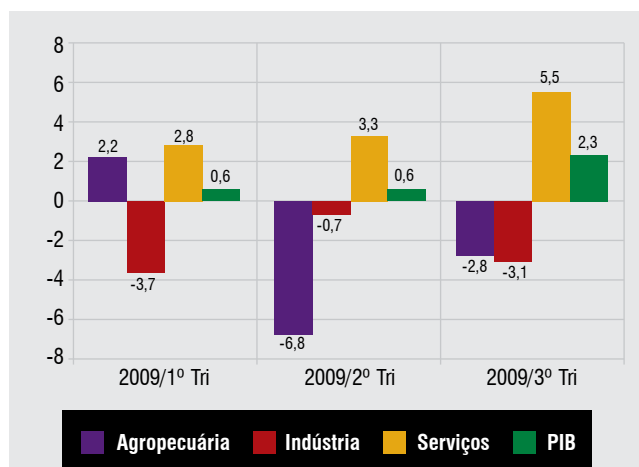


Gráfico 1
PIB trimestral – variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior Bahia* – 2008-2009

Fonte: SEI (2009).

* Dados sujeitos a retificação.

Tabela 1
PIB Trimestral – Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior Bahia e Brasil – 2009*

Atividades	2009/3º trimestre	
	Bahia	Brasil
Agropecuária	-2,8	-9,0
Indústria	-3,1	-6,9
Serviços	5,5	2,1
Valor Adicionado básico	2,4	-1,1
Imposto sobre o produto	-2,1	-2,0
PIB a preço de mercado	2,3	-1,2

Fonte: SEI, IBGE.

*Dados sujeitos a retificação.

Tabela 2
Taxa de crescimento dos principais setores do PIB
Bahia – 2009

Atividades	1ª estimativa de crescimento para 2009
Agropecuária	-4,5
Agricultura	-5,0
Indústria	-1,2
Ind. transformação	-5,5
Construção civil	7,0
Serviços	3,7
Comércio	5,0
PIB	1,5

Fonte: SEI (2009).

principalmente com redução de impostos federais, bem como o aumento do emprego formal e do rendimento médio foram fundamentais para o resultado do setor. Como resposta a tais medidas, que visavam aquecer a economia interna, o segmento comercial apresentou uma expansão ao longo do ano e deverá encerrar 2009 com um crescimento de 5,0%. No terceiro trimestre, o comércio baiano expandiu 6,2%. Outros segmentos também tiveram desempenho acima da média, a exemplo dos serviços da administração pública, que deverão expandir 3,5%, e de alojamento e alimentação, que devem encerrar o ano de 2009 com expansão de 2%. Cabe destacar, com relação a este último, que a despeito da desaceleração da atividade

no primeiro semestre do ano, em função da disseminação da gripe A (H1N1), o segmento de alojamento tem se beneficiado em decorrência da ampliação do turismo de negócios e do aumento de feiras e congressos, principalmente em Salvador.

A Tabela 2 mostra o balanço do ano de 2009 com base nas primeiras estimativas realizadas pela equipe de Contas Regionais da SEI.

AGROPECUÁRIA

A agropecuária apresentou, no 3º trimestre de 2009, retração de 2,8%, na comparação com mesmo período do ano anterior. Esse comportamento está relacionado ao baixo desempenho das safras de um conjunto de produtos colhidos no 3º trimestre/09, diferentemente daqueles produtos que foram colhidos nos dois trimestres imediatamente anteriores, quando comparados ao mesmo período do ano anterior.

As estimativas preliminares para a safra de 2009 de produtos agrícolas, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), indicam queda na produção baiana de grãos nas previsões de setembro, com variação negativa de 5% em relação à safra anterior, totalizando 5,91 milhões de toneladas.

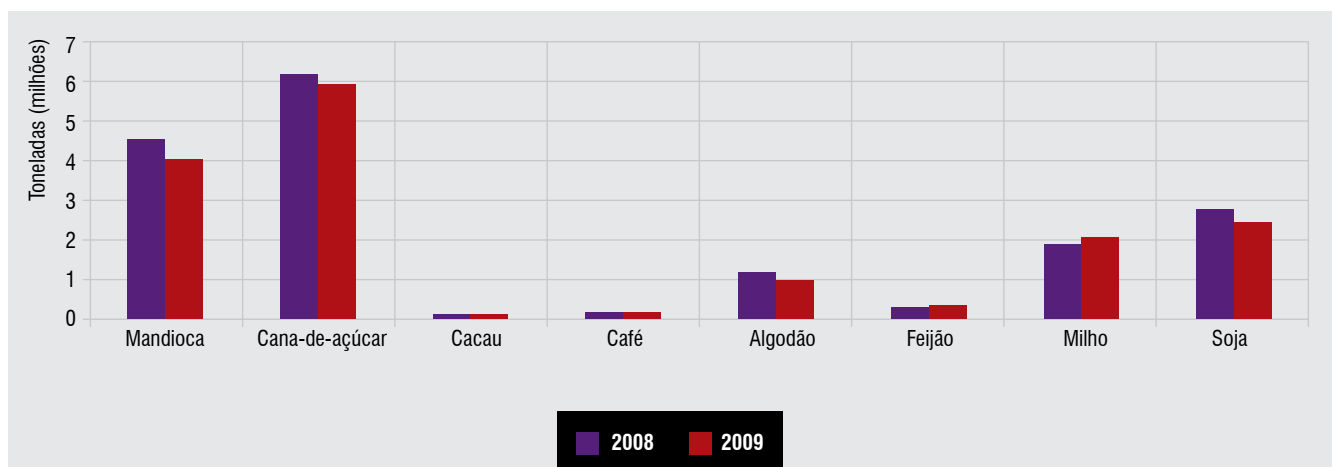


Gráfico 2
Estimativa da produção agrícola – Bahia – set. 2009

Fonte: IBGE/LSPA-PAM.
Elaboração: SEI/Coref.

Tabela 3
Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas
Bahia – 2008/2009

Produtos/safras	Produção física (t)			Área colhida (ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2008	2009	Var. (%)	2008 ¹	2009 ²	Var. (%)	2008	2009 ³	Var. (%)
Mandioca	4.519.966	4.042.245	-10,57	344.364	312.984	-9,11	13.126	12.915	-1,60
Cana-de-açúcar	6.180.785	5.912.967	-4,33	108.479	105.070	-3,14	56.977	56.276	-1,23
Cacau	139.331	135.422	-2,81	547.244	528.569	-3,41	255	256	0,63
Café	170.680	178.503	4,58	154.399	156.479	1,35	1.105	1.141	3,19
Grãos	6.221.347	5.912.626	-4,96	2.481.566	2.572.289	3,66	2.507	2.299	-8,31
Algodão	1.189.460	975.404	-18,00	315.477	292.830	-7,18	3.770	3.331	-11,65
Feijão	298.556	350.741	17,48	489.617	529.070	8,06	610	663	8,72
Milho	1.882.648	2.041.082	8,42	707.014	714.386	1,04	2.663	2.857	7,30
Soja	2.747.634	2.418.401	-11,98	905.018	947.823	4,73	3.036	2.552	-15,96
Sorgo	103.049	126.998	23,24	64.440	88.180	36,84	1.599	1.440	-9,94
Total	-	-	-	3.636.052	3.675.391	1,08	-	-	-

Fonte: IBGE–LSPA.

Elaboração: SEI/CAC.

¹ LSPA/IBGE safra 2008.

² LSPA/IBGE setembro 2009.

³ Rendimento = produção física/área colhida.

Entre os grãos, observam-se incrementos em relação à safra anterior na produção de milho (8,4%), feijão (17,5%) e sorgo (23,2%). Por outro lado, é significativa a queda na produção de algodão (-18,0%) e de soja (-12,0%). Para as demais lavouras, observa-se estimativa negativa para a produção de mandioca (-10,6%), cana-de-açúcar (-4,3%) e cacau (-2,8%), enquanto a produção de café registra acréscimo de 4,6%. Destaca-se para a safra 2009 a redução de 5,0% na produtividade dos grãos, atribuída principalmente ao decréscimo no rendimento por hectare da soja (-16,0%) e do algodão (-11,7%). O baixo dinamismo dos principais produtos do *ranking* da produção agrícola deverá ser decisivo para a queda na atividade agropecuária em 2009.

Apenas para complementar a análise do setor primário, a produção pecuária também não apresentou um bom desempenho ao longo do ano e deverá encerrar 2009 com uma queda de 2%.

INDÚSTRIA

Conforme mencionado, o setor industrial foi o mais afetado pela conjuntura internacional marcada pela crise da economia mundial. Dos quatro segmentos que compõem o setor, apenas a construção civil apresentou

resultado positivo no terceiro trimestre de 2009 em comparação ao igual período de 2008. A taxa de crescimento de 5,3% reflete o bom momento pelo qual vem passando o segmento imobiliário, principalmente na capital baiana. Além disso, há que se ressaltar as obras de infraestrutura, principalmente de recuperação de estradas e construção de novas, como a via expressa do porto de Salvador, previstas pelo Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal, as quais continuarão a manter o segmento da construção civil em expansão nos próximos meses. A SEI estima que o resultado global da atividade da construção civil possa atingir 7% em 2009.

Corroborando o bom desempenho da construção civil, os dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged) revelam que, no período entre janeiro e setembro de 2009, foram criados na Bahia perto de 17,6 mil empregos com carteira assinada na construção, sendo o segundo segmento mais importante em geração de empregos, conforme evidencia a Tabela 4.

Apesar do bom desempenho da construção, os resultados negativos nos demais segmentos industriais foram decisivos para o baixo desempenho da indústria baiana no terceiro trimestre de 2009. A indústria de transformação, por exemplo, apesar de reduzir o ritmo de queda (-6,8%)

Tabela 4
Comportamento do emprego formal por setor de atividade econômica
Bahia – set. 2009 e jan./set. 2009

Atividade econômica	Setembro			
	Admitidos	Desligados	Saldo	Varição %
Serviços	19.677	16.153	3.524	0,61
Construção civil	10.971	7.485	3.486	2,94
Comércio	12.382	9.632	2.750	0,84
Indústria de transformação	8.324	5.700	2.624	1,31
Extrativa mineral	387	117	270	2,36
Serviços ind. de utilidade pública	256	177	79	0,48
Administração pública	114	94	20	0,04
Agropecuária	6.382	8.370	-1.988	-1,96
Total	58.493	47.728	10.765	0,77
Atividade econômica	Janeiro a setembro de 2009			
	Admitidos	Desligados	Saldo	Varição %
Serviços	161.771	143.556	18.215	3,26
Construção civil	78.633	60.941	17.692	17,36
Indústria de transformação	58.573	51.964	6.609	3,39
Comércio	99.382	93.097	6.285	1,96
Agropecuária	69.579	64.166	5.413	5,85
Serviços ind. de utilidade pública	2.607	1.941	666	4,24
Extrativa mineral	1.993	1.971	22	0,19
Administração pública	1.290	1.452	-162	-0,35
Total	473.828	419.088	54.740	4,08

Fonte: MTE/Caged – Lei 4.923/65.

Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes.

Nota: A variação no estoque de empregos é obtida mediante a divisão da variação absoluta sobre o estoque do primeiro dia do mês. No acumulado do ano, a variação é medida para o conjunto de meses, comparando o estoque no início do período com o estoque final. Mostra o desempenho do emprego em termos percentuais.

no terceiro trimestre contra (-10,3%) no segundo trimestre – apresentou, pelo quarto trimestre consecutivo, recuo no nível de atividade. Os maiores impactos negativos foram observados na *metalurgia básica* (-20,1%), *refino de petróleo e produção de álcool* (-20,0%), *veículos automotores* (-15,3%) e *produtos químicos* (-6,3%), segmentos que, juntos, representam 80% do valor da transformação industrial. Por outro lado, os setores de *alimentos e bebidas* (1,7%) e *minerais não metálicos* (8,0%) registraram contribuição positiva no período.

Como reflexo do desempenho do setor de transformação, o nível de pessoal ocupado da Bahia, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES) do IBGE, registrou decréscimo na indústria geral de 3,0% no mês de setembro, comparando-se com o mesmo mês de 2008. No acumulado do ano, no período janeiro a setembro de 2009, também se verifica decréscimo no nível de ocupação industrial (-2,9%), comparando-se com o mesmo período de 2008.

Entre os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado do indicador acumulado no ano destacam-se *máquinas e equipamentos, exclusive elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações* (-27,2%), *fabricação de outros produtos da indústria de transformação* (-16,3%) e *produtos químicos* (-14,1%). Por outro lado, os segmentos que apresentaram variações positivas no número de pessoas ocupadas nesse período foram *calçados e couro* (8,2%), *alimentos e bebidas* (4,1%) e *produtos de metal* (8,4%).

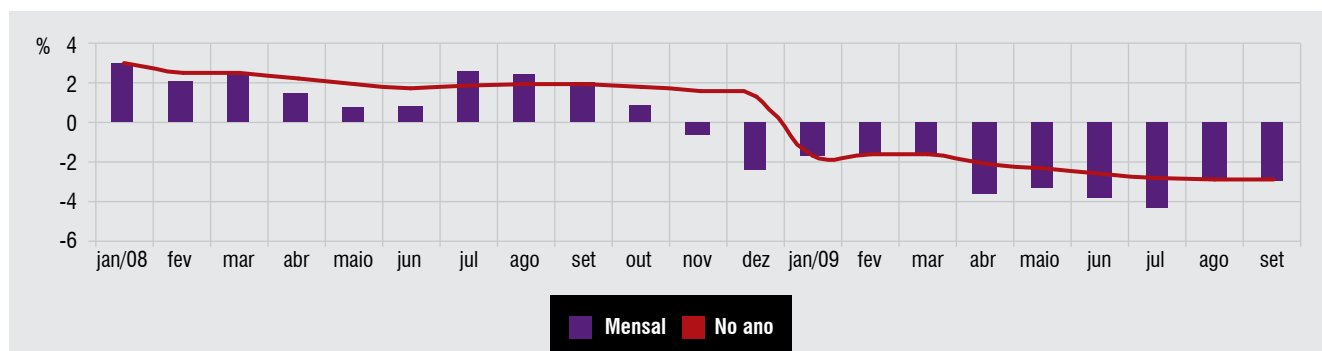


Gráfico 3
Pessoal ocupado assalariado na indústria geral – Bahia – jan. 2008-set. 2009

Fonte: IBGE (2009).
Elaboração: SEI/CAC

Em outubro de 2009, a produção industrial baiana apresentou uma leve expansão de 0,3% em comparação a 2008, resultado que ficou aquém das expectativas de que, já a partir desse mês, haveria uma grande recuperação na indústria de transformação. Considerando que a base de comparação está bastante reduzida, acredita-se que, no quarto trimestre, a indústria de transformação apresente o primeiro desempenho positivo dos últimos quatro trimestres, embora não seja suficiente para reverter a tendência de desaceleração do ano. Assim, espera-se que indústria baiana de transformação apresente retração de 5,5% em 2009.

Ainda em relação ao setor industrial, a indústria extrativa mineral, embora em menor intensidade, voltou a apresentar retração (-1,7%) no terceiro trimestre de 2009. A queda de 2% na extração de petróleo foi o fator que impediu o melhor desempenho desta atividade, dada a representatividade que ela exerce no total da atividade extrativa mineral no estado da Bahia. Em função da diminuição na produção do gás natural, acredita-se que em 2009 a atividade extrativa mineral encerre o ano com queda de 2% em comparação ao ano de 2008.

Por fim, os serviços industriais de utilidade pública (SIUP) também apresentaram recuo na produção no terceiro trimestre, em comparação com igual período de 2008. A queda foi pequena (-0,5%) e foi justificada pelo menor consumo de energia industrial (que tem participação de 49% no consumo total) e diminuição na atividade da indústria de transformação. No acumulado do período janeiro-setembro, a queda no consumo industrial já atingiu 9,6%. Apesar disso, nessa mesma comparação temporal, houve aumento no consumo de energia residencial e comercial – 8,1% e 5,7%, respectivamente. Com base nesses resultados, a equipe de contas regionais da SEI acredita que o SIUP deverá apresentar uma estabilidade no encerramento do ano 2009.

COMÉRCIO INTERNO E EXTERNO

Após um ano do início da crise econômica internacional no país, o comércio varejista mantém desempenho satisfatório, alicerçado principalmente no aumento do crédito para financiamento, nas medidas de incentivo ao consumo adotadas pelo governo federal e na criação de postos de trabalho no estado.

Sobre a geração de postos de trabalho na atividade comercial, observamos que, conforme os dados apresentados na Tabela 4, o comércio gerou 8.877 novos postos de trabalho, no período compreendido entre janeiro e outubro de 2009. Para corroborar esse resultado, há de se mencionar o bom desempenho das vendas, que, na Bahia, há 70 meses consecutivos, apresentam incrementos reais. No terceiro trimestre do ano de 2009, em relação a igual período do ano anterior, o comércio baiano apresentou expansão de 6,2%, acumulando, no período compreendido entre janeiro e setembro de 2009, 5,5% de incremento nas vendas reais.

Para o último trimestre de 2009, a tendência é de crescimento mais significativo das vendas. Tradicionalmente, a proximidade do fim do ano gera bons negócios para o setor. Diante disso, as expectativas dos lojistas e de representantes do setor são de que o comércio baiano deverá encerrar 2009 acumulando crescimento significativo. Mais uma vez, deverão contribuir para esse crescimento: as maiores facilidades de acesso ao crédito; a elasticidade dos prazos de parcelamento das compras; a melhoria do rendimento dos consumidores; e a queda do dólar, que vem deixando mais baratos não só os produtos estrangeiros como também os insumos e componentes importados pela indústria brasileira. Ademais, deve-se levar em consideração que os consumidores estão mais confiantes na retomada do crescimento da economia do país, que, aliada às constantes quedas dos juros, deverá impulsionar o consumo, principalmente nos segmentos de bens duráveis. Merece destacar que, em setembro de 2008, a taxa básica anual de juros (Selic) situava-se em 13,75% e, com as contínuas reduções, atingiu (8,75%) em setembro deste ano, patamar mais baixo desde a criação do Comitê de Política Monetária (Copom) em junho de 1996. Apesar disso, no crédito direto ao consumidor, tais reduções ainda não tiveram fortes impactos.

Os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), em setembro de 2009, confrontados com igual mês de 2008, demonstraram que, mais uma vez, os principais aumentos no Volume de Vendas couberam aos segmentos de *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (37,5%), *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (8,3%), enquanto no subgrupo de *Hipermercados e supermercados* a variação foi de 7,2%, *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (8,5%) e *Móveis e eletrodomésticos* (0,4%).

Os segmentos de *Outros artigos de uso pessoal e doméstico e Hipermercados, supermercados, produtos, alimentícios, bebidas e fumo* permaneceram registrando as mais significativas contribuições no Volume de Vendas

Em setembro, dos oito ramos de atividade que compõem o indicador do varejo, cinco apresentaram variações positivas. Os segmentos de *Outros artigos de uso pessoal e doméstico e Hipermercados, supermercados, produtos, alimentícios, bebidas e fumo* permaneceram registrando as mais significativas contribuições no Volume de Vendas. No contexto das oito atividades que compõem esse indicador, o ramo de *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* é o de maior representatividade. Por isso, as significativas taxas de expansão das vendas apresentadas, neste ano, por esse ramo de atividade vêm se constituindo nas principais responsáveis pelo bom desempenho do comércio baiano.

Em 2008, o segmento de *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* apresentou fraco desempenho das vendas, acumulando, nos nove primeiros meses do ano, crescimento de apenas (0,3%), ao passo que os resultados apurados em 2009 vêm demonstrando uma tendência de recuperação do ritmo dos negócios nesses estabelecimentos, o que pode ser comprovado pela taxa de 8,3% apurada no período janeiro-setembro deste ano. Dentre outros fatores, vêm concorrendo para impulsionar os negócios nesse segmento: a melhoria do poder de compra da população, principalmente da camada de baixa renda; e a queda ou estabilização de preços dos alimentos, pois, de acordo com dados do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), nos nove primeiros meses de 2009 o grupo Alimentação no Domicílio acumulou alta de 0,85%. Tal resultado foi

muito inferior ao registrado em igual período de 2008, quando a taxa situou-se em 9,09%.

O ramo de *Equipamentos e materiais para escritório informática e comunicação* manteve a tendência de queda dos últimos oito meses, acumulando -24,6% no ano. Da mesma forma, o segmento de *Tecidos, vestuário e calçados* manteve variação negativa. Desde janeiro de 2009, esse ramo vem revelando constantes resultados negativos, os quais foram preponderantes para acumular variação de -3,0% nos primeiros nove meses deste ano. Por sua vez, o segmento de *Livros, jornais, revistas e papelaria*, por longo período, apresenta a expressiva taxa de expansão nas vendas de 13,9% no acumulado do período, janeiro-setembro. Também o ramo de *Combustíveis e lubrificantes* apresentou queda (1,1%). Por fim, destacam-se a expansão de 7,6% nas vendas de *Veículos, motocicletas, partes e peças*, enquanto as de *material de Construção*, mesmo com as medidas de desoneração fiscal, mantiveram desempenho negativo (-6,7%).

O comércio exterior destaca-se nessa análise do desempenho econômico da Bahia em 2009, pois, sem dúvida,

Tabela 5
Comércio varejista baiano, segundo grupos de atividades – Jan.-set./2009

Atividades	Acumulado no ano de 2009 ¹	
	Valor nominal de vendas	Volume de vendas ²
Comércio varejista*	9,2	5,5
1 - Combustíveis e lubrificantes	2,0	1,1
2 - Hipermercados, supermercados, prods. aliment., bebidas e fumo	13,4	8,3
2.1 - Hipermercado e supermercado	12,5	7,2
3 - Tecidos, vestuário e calçados	1,9	-3,0
4 - Móveis e eletrodomésticos	2,4	0,4
5 - Art. farm. med. ort. e de perfum.	15,1	8,5
6 - Equip. mat. p/ esc. inf. comunicação	-24,9	-24,6
7 - Livros, jornais, rev. e papelaria	12,8	13,9
8 - Outros art. de uso pess. e domést.	42,0	37,5
9 - Veículos e motos, partes e peças	2,9	7,6
10 - Material de construção	3,6	-6,7

Fonte: IBGE-PMC

* O Indicador do comércio varejista é composto pelos resultados das ativ. numeradas de 1 a 8.

¹ Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

² Resulta do deflacionamento dos valores nominais de vendas por índices de preços específicos para cada grupo de atividade.

as vendas externas foram as mais afetadas pela crise da economia mundial. No período janeiro a setembro de 2009, a balança comercial baiana fechou as exportações com valor total de US\$ 4,997 bilhões, decréscimo de 27,4% em comparação com o mesmo período de 2008. As importações registraram queda de 34,2% no período, com total de US\$ 3,254 bilhões. Esses resultados configuraram um superávit no saldo comercial de US\$ 1,742 bilhão. Com exceção da soja e do algodão, todos os demais segmentos da pauta de exportação permaneceram com desempenho negativo no ano. As vendas do setor agrícola chegaram US\$ 1,60 bilhão, tendo a soja como principal produto, com 57% de participação das receitas do setor.

Segundo o Promo Bahia (2009), agência responsável pela análise do comércio exterior baiano, além da desaceleração da economia mundial, principalmente no primeiro semestre do ano, concorreram para desestimular as vendas externas a alta valorização da moeda brasileira frente ao dólar e o preço de algumas *commodities* exportadas pela Bahia, ainda abaixo do registrado em 2008. Mesmo assim, as expectativas para o final do ano são de recuperação em muitos setores, sobretudo pela ainda aquecida demanda chinesa (hoje nosso principal parceiro comercial) e também pela recuperação das economias mundiais já no terceiro trimestre do ano, a exemplo dos países da Zona do Euro, Estados Unidos e América Latina. A esse respeito o relatório de análise do comércio exterior da Promo em outubro destacava o seguinte:

As exportações de manufaturados estão com um quadro menos ruim, e isso teve relação com a recuperação da atividade econômica nos Estados Unidos e nos países latino-americanos, principais compradores desses bens. As vendas externas de manufaturados cresceram 23,2% sobre setembro, o que demonstra a grandeza da recuperação – o crescimento de setembro para agosto foi de 16,5%. A comparação das exportações de manufaturados com outubro de 2008, também indica o primeiro mês de crescimento positivo do segmento em relação a algum período do ano anterior: 34,7% (INFORMATIVO DO COMÉRCIO EXTERIOR, 2009).

A despeito das perspectivas de melhora, o quadro atual é de grande desaceleração nas vendas externas, que se refletiram no menor nível da atividade da indústria de

Tabela 6
Exportações baianas – Principais segmentos
jan./set. 2008/2009

Segmentos	Valores (US\$ 1.000 FOB)		Var.	Part.
	2008	2009	%	%
Químicos e petroquímicos	1.110,9	936,0	-15,8	18,7
Papel e celulose	1.104,9	914,4	-17,2	18,3
Soja e derivados	595,2	828,7	39,2	16,6
Petróleo e derivados	1.223,0	475,6	-61,1	9,5
Metalúrgicos	1.006,3	474,5	-52,9	9,5
Automotivo	519,0	278,5	-46,4	5,6
Minerais	208,6	182,7	-12,4	3,7
Cacau e derivados	195,4	166,5	-14,8	3,3
Borracha e suas obras	183,1	137,6	-24,9	2,8
Algodão e seus subprodutos	84,1	130,9	55,6	2,6
Café e especiarias	91,1	83,5	-8,4	1,7
Couros e peles	81,0	59,0	-27,2	1,2
Frutas e suas preparações	69,5	55,1	-20,7	1,1
Calçados e suas partes	71,8	55,0	-23,5	1,1
Sisal e derivados	69,7	51,1	-26,7	1,0
Máqs. apars. e mat. elétricos	63,3	33,8	-46,6	0,7
Fumo e derivados	17,3	13,9	-19,6	0,3
Móveis e semelhantes	35,2	9,4	-73,3	0,2
Pesca e aquicultura	6,3	2,7	-57,5	0,1
Demais segmentos	147,0	108,0	-26,5	2,2
Total	6.882,8	4.996,7	-27,4	100,0

Fonte: MDIC/Secex, Dados Coletados em 14/04/2008.

Elaboração: Promo – Centro Internacional de Negócios da Bahia.

transformação. A Tabela 6 evidencia o desempenho das principais exportações baianas realizadas em 2009. Por ela fica fácil perceber quais foram os segmentos mais afetados pela crise da economia mundial, dos quais os segmentos de petróleo e derivados, metalurgia e automotivo (esse último, um dos mais prejudicados com a forte valorização cambial) registraram elevadas perdas no período compreendido entre janeiro e setembro de 2009.

SERVIÇOS

Para finalizar o balanço de conjuntura econômica nos nove meses de 2009, cumpre explicitar o desempenho do setor de serviços, que também apresentou um bom resultado em suas principais atividades, devendo encerrar o ano como uma expansão de 3,7%. Como demonstrado anteriormente pelos dados do Caged, que medem apenas o emprego formal, o setor de serviços foi

Em 2009, diversas atividades ligadas ao setor de serviços apresentem expansão no nível da atividade, entre elas os setores ligados ao turismo, que deverão se favorecer com o aumento do dólar, que desestimula as viagens para o exterior

o que mais empregos criou no período compreendido entre janeiro e setembro de 2008.

Estima-se que, em 2009, diversas atividades ligadas ao setor de serviços apresentem expansão no nível da atividade, entre elas os setores ligados ao turismo, que deverão se favorecer com o aumento do dólar, que desestimula as viagens para o exterior. O setor de alojamento e alimentação é outro segmento para o qual se prevê uma expansão em torno de 2%, como reflexo imediato do incremento turístico esperado. A análise do setor de transporte aéreo, atrelado ao citado segmento, corrobora os resultados estimados. Entre janeiro e setembro de 2009, o fluxo de passageiros desembarcados na Bahia aumentou quase 6%.

Merece destaque nessa análise os serviços prestados pela administração pública, atividade que foi muito importante para o desempenho sempre positivo da economia baiana nos primeiros nove meses do ano. No terceiro trimestre, houve uma expansão de 5,5% em comparação a igual período de 2008. Apenas para corroborar essa análise, destaca-se o consumo da administração pública, que foi uma das variáveis mais importantes para o desempenho da economia brasileira em 2009 (no plano nacional, essa variável apresentou expansão nos últimos quatro trimestres, tendo alcançado uma elevação de 3,2% entre o terceiro trimestre de 2009 e o mesmo período de 2008).

Assim, a despeito da crise econômica financeira internacional e do arrefecimento das principais economias da Europa, Japão e Estados Unidos, países que mantêm relações comerciais com a Bahia, a economia baiana novamente apresentará uma taxa de incremento do PIB seguindo a tendência da economia brasileira. O patamar estimado pela equipe da SEI se configura como conservador, diante de algumas incertezas em relação aos dois últimos meses do ano, principalmente em relação ao setor industrial e ao comércio exterior. A soma de todas as riquezas produzidas na Bahia certamente será superior aos R\$ 126 bilhões.

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL. Salvador: FIEB, 15 set. 2008. Disponível em www.fieb.org.br. Acesso em 1 dez. 2009.

BAHIA. Secretaria da Indústria Comércio e Mineração. Investimentos Industriais da Bahia no período 2008-2009. Disponível em: www.sicm.ba.gov.br. Acesso em: 1 dez. 2009.

BOLETIM DO CAGED. Salvador: SEI, 2009. Disponível em: www.sei.ba.gov.br. Acesso em: 20 out. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC. *Estatísticas de comércio exterior*. Disponível em: www.mdic.gov.br. Acesso em: 5 dez. 2009.

INFORMATIVO DO COMÉRCIO EXTERIOR. Salvador: PROMO-BA, 2009. Disponível em: www.promobahia.com.br. Acesso em: 20 out. 2009.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 31 out. 2009.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO (PED). Salvador: SEI, 2009. Disponível em: www.sei.ba.gov.br. Acesso em: 31 out. 2009.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL PRODUÇÃO FÍSICA – REGIONAL. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 1 nov. 2009.

PESQUISA MENSAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 9 nov. 2009.

PIB TRIMESTRAL DO BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 10 dez. 2009.

Crise financeira internacional: origens, repercussões e reflexões*

Fernando Ferrari Filho

Professor Titular da FCE/UFRGS, pesquisador do CNPq e Vice-Presidente da Associação Keynesiana Brasileira (www.ppge.ufrgs.br/akb).

Email: ferrari@ufrgs.br.



Este breve texto, por um lado, apresenta as origens e avalia os desdobramentos econômicos da crise financeira internacional. Por outro, propõe duas reflexões: (i) questiona os resultados da globalização financeira; e (ii) especula sobre o papel do Estado no contexto pós-crise e a possibilidade de se reestruturar o Sistema Monetário Internacional (SMI). Para tanto, são apresentadas, inicialmente, as origens e as repercussões da referida crise. Em seguida, as atenções voltam-se para o questionamento dos benefícios da globalização financeira e para a apresentação de uma Agenda keynesiana, tanto para possibilitar que o Estado crie um “ambiente institucional” favorável à retomada da estabilidade macroeconômica, quanto para sinalizar a reestruturação do SMI.

ORIGENS E REPERCUSSÕES DA CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL

A internacionalização do sistema financeiro alterou substancialmente a natureza e os determinantes da dinâmica econômica mundial. A conjugação da desregulamentação dos mercados financeiros e, por conseguinte, o surgimento de inovações financeiras – tais como securitizações e derivativos –, a livre mobilidade de capitais e as flexibilidades e volatilidades das taxas de câmbio e de juros têm, por

um lado, limitado a ação das políticas macroeconômicas domésticas e, por outro, sido um dos responsáveis tanto pelas frequentes crises de balanço de pagamentos das economias emergentes, quanto pelas crises de liquidez e solvência, como a recente crise financeira internacional.

Este processo de globalização financeira, em que os mercados financeiros são integrados de tal forma a criar um “único” mercado mundial de dinheiro e crédito, acaba, por sua vez, diante de um quadro em que inexistem regras monetário-financeiras e cambiais estabilizantes e os instrumentos tradicionais de política macroeconômica tornam-se crescentemente insuficientes para conter os colapsos financeiros (e cambiais) em nível mundial, resultando em crises de demanda efetiva.

A presente crise financeira internacional – diga-se de passagem, originada pelas perdas causadas pelo crescente *default* dos empréstimos das hipotecas do mercado norte-americano de *subprime* (mercado de financiamento imobiliário de maior risco) e dinamizada mundialmente, uma vez que grande parte dessas hipotecas foi securitizada e distribuída a investidores do mercado global – é, sobretudo, a crise da globalização financeira, entendida como certa tendência à criação de um mercado financeiro global e de intensificação no fluxo de capitais entre países. Esse processo remonta à crise do sistema de Bretton Woods, nos anos 1970, à desregulamentação dos mercados financeiros, anos 1980, e à liberalização dos fluxos de capitais, anos 1990.

* Artigo escrito em 14 de dezembro de 2009.

Em termos de repercussões, a crise financeira internacional afetou dramaticamente a atividade econômica, seja das economias desenvolvidas, seja das economias emergentes – pondo em xeque, inclusive, a tese de *decoupling* dos países emergentes. Nesse particular, o relatório do *World Economic Outlook*, outubro de 2009, do *International Monetary Fund* (IMF), sinalizou que, em 2009, os Estados Unidos, os países da zona do *euro* e o Japão deverão apresentar crescimentos negativos da ordem de 2,5%, 4,2% e 5,4%, respectivamente, havendo uma ligeira melhora em 2010. Não é demais ressaltar que a recessão esperada para 2009 no conjunto dos países do G-7 poderia ter sido mais dramática se não fossem as políticas fiscal e monetária contracíclicas implementadas pelas autoridades econômicas desses países para mitigar o impacto da crise.

O Brasil, como era de se esperar, não ficou “deslocado do resto do mundo”; por mais que as autoridades econômicas e o presidente Lula da Silva tenham subestimado a crise, a economia brasileira entrou em recessão técnica (nos quarto trimestre de 2008 e primeiro de 2009 o PIB acumulou uma queda de 4,4%). Visando reverter a situação recessiva que se apresentava, o ministro Guido Mantega e o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meireles, implementaram, ainda que tardiamente, medidas contracíclicas essenciais para expandir a demanda efetiva. O impacto esperado dessas medidas acabou tornando-se positivo, uma vez que a economia brasileira, a partir do segundo trimestre de 2009, passou a mostrar sinais de recuperação, animando o estado de expectativas dos consumidores, das firmas e do sistema financeiro, a ponto, inclusive, de induzi-los a tomarem decisões de gastos (consumo e investimento) e de empréstimos, respectivamente.

REFLEXÕES PÓS-CRISE

A crise financeira internacional nos induz a duas reflexões. Em primeiro lugar, ela coloca em xeque os supostos benefícios concretos da globalização financeira, com mercados financeiros desregulados, inclusive nos países desenvolvidos. Em segundo lugar, remete-nos, apoiados nas medidas de natureza fiscal e monetária implementadas pelos países desenvolvidos e emergentes para

mitigar a recessão mundial, tanto a repensar o próprio papel do Estado na economia, quanto à necessidade de re-regulamentar os sistemas financeiros domésticos e reestruturar o SMI.

Em relação à primeira reflexão, como os mercados financeiros desregulamentados não são eficientes, na ausência de regras que estabilizem os referidos mercados, as atividades especulativas e a valorização financeira da riqueza afloram naturalmente, pois a liberalização dos mercados financeiros e a existência de novos instrumentos financeiros (como derivativos) ampliam a possibilidade de realização de atividades especulativas. Nesse sentido, torna-se necessária a regulamentação de operações derivativas “exóticas” e outras práticas (alavancagem excessiva de instituições financeiras) que ocasionam a “festa” dos investidores e bancos.

Quanto à segunda, a lição da crise atual é que não somente a ação estatal é fundamental para prevenir ou remediar a crise, como é importante, sobretudo em momentos críticos, maior coordenação global entre as diferentes políticas nacionais, em particular dos grandes países desenvolvidos.

No que diz respeito ao papel do Estado para restaurar a estabilidade macroeconômica, entendida como sendo crescimento econômico sustentável, estabilização de preços e equilíbrio externo, é necessária uma Agenda keynesiana que crie um “ambiente institucional” favorável ao *animal spirits*. Para tanto, a política macroeconômica das economias nacionais deve ser articulada de forma a: (i) operacionalizar políticas fiscais que visem a expansão da demanda efetiva e a redução das desigualdades sociais; (ii) flexibilizar a política monetária para dinamizar os níveis de consumo e investimento; e (iii) coordenar e regular os mercados financeiros e cambial para estabilizar os fluxos de capitais e as taxas de câmbio.

Quanto à necessidade de se reestruturar o SMI, podemos dizer que há certo consenso entre economistas e *policymakers* de que medidas para restaurar a estabilidade do referido Sistema são fundamentais. Todavia, infelizmente, não há um consenso acerca de como o SMI deve ser reestruturado.

Em nosso ponto de vista, a necessidade de se preservarem as autonomias das políticas fiscal e monetária dos países – essenciais para assegurarem trajetórias de crescimento econômico sustentável – tem reforçado o ponto de vista de economistas keynesianos de que é forçosa a criação de uma espécie de *International Market Maker* para garantir a liquidez internacional para expandir a demanda efetiva mundial. Nesse sentido, as proposições apresentadas por Keynes na conferência de Bretton Woods, em 1944, podem ser uma referência para a reestruturação do SMI. Naquela ocasião, Keynes propunha a criação de uma autoridade monetária internacional, *International Clearing Union* (ICU), emissora de uma moeda de reserva internacional (*bancor*), não passível de entesouramento e especulação por parte dos agentes econômicos, voltada basicamente para estimular

as relações comerciais e financeiras do SMI. Para que essa moeda pudesse lastrear as operações econômicas entre os países, a estabilidade do SMI, segundo Keynes, deveria ser assegurada pela adoção de regras cambiais fixas, porém ajustáveis, e pela implementação de controle dos fluxos de capitais de curto prazo.

Em conclusão, no momento em que políticas macroeconômicas contracíclicas voltaram à cena e o G-20 e as instituições multilaterais, tais como IMF e *Bank for International Settlements*, sinalizam a possibilidade de se arquitetar um novo SMI, o resgate das ideias de Keynes acerca da operacionalização de políticas fiscal, monetária e cambial para estabilizar a demanda efetiva mundial e da ICU são essenciais para superar a crise financeira internacional e, principalmente, prevenir outras crises.

TRABALHAR PENSANDO NO FUTURO É A MELHOR MANEIRA DE COMEMORAR A INDEPENDÊNCIA.

200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA **BAHIA** 2023

Em 2 de julho de 2023, a Bahia vai comemorar 200 anos de independência. E uma data tão importante precisa ser planejada com muita antecedência. Por isso o Governo do Estado, através da Seplan, lançou o “Pensar a Bahia”. Um ciclo de debates envolvendo sociedade, empresários e especialistas das mais diversas áreas com o objetivo de consolidar um plano de desenvolvimento para os próximos anos. Porque a melhor forma de homenagear aos que lutaram pela nossa independência no passado é trabalhar para conquistar um futuro melhor para todos nós.

Estado baiano prevê **captação de R\$ 23,8 bilhões** em investimentos industriais até 2013

Fabiana Karine Santos de Andrade^A

O volume global dos investimentos industriais previstos para o estado da Bahia deve chegar a R\$ 23,8 bilhões até 2013, com perspectiva de serem implantadas e ampliadas cerca de 530 empresas de diversos setores, que deverão gerar perto de 99.244 mil empregos diretos no período.

Para os investimentos por Territórios de Identidade, nota-se um volume elevado concentrado no Território Metropolitana de Salvador, onde está previsto um volume aproximado de R\$ 6,3 bilhões distribuídos em 247 projetos. No Recôncavo, esperam-se investimentos da ordem de R\$ 3,3 bilhões, com 26 projetos de empresas com a intenção de investir no estado. No Território Sertão Produtivo, os investimentos devem chegar a R\$ 3,8 bilhões, em que o maior volume a ser injetado será voltado para a atividade de extração de minerais metálicos para exploração de jazidas de ferro e a construção de um mineroduto.

Entre os investimentos por Complexo de Atividade, destaca-se o químico-petroquímico, com um volume de R\$ 7,3 bilhões e 123 previsões de implantação no estado. No complexo Mineral e Beneficiamento, o volume previsto chega a R\$ 6,3 bilhões, decorrentes de 31 projetos de empresas com decisão de investimento. Já no complexo Metal-Mecânico, os investimentos devem chegar a R\$ 2,1 bilhões, resultantes de 51 projetos.

A política de atração de investimentos industriais, adotada pelo governo do estado da Bahia, vem, ao longo dos anos, contribuindo de forma positiva para o desenvolvimento econômico e social do estado, com a diversificação do parque industrial e com a mudança, mesmo que gradativa, do perfil da sua matriz, o que pode ser comprovado com a vinda de empreendimentos dos mais variados segmentos. Esta ação governamental, com o objetivo de desenvolver o setor industrial baiano, vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos especiais. Atualmente, esses incentivos podem ser solicitados via Programa Desenvolve, o qual concede benefícios fiscais para as empresas dos mais variados setores que tenham a intenção de investir no estado.

^A Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); técnica da Superintendência de Indústria da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM). fabianaa@sicm.ba.gov.br



Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade
2009-2013

Complexo	Volume (R\$ 1,00)	Nº projeto	Volume (%)	Projeto (%)
Agroalimentar	2.354.660.028	108	9,9	20,4
Atividade mineral e beneficiamento	6.268.528.611	31	26,3	5,8
Calçados/têxtil/confeções	955.161.397	60	4,0	11,3
Complexo madeireiro	153.283.896	21	0,6	4,0
Eletroeletrônico	243.411.955	51	1,0	9,6
Metal-mecânico	2.104.343.407	51	8,8	9,6
Químico-petroquímico	7.333.889.593	123	30,8	23,2
Reciclagem	4.800.000	1	0,0	0,2
Transformação petroquímica	771.321.712	66	3,2	12,5
Outros	3.604.810.019	18	15,1	3,4
Total	23.794.210.618	530	100,0	100,0

Fonte: SICM/Coinc.

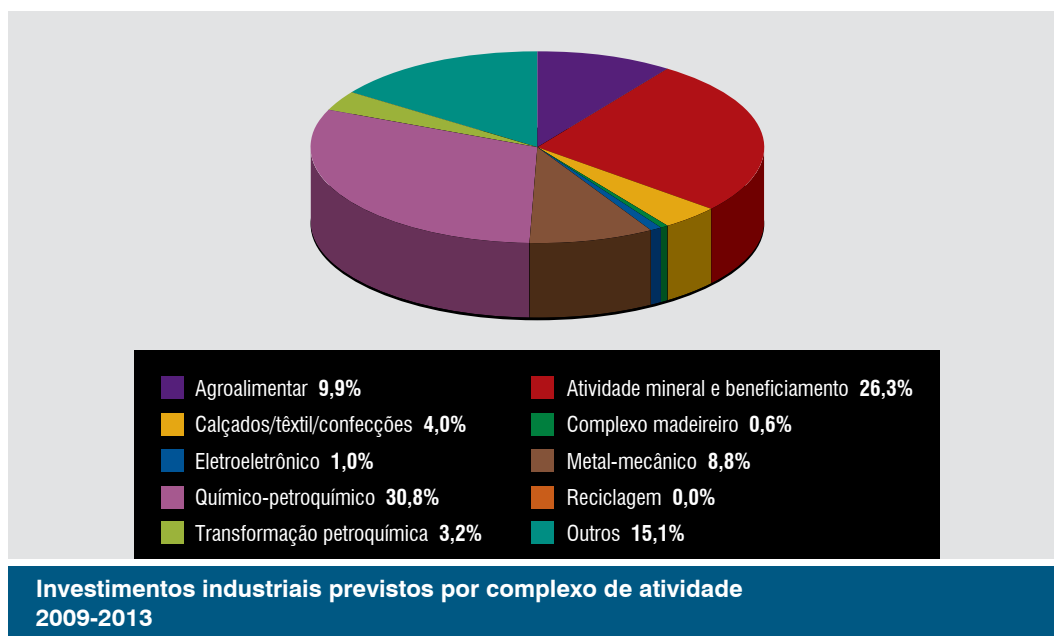
Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/09/2009.

Tabela 2
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por Território de Identidade
2009-2013

Território	Volume (R\$ 1,00)	Nº projeto	Volume (%)	Projeto (%)
A definir	1.580.465.667	22	6,6	4,2
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	354.519.785	18	1,5	3,4
Bacia do Jacuípe	14.364.490	3	0,1	0,6
Baixo Sul	685.866.869	7	2,9	1,3
Chapada Diamantina	4.322.137	4	0,0	0,8
Extremo Sul	830.056.487	15	3,5	2,8
Irecê	27.193.000	3	0,1	0,6
Itapetinga	189.270.227	12	0,8	2,3
Litoral Sul	1.862.810.397	41	7,8	7,7
Médio Rio das Contas	543.458.237	13	2,3	2,5
Metropolitana de Salvador	6.301.088.195	247	26,5	46,6
Oeste Baiano	1.153.541.098	18	4,8	3,4
Piemonte da Diamantina	22.975.297	2	0,1	0,4
Piemonte do Paraguaçu	26.910.161	5	0,1	0,9
Piemonte Norte do Itapicuru	22.000.000	1	0,1	0,2
Portal do Sertão	324.096.134	45	1,4	8,5
Recôncavo	3.340.958.219	26	14,0	4,9
Semiárido Nordeste II	12.336.622	2	0,1	0,4
Sertão do São Francisco	103.904.375	10	0,4	1,9
Sertão Produtivo	3.846.883.086	5	16,2	0,9
Sisal	14.500.000	5	0,1	0,9
Vale do Jiquiriçá	1.939.183.000	7	8,1	1,3
Velho Chico	503.000.000	2	2,1	0,4
Vitória da Conquista	90.507.136	17	0,4	3,2
Total	23.794.210.618	530	100,0	100,0

Fonte: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Coletados até 30.09.2009.



Fonte: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/09/2009.

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (SICM) através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas Probahia, Bahiaplast e do atual Desenvolve.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no site da SEI, com dados a partir de 1999, apresentando valores acumulados.



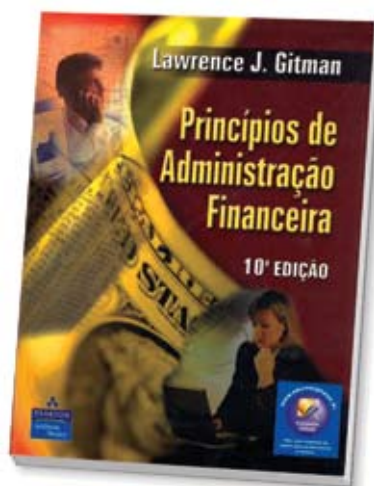
Descobrimos um
novo sinônimo para
inovação: inclusão

SECTI

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia vem contribuindo com o desenvolvimento sustentável do Estado. Através de uma articulação com a comunidade científica, setores empresariais e sociedade civil organizada, a SECTI está levando inovação e inclusão para todos os municípios da Bahia. Essa ação tem caráter transversal e conta com parceria entre os governos federal e municipal. A Bahia já sabe: o Governo do Estado faz, a vida dos baianos melhora.

 **Bahia**
TERRA DE TODOS NÓS

Secretaria de Ciência,
Tecnologia e Inovação



PRINCÍPIOS DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Princípios de Administração Financeira, de Lawrence J. Gitman, representa um clássico na área de administração, economia e ciências contábeis. Escrito de maneira clara e didática, o *best-seller* capacita os leitores a entender fatos, conceitos e técnicas da área. Nessa 10ª edição, a ênfase no tratamento objetivo dos tópicos abordados torna o trabalho ainda mais esclarecedor.



A HORA DA VIRADA

Em *A Hora da Virada*, Raúl Candeloro, um dos melhores palestrantes na área de gestão e vendas, dá orientações à classe empresarial para assumir o controle de sua empresa e fazê-la voltar a dar lucro em tempos difíceis. Sua metodologia tem ajudado empresas a formarem equipes vencedoras no alcance de suas metas. Com “pílulas mágicas”, o autor fala sobre estratégia, segmentação, posicionamento, vantagens competitivas, equipes, liderança, internet, redução de custos, além de pontos críticos, como atitude, liderança, comunicação e execução.



LIDERANÇA

Liderança, livro de Miguel Vizioli e Maria da Luz Calegari, especialistas na área de treinamento e desenvolvimento de pessoal, aborda a avaliação do estilo do líder e do clima da equipe. Com um texto claro e de linguagem bastante simplificada, traz sugestões de filmes e leituras fundamentais para líderes e liderados, além de entrevistas com quatro líderes de grandes empresas.



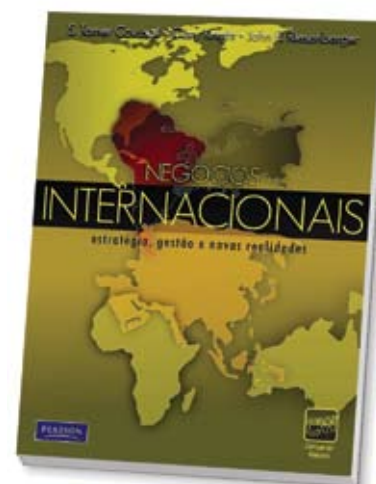
EXPERIÊNCIAS EMPRESARIAIS EM SUSTENTABILIDADE

Experiências Empresariais em Sustentabilidade retrata sobre os avanços, dificuldades e motivações de gestores e empresas. Nesse trabalho, Fernando Almeida, presidente-executivo do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), apresenta exemplos de empresas líderes instaladas no Brasil, que apontam para um novo cenário, com base numa matriz energética mais limpa, no uso racional e sustentável dos recursos naturais e na abertura do mercado para a base da pirâmide social.



BRASIL PÓS-CRISE

Em *Brasil Pós- crise*, Fabio Giambiagi e Octávio de Barros chamam a atenção para aspectos relevantes a serem adotados no período que se seguiu à instalação da crise. Este trabalho trata dos problemas fiscais ainda não resolvidos, traz propostas para enfrentar os desafios associados às tendências demográficas e seu impacto sobre a Previdência Social. Traz ainda recomendações para aperfeiçoar o regime de metas de inflação (ou reestruturar o sistema tributário) e para uma nova política ambiental.



NEGÓCIOS INTERNACIONAIS: ESTRATÉGIA, GESTÃO E NOVAS REALIDADES

O livro *Negócios Internacionais: estratégia, gestão e novas realidades*, dos autores Tamer Cavusgil, Gary Knight e John Riesenberger, aborda, com profundidade, os mais importantes tópicos relativos aos negócios internacionais, não se limitando à realidade norte-americana. Por meio de uma linguagem clara e com auxílio de diversos elementos didáticos, o livro apresenta a essência do conhecimento dessa área. Todas essas características o tornam ideal para alunos do curso de administração, bem como de cursos de pós-graduação que tratam da questão internacional, com enfoque administrativo, econômico e de comércio exterior.

Conjuntura Econômica Baiana



Conforme indicadores conjunturais apresentados nesta seção, em edições anteriores, a crise financeira internacional ainda está sendo o principal obstáculo para o bom desempenho da economia brasileira e baiana. No entanto a economia baiana apresentou tímido comportamento durante o ano de 2009, porém com sinais de recuperação e expansão nos principais indicadores analisados.

A produção da indústria baiana de transformação registrou em outubro, segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM-IBGE), acréscimo de 0,3% em 2009 na comparação com o ano de 2008. Os segmentos que influenciaram positivamente foram apenas: produtos químicos (11,3%) e minerais não-metálicos (5,1%). Todos os outros setores registraram decréscimo, com destaque para: alimentos e bebidas e metalurgia básica, com forte peso na indústria baiana, de 4,7% e 11,2%, respectivamente.

Seguindo a mesma análise, a balança comercial baiana registrou em outubro acréscimo nas exportações (6,0%) e declínio significativo nas importações (-30,6%), com superávit de US\$ 283,0 milhões. O aumento do saldo da balança comercial deveu-se a trajetória persiste em patamares negativos das importações, e a sinalização de uma recuperação nas exportações baianas, que vinham apresentando taxas decrescentes desde novembro de 2008.

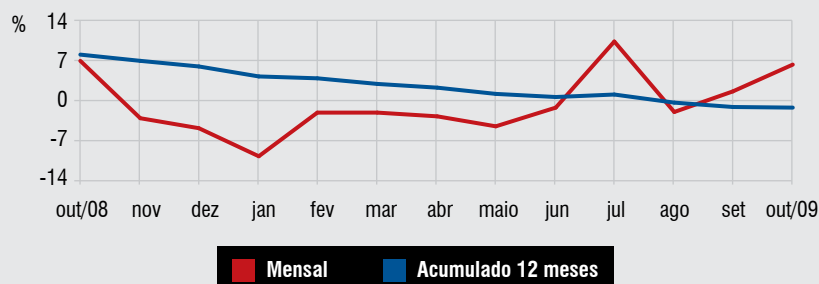
O comércio varejista continua sendo o setor da economia que apresentou o melhor desempenho ao longo do

ano 2009, favorecido pelo aquecimento da economia baiana que, em relação à atividade varejista, se manteve em ritmo positivo. As vendas registraram crescimento de 10,1%, em outubro em relação ao mesmo mês do ano anterior, percentual bem superior ao registrado nos meses anteriores, em 2009. Os segmentos que evidenciaram as maiores taxas de crescimento no ano foram: outros artigos de uso pessoal e doméstico (26,6%), móveis e eletrodomésticos (15,3%), tecidos vestuário e calçados (15,1%) e hipermercados, supermercados e produtos alimentícios (10,7%). As vendas de veículos, motos e peças registraram crescimento de 12,5% no mesmo período.

Já o Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, registrou alta de 0,24% em outubro de 2009, em relação ao mesmo mês de 2008; os segmentos de transporte e comunicação (0,51%), vestuário (0,85%) e alimentos e bebidas (0,20%) foram os que pressionaram o indicador. No ano o índice acumula taxa de 2,87%.

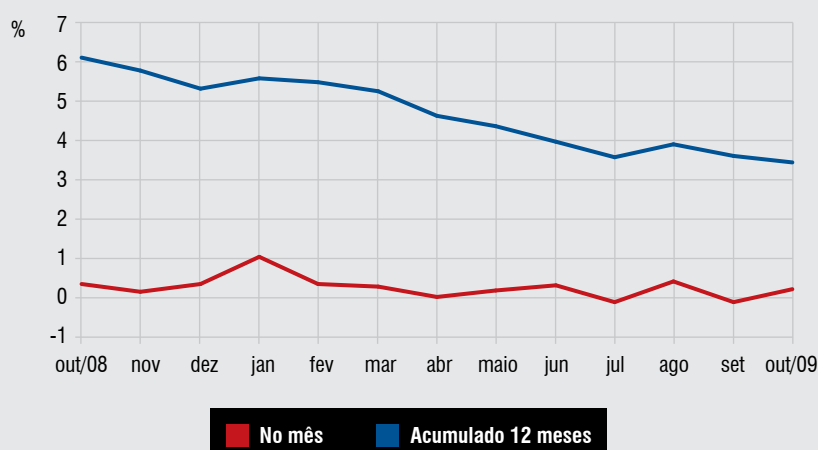
No mercado de trabalho, conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/Dieese/Seade), a taxa média de desemprego, em outubro 2009, fechou em 18,7% da População Economicamente Ativa. Com base na mesma pesquisa, o rendimento médio real dos trabalhadores teve declínio de 1,6% em outubro 2009, em relação a outubro de 2008.

O Índice de Movimentação Econômica (Imec), que mede a atividade econômica no município de Salvador, registrou, em outubro de 2009, acréscimo de 6,2% na comparação com o mesmo mês de 2008. Essa foi a segunda taxa positiva apresentada em 2009 na atividade econômica. As taxas decrescentes apresentadas em meses anteriores contribuíram para o declínio no acumulado nos últimos 12 meses (-1,2%).



Índice de Movimentação Econômica (Imec) – Salvador

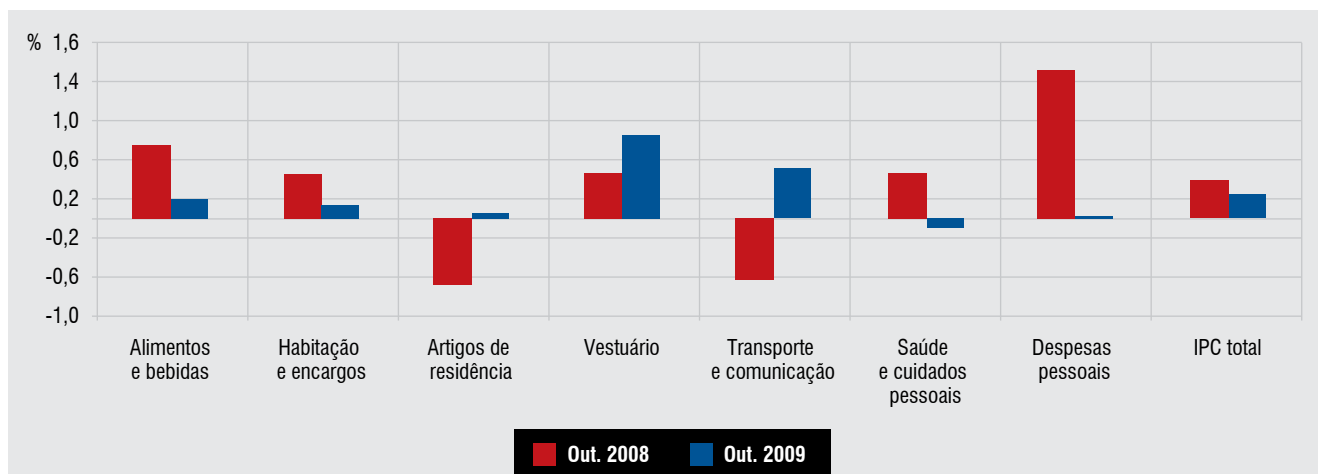
Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.



Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

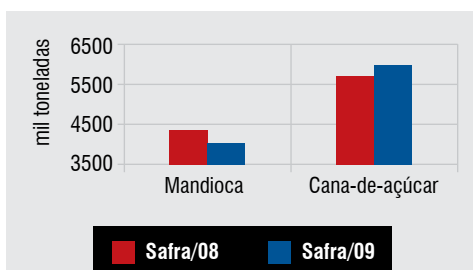
Em outubro de 2009, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela SEI, registrou inflação de 0,24%. No acumulado dos 12 meses, essa taxa apresentou variação positiva de 3,45%. Esse resultado reflete a alta nos preços de 165 produtos, dos 375 que compõem o IPC-SEI. Dentre eles, os que sofreram maior crescimento nos preços, foram: roupa infantil (14,7%), tomate (14,7%), cebola (14,5%), passagem aérea (10,2%) álcool combustível (8,0%) e peças de decoração (8,0%).



Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

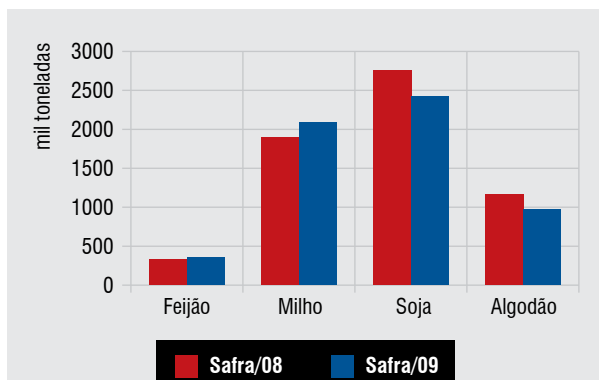
Os grupos *Vestuário* (0,85%), *Transporte e comunicação* (0,51%) *Alimentos e bebidas* (0,20%) apresentaram, no mês de outubro, as maiores contribuições para a inflação em Salvador. Com relação a esses grupos, os subgrupos *Roupas* (1,32%) e *Comunicação* (0,57%) foram os que apresentaram os maiores acréscimos de preços no período, seguido de *Alimentos fora do domicílio* (0,28%).



Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia

Fonte: IBGE-LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Os resultados para a safra agrícola baiana de novembro de 2009, divulgados pelo último Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, ratificam a tendência de queda da produção de mandioca no estado, que foi da ordem de (-7,3%). De forma inversa, a produção de cana-de-açúcar figurou com crescimento da ordem de 5,2% em relação à safra 2008, que foi justada na PAM/2008.

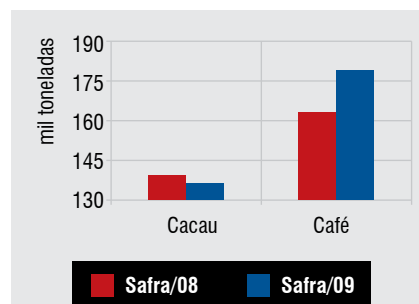


**Estimativa da produção agrícola:
feijão, milho, soja e algodão – Bahia**

Fonte: IBGE-LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

As estimativas de novembro de 2009 para a safra de feijão mantiveram a trajetória de crescimento ajustada para 10,2% em relação aos dados da PAM/2008. As boas condições climáticas favoreceram a performance da oferta dessa importante leguminosa da dieta doméstica em 2009. As estimativas da produção de milho também figuram com acréscimo (10,5%) em relação a 2008. Quanto à soja, observou-se a manutenção de queda de produção em novembro de 2009 (-12%), face à crise financeira internacional, contrariando o comportamento positivo verificado na safra anterior. O algodão também manteve uma trajetória de queda da produção em novembro de 2009 (-16,5%), integrando o rol das *commodities* com produção declinante no estado.

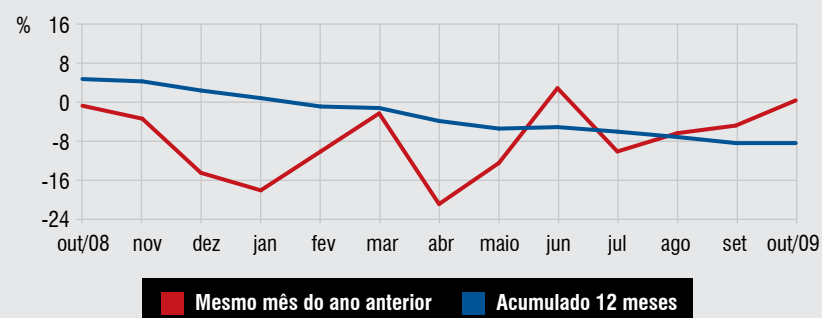
As estimativas para a produção de cacau, em novembro de 2009, apresentaram declínio de 2,3%, provocado pela queda do rendimento físico (-2,6%) dessa tradicional *commodity* da agropecuária baiana. Concernente ao café, constatou-se um incremento de produção de 9,5%, em razão do aumento de produtividade em torno de 5,1%. A expectativa no mercado do café em 2009 é de otimismo para os produtores brasileiros, face à retomada de boas cotações do produto no mercado futuro.



**Estimativa da produção agrícola:
cacau e café – Bahia**

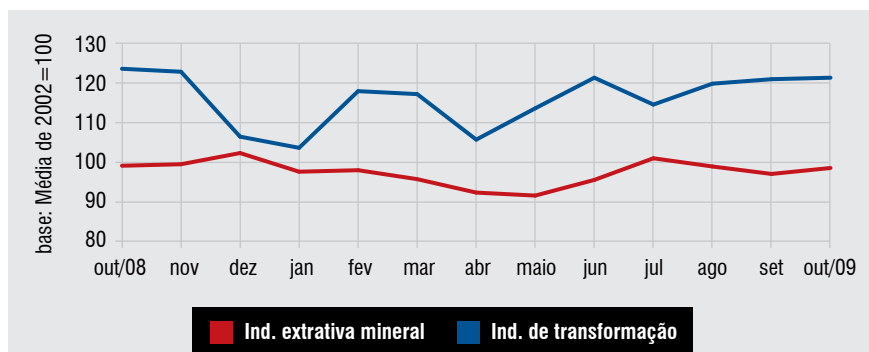
Fonte: IBGE-LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

A indústria de transformação baiana registrou, em outubro de 2009, crescimento de 0,3% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. O indicador, entre janeiro e outubro, acumulou retração de 8,1%, reduzindo significativamente as expectativas iniciais quanto ao crescimento da atividade industrial no estado. Conforme dados da Pesquisa Mensal de Indústria (PIM/IBGE), no que se refere aos setores, neste mesmo período, os de *alimentos e bebidas* (0,9%) – com aumento na fabricação de farinhas e *pellets* da extração do óleo de soja – e *minerais não metálicos* (7,6%) – em função do aumento na produção de massa de concreto para construção – foram os que registraram as maiores expansões.



**Taxa de variação da produção física da indústria de transformação
Bahia**

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

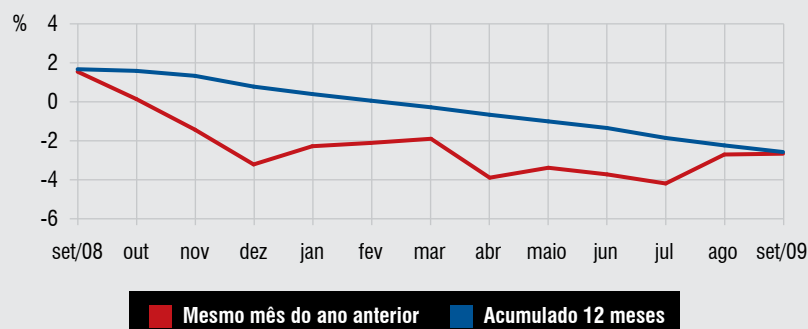


Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral – Bahia

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

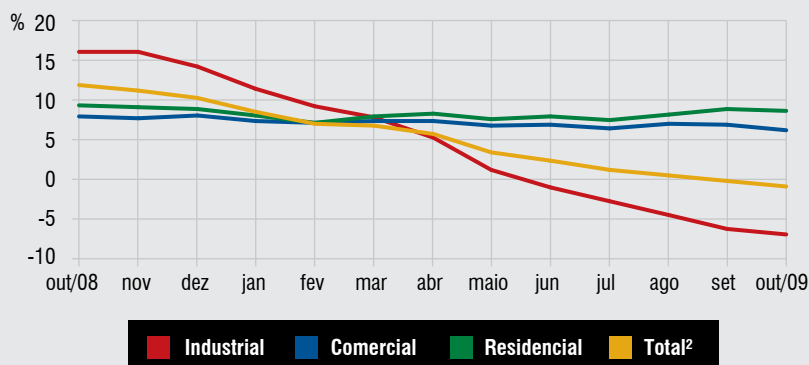
A análise da indústria de transformação, eliminando influências sazonais, aponta que, em outubro de 2009, houve acréscimo de 0,4% na comparação com o mês de setembro do mesmo ano. Esse resultado foi influenciado, sobretudo, pelo acréscimo de 4,3% no ramo de *produtos químicos*. Além deste ramo, os setores que também apresentaram crescimento foram: *alimentos e bebidas* (1,4%), *metalurgia básica* (1,7%), *borracha e plástico* (2,9%) e *veículos automotores* (8,6%). O setor que registrou maior decréscimo foi o de *papel e celulose* (-6,4%). A indústria extrativa também registrou crescimento (1,5%) nesta análise.

Em setembro de 2009, a indústria baiana de transformação teve redução de 2,7% no nível de emprego, quando comparada ao mesmo mês de 2008, contribuindo para o decréscimo apontado no ano de 2009 (-2,9%) e no acumulado dos doze meses (-2,6%). Portanto, cabe destacar os segmentos que contribuíram para a retração do emprego industrial entre janeiro e setembro de 2009: *produtos químicos* (-14,1%); *borracha e plástico* (-8,9%) e *vestuário* (-7,1%).



Taxa de variação do pessoal ocupado – indústria de transformação Bahia

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.



Taxa de variação do consumo de energia elétrica¹ – Bahia

Fonte: Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

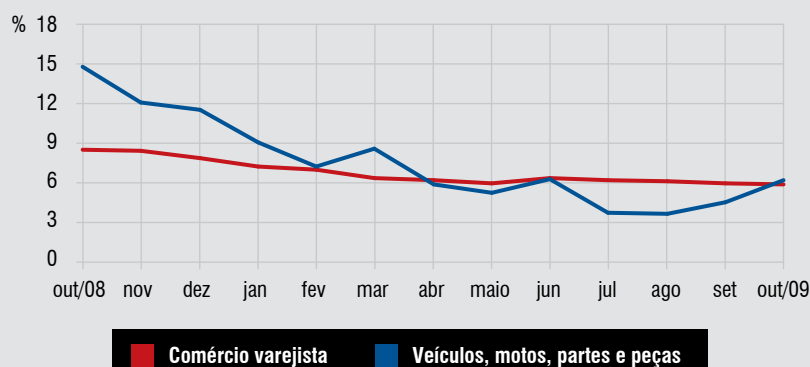
¹ Acumulado 12 meses.

² Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária.

O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

O consumo total de eletricidade no estado da Bahia registrou, no mês de outubro de 2009, acréscimo de 2,7% em relação ao mesmo mês de 2008. No acumulado dos 12 meses, o consumo de energia elétrica registrou retração de 0,8%. Dentre os principais setores de consumo, na mesma base de comparação, o setor industrial apresentou decréscimo de 6,9%, enquanto os outros dois setores, residencial e comercial, expandiram 8,6% e 6,1%, respectivamente.

O comércio varejista cresceu, em outubro/09, pelo décimo mês consecutivo. A variação atingiu a 10,1%, maior taxa registrada no ano, sendo percebido em cinco dos oito segmentos que compõem o indicador. De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE), a expansão no ano foi de 6,0% e de 5,9% nos últimos 12 meses. Para o segmento de *veículos, motos e peças*, verificou-se, nesse mês, crescimento de 12,5% na comparação com igual mês do ano anterior, conferindo alta de 6,2% nos últimos 12 meses.

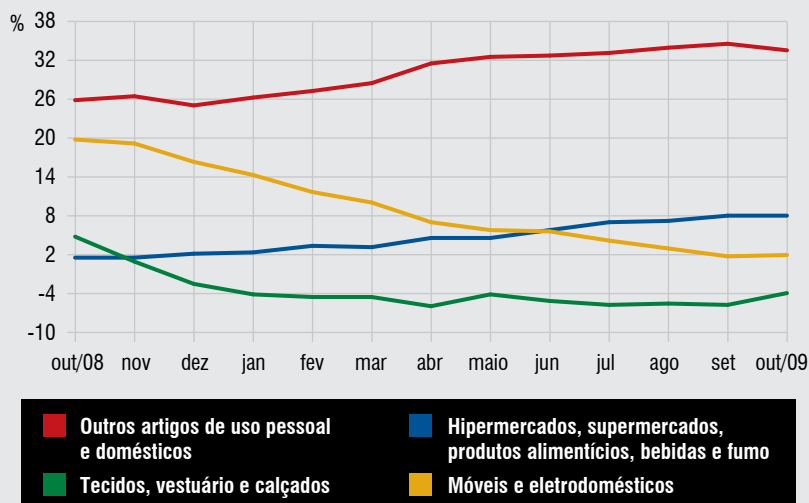


Taxa de variação de volume de vendas no varejo¹ – Bahia

Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

¹ Acumulado nos últimos 12 meses.



Taxa de variação do volume de vendas no varejo¹: principais segmentos – Bahia

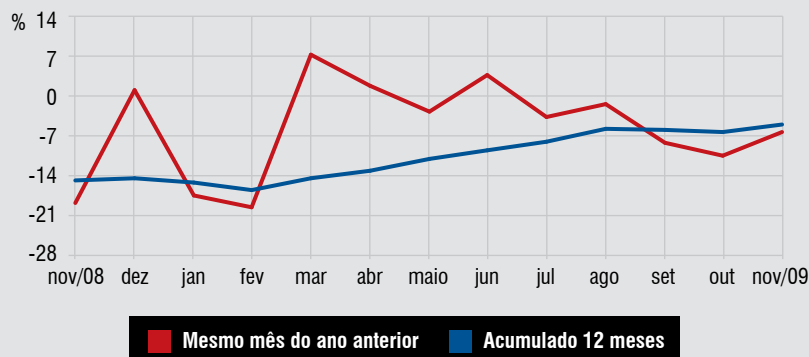
Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

¹ Acumulado nos últimos 12 meses.

Por atividade, verifica-se que os principais destaques do comércio varejista para o acumulado dos últimos 12 meses foram: *hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (8,1%); e *outros artigos de uso pessoal e doméstico* (33,5 %). Para o segmento de Móveis e eletrodomésticos foi observado que o crescimento registrado nos últimos meses de 2009 resultou numa suave melhora nas vendas (1,9%). Quanto à atividade de *tecidos, vestuário e calçados*, constatou-se que, a despeito da queda de 4,0 %, houve uma mudança de tendência.

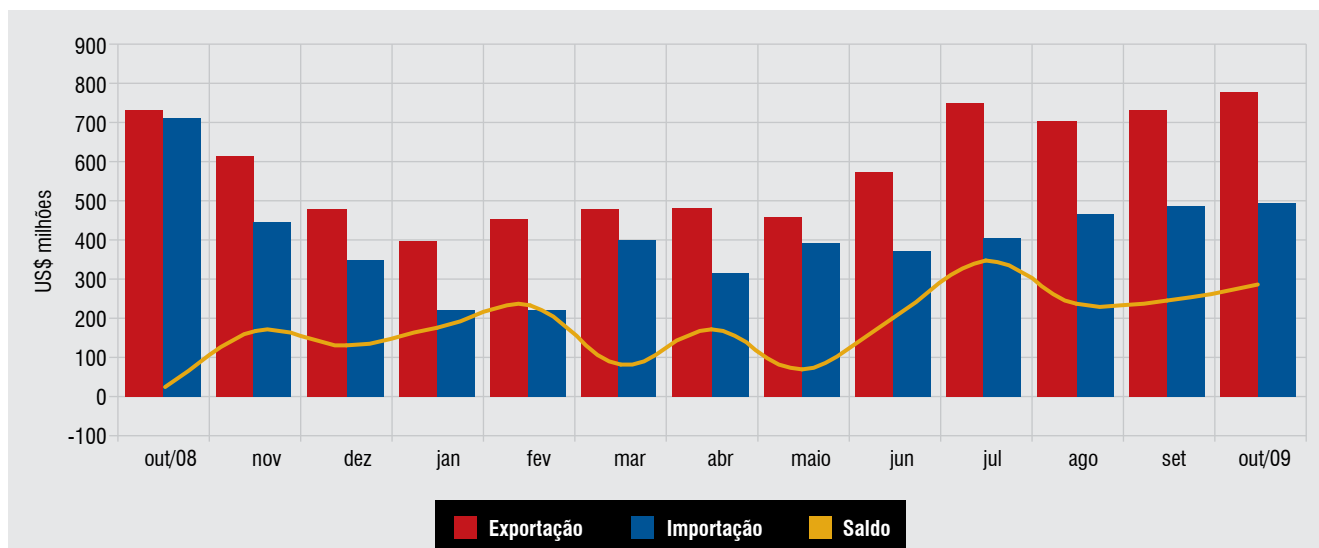
Com base nos dados divulgado pelo Bacen, em novembro de 2009 foram emitidos 271,8 mil cheques sem fundos na Bahia, representando decréscimo de 6,4% na comparação com o mesmo mês de 2008. As taxas negativas registradas ao longo do período, desde julho de 2007, com exceção apenas de quatro meses, determinaram a trajetória de queda também no acumulado dos doze meses. Desde o mês de março de 2007 têm-se verificado taxas negativas no acumulado dos doze meses, culminando com o percentual de 5,4% em novembro de 2009. No acumulado do ano, frente a igual período de 2008, apresenta taxa negativa de 5,7%.



Quantidade de cheques sem fundos – Bahia

Fonte: Bacen.

Elaboração: SEI/CAC.

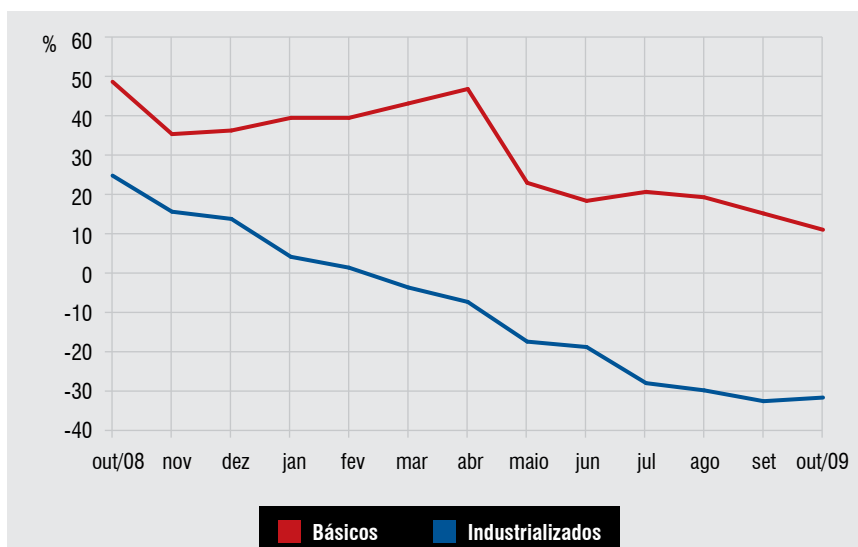


Balança comercial – Bahia

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

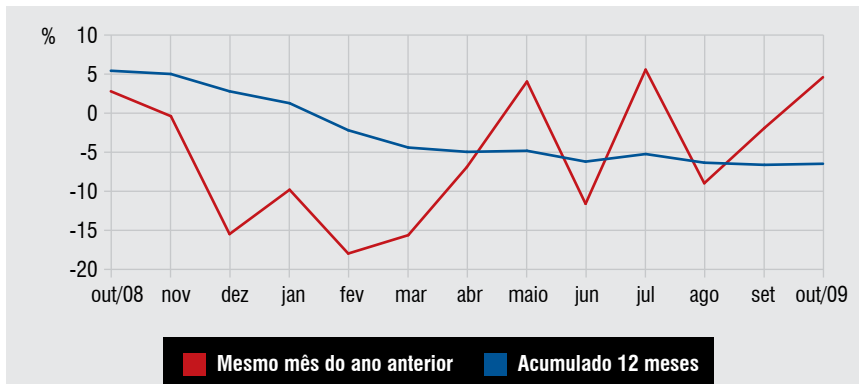
Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações baianas somaram, em outubro de 2009, US\$ 773,6 milhões e as importações, US\$ 490,6 milhões, resultando num superávit mensal de US\$ 283,0 milhões. Confrontando outubro de 2009 com o mesmo mês do ano anterior, as exportações apontam recuperação com taxa positiva de 6,0%; já as importações continuam apresentando taxas negativas, registrando, no referido mês, variação de 30,6% em relação a 2008.

As exportações por fator agregado, na comparação outubro de 2009 em relação a outubro de 2008, registraram decréscimo apenas nas vendas de produtos básicos (-6,0%), enquanto as vendas de produtos industrializados cresceram 11,1%. No acumulado dos doze meses, as exportações dos básicos apresentaram crescimento (11,0%) e os industrializados apresentaram queda de 31,9%; desde agosto de 2007, os dados demonstram que as exportações de produtos básicos estão crescendo mais que expressivamente em relação aos produtos industrializados.



Taxa de variação das exportações baianas por fator agregado¹ – Bahia

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.
¹ Acumulado 12 meses.

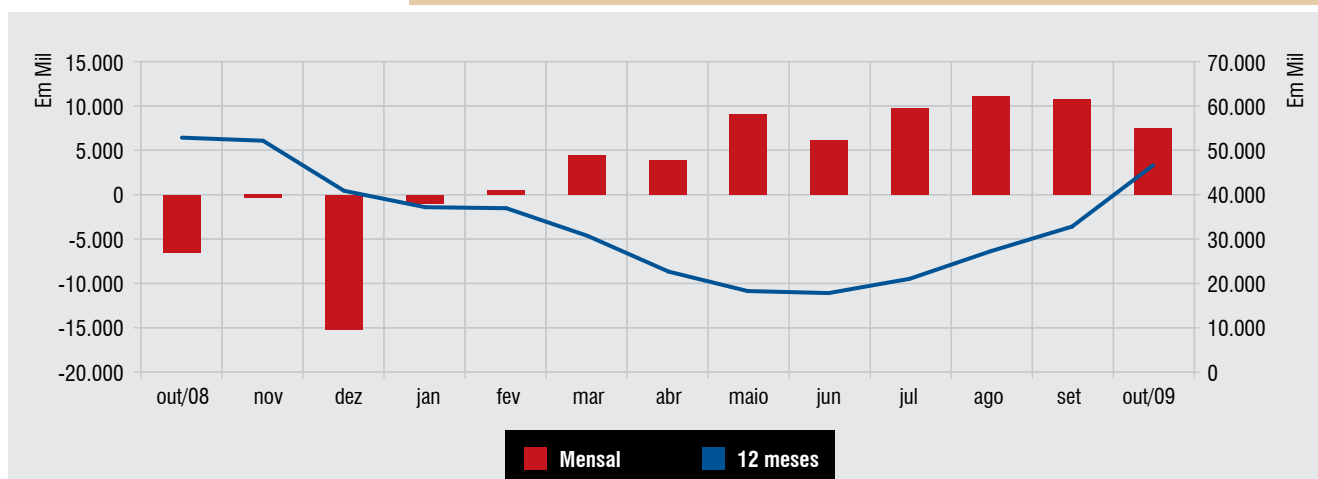


Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes – Bahia

Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.
Elaboração: SEI/CAC.
Deflator IGP-DI.

A arrecadação de ICMS no estado da Bahia registrou, em outubro de 2009, acréscimo de 4,7% na comparação com o mesmo mês de 2008. Nesse mês, a arrecadação foi de R\$ 855,5 milhões. Tanto no acumulado do ano como nos 12 meses, a arrecadação acumulou decréscimo de 6,1% e 6,5%, respectivamente. Este desempenho é proveniente da baixa arrecadação verificada no estado nos últimos nove meses, segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz).

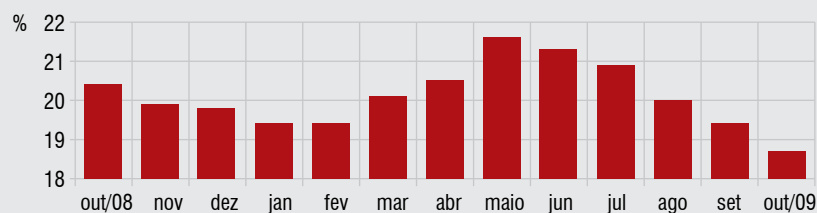
De acordo com dos dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em outubro, o saldo total de empregos com carteira de trabalho assinada na Bahia apontou crescimento (7.443 postos de trabalho). Esse foi o nono dado positivo consecutivo após retração no primeiro mês de 2009. Com o resultado de outubro, o saldo de postos de trabalho no ano ficou em 62.183. Já nos doze meses, o saldo de empregos apontou aceleração no ritmo de crescimento, acumulando 46.605 postos de trabalho.



Geração de empregos celetistas* na Bahia

Fonte: Caged.
Elaboração: SEI/CAC.
*Saldo de empregos (admissões - demissões).

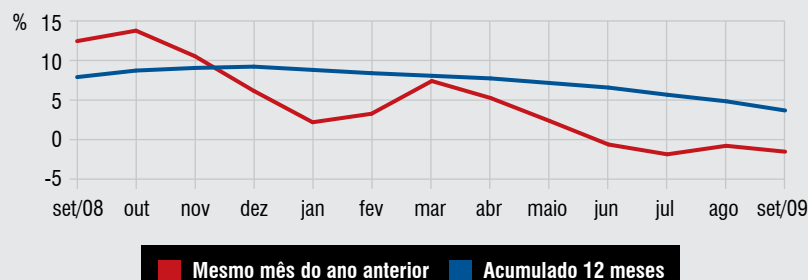
Segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a Região Metropolitana de Salvador, em outubro de 2009, cerca de 345 mil pessoas estavam desempregadas, ou seja, 18,7% da População Economicamente Ativa (PEA). Cotejando-se com outubro de 2008, verificou-se redução de 0,9% e, com relação a setembro de 2009, observou-se incremento de 0,5%. O crescimento da PEA e a redução do nível de ocupação no período explicam esse desempenho.



Taxa de desemprego total - RMS

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE-FAT).
Elaboração: SEI/CAC.

O rendimento médio real dos ocupados no mês de setembro de 2009 (R\$ 974,00), em comparação ao mesmo mês de 2008 (R\$ 989,00), apresentou queda de 1,6%, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS). Quanto à massa de rendimento médio real dos ocupados, verificou-se declínio de 2,0%, em razão da queda dos rendimentos no período.

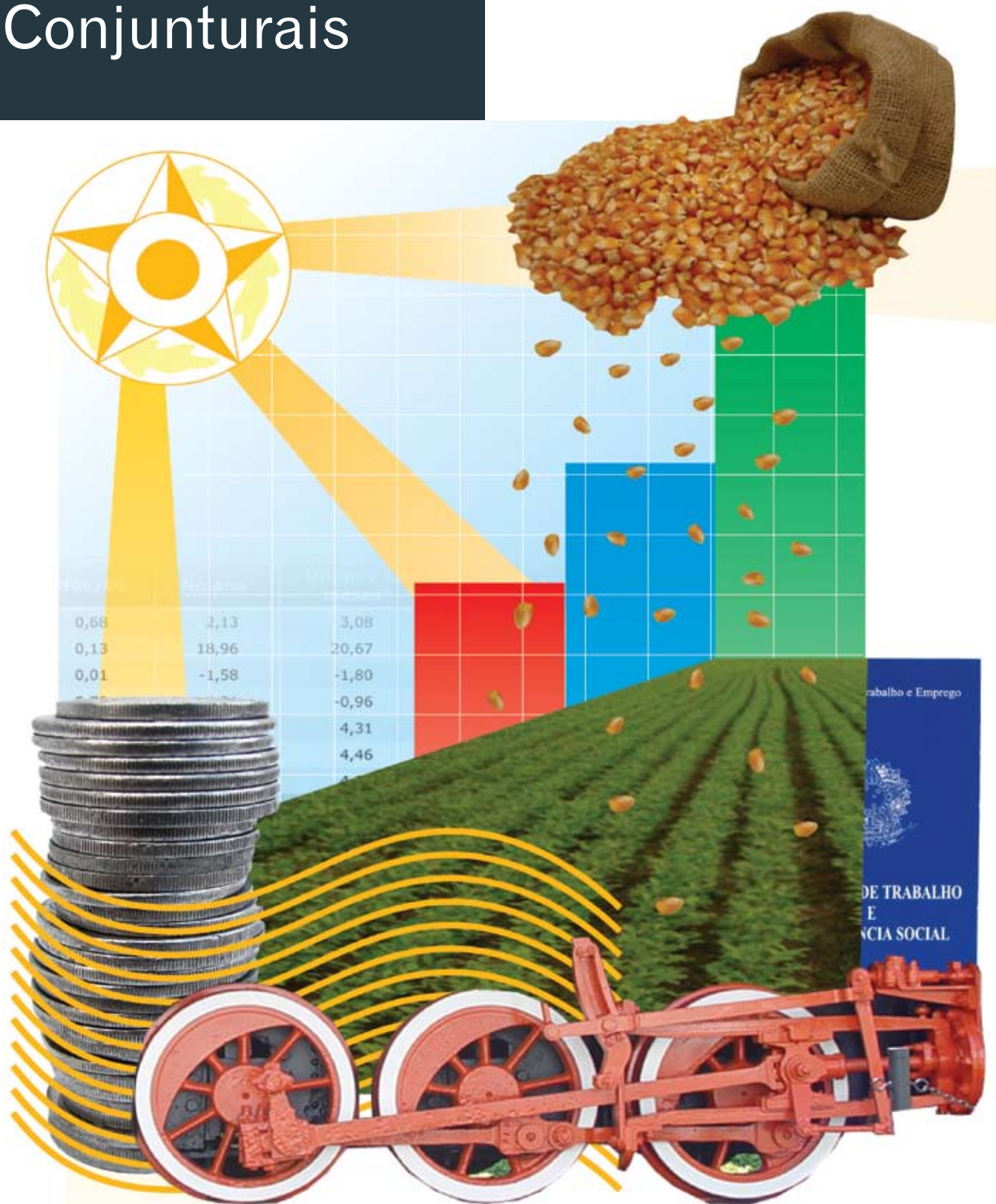


Taxa de variação do rendimento médio real¹ - RMS

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE-FAT).
Elaboração: SEI/CAC.

¹ Ocupados no trabalho principal.

Indicadores Conjunturais



INDICADORES ECONÔMICOS

Índice de Preços

Índice de Preços ao Consumidor (IPC) ¹ – Salvador – out. 2009						
Grandes grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	Outubro/08	Outubro/09	No ano ²	Últimos 12 meses ³	Jun./07 = 100	Jun./94=100
Alimentos e bebidas	0,75	0,20	1,31	2,35	119,03	291,40
Habitação e encargos	0,45	0,13	7,41	8,05	113,28	776,68
Artigos de residência	-0,68	0,05	-1,93	-0,09	95,65	220,12
Vestuário	0,46	0,85	2,47	3,74	106,54	191,03
Transporte e comunicação	-0,64	0,51	2,41	2,07	104,72	750,90
Saúde e cuidados pessoais	0,46	-0,10	3,63	3,85	114,08	382,34
Despesas pessoais	1,51	0,02	3,77	4,58	113,01	445,77
Geral	0,38	0,24	2,87	3,46	110,94	372,93

Fonte: SEI.

¹ O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1-40 salários mínimos.² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – nov. 2009					
Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês ¹ (%)	Variação acumulada (%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano ²	12 meses ³	
Aracaju	167,87	-0,17	-13,15	-6,42	39,24
Belém	203,56	0,37	2,27	2,56	47,58
Belo Horizonte	225,33	2,18	-2,14	-0,03	52,67
Brasília	216,22	-2,63	-8,44	-4,16	50,54
Curitiba	222,67	2,81	-2,93	-2,34	52,05
Florianópolis	227,00	0,28	-5,03	0,16	53,06
Fortaleza	182,16	6,97	-7,68	-2,82	42,58
Goiânia	205,95	4,04	-1,66	-0,27	48,14
João Pessoa	175,62	0,25	-12,43	0,45	41,05
Natal	189,73	3,71	-10,84	-4,20	44,35
Porto Alegre	254,62	2,55	-0,09	6,54	59,52
Recife	175,91	-0,31	-4,19	0,39	41,12
Rio de Janeiro	226,97	0,99	-5,34	0,76	53,06
Salvador	200,45	1,43	3,83	7,56	46,86
São Paulo	234,99	2,16	-1,88	-1,54	54,93
Vitória	227,81	1,44	0,12	0,73	53,25
Manaus	218,99	0,84	-3,03	-0,87	51,19

Fonte: Dieese.

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.² Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2008/2009

Produtos do LSPA¹	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2008²	2009³	Variação(%)	2008²	2009³	Variação (%)
Lavouras temporárias						
Abacaxi⁴	170.423	156.205	-8,3	25.199	24.561	-2,5
Algodão herbáceo	1.167.947	975.404	-16,5	3.767	3.331	-11,6
Alho	4.320	5.068	17,3	6.879	8.096	17,7
Amendoim	7.356	7.271	-1,2	1.073	1.021	-4,8
Arroz total	42.466	58.815	38,5	1.566	1.747	11,6
Arroz sequeiro	...	...	...	...	...	...
Arroz irrigado	...	...	...	...	...	...
Batata-inglesa	291.220	290.650	-0,2	39.904	37.698	-5,5
Cana-de-açúcar	5.689.329	5.985.197	5,2	56.117	57.699	2,8
Cebola	255.851	212.937	-16,8	23.507	23.115	-1,7
Feijão total	318.522	350.916	10,2	641	641	0,0
Feijão 1ª safra	98.931	113.461	14,7	555	535	-3,8
Sequeiro	...	...	...	...	...	...
Irrigado	...	...	...	...	...	...
Caupi	...	...	...	...	...	...
Feijão 2ª safra	219.591	237.455	8,1	689	708	2,8
Sequeiro	...	...	...	...	...	...
Irrigado	...	...	...	...	...	...
Caupi	...	...	...	...	...	...
Fumo	8.662	4.696	-45,8	979	944	-3,6
Girassol	10.291	5.929	-42,4	1.134	1.514	33,5
Mamona	98.706	60.218	-39,0	829	572	-31,0
Mandioca	4.359.358	4.042.245	-7,3	12.947	12.915	-0,2
Milho total	1.884.042	2.082.247	10,5	2.599	2.799	7,7
Milho 1ª safra	1.406.528	1.536.417	9,2	3.632	3.938	8,4
Sequeiro	...	...	...	...	...	...
Irrigado	...	...	...	...	...	...
Milho 2ª safra	477.514	545.830	14,3	1.415	1.543	9,1
Sequeiro	...	...	...	...	...	...
Irrigado	...	...	...	...	...	...
Soja	2.747.634	2.418.401	-12,0	3.036	2.552	-16,0
Sorgo granífero	104.057	126.998	22,0	1.602	1.440	-10,1
Tomate	256.158	277.288	8,2	44.604	45.584	2,2
Lavouras permanentes						
Banana⁵	1.417.787	1.449.198	2,2	15.536	15.486	-0,3
Cacau	139.383	136.136	-2,3	259	253	-2,6
Café	162.975	178.503	9,5	1.086	1.141	5,1
Castanha-de-cajú	4.327	5.282	22,1	180	207	15,2
Coco-da-baía⁴	608.759	623.569	2,4	7.525	7.503	-0,3
Guaraná	2.070	2.054	-0,8	318	316	-0,5
Laranja⁵	1.116.896	949.232	-15,0	17.325	16.228	-6,3
Mamão⁵	1.128.754	951.726	-15,7	62.417	59.487	-4,7
Pimenta-do-reino	3.900	3.712	-4,8	2.278	2.203	-3,3
Sisal	234.847	231.136	-1,6	875	891	1,9
Uva	97.481	90.862	-6,8	23.116	24.269	5,0

Fonte: IBGE/GCEA–LSPA–PAM.

Elaboração: SEI/CAC.

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.

² IBGE–PAM, safra 2008.

³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA) para o LSPA, novembro de 2009 (dados sujeitos a retificação).

⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

⁵ Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare. Desconsiderar variação percentual.

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos – Bahia – 2008/2009

Produtos do LSPA ¹	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha) ⁴	
	2008 ²	2009 ³	Variação (%)	2008 ²	2009 ³	Variação (%)	2008 ²	2009 ³
Lavouras temporárias								
Abacaxi	9.288	9.919	6,8	6.763	6.360	-6,0	2.525	3.559
Algodão herbáceo	310.081	293.125	-5,5	310.032	292.830	-5,5	49	295
Alho	628	626	-0,3	628	626	-0,3	0	0
Amendoim	6.858	7.124	3,9	6.858	7.124	3,9	0	0
Arroz total	27.162	33.667	23,9	27.119	33.667	24,1	43	0
Arroz sequeiro	...	...	...	...	...	...	...	...
Arroz irrigado	...	...	...	...	...	...	...	...
Batata-inglesa	7.298	7.710	5,6	7.298	7.710	5,6	0	0
Cana-de-açúcar	109.606	108.518	-1,0	101.384	103.732	2,3	8.222	4.786
Cebola	10.884	9.212	-15,4	10.884	9.212	-15,4	0	0
Feijão total	589.328	551.823	-6,4	496.968	547.594	10,2	92.360	4.229
Feijão 1ª safra	265.090	216.466	-18,3	178.100	212.237	19,2	86.990	4.229
Sequeiro	...	...	...	...	...	...	...	...
Irrigado	...	...	...	...	...	...	...	...
Caupi	...	...	...	...	...	...	...	...
Feijão 2ª safra	324.238	335.357	3,4	318.868	335.357	5,2	5.370	0
Sequeiro	...	...	...	...	...	...	...	...
Irrigado	...	...	...	...	...	...	...	...
Caupi	...	...	...	...	...	...	...	...
Fumo	8.845	4.974	-43,8	8.845	4.974	-43,8	0	0
Girassol	9.071	3.915	-56,8	9.071	3.915	-56,8	0	0
Mamona	122.879	109.695	-10,7	119.013	105.292	-11,5	3.866	4.403
Mandioca	392.055	412.875	5,3	336.719	312.984	-7,0	55.336	99.891
Milho total	825.329	871.288	5,6	724.812	743.798	2,6	100.517	127.490
Milho 1ª safra	484.437	512.797	5,9	387.285	390.137	0,7	97.152	122.660
Sequeiro	...	...	...	...	...	...	...	...
Irrigado	...	...	...	...	...	...	...	...
Milho 2ª safra	340.892	358.491	5,2	337.527	353.661	4,8	3.365	0
Sequeiro	...	...	...	...	...	...	...	...
Irrigado	...	...	...	...	...	...	...	...
Soja	905.018	947.823	4,7	905.018	947.823	4,7	0	0
Sorgo granífero	66.060	97.220	47,2	64.960	88.180	35,7	1.100	9.040
Tomate	5.780	6.083	5,2	5.743	6.083	5,9	0	0
Lavouras permanentes								
Banana	96.240	99.274	3,2	91.259	93.581	2,5	4.981	5.693
Cacau	553.437	562.306	1,6	537.422	538.879	0,3	16.015	23.427
Café	163.411	167.096	2,3	150.125	156.479	4,2	13.286	10.617
Castanha-de-cajú	24.315	25.766	6,0	24.026	25.457	6,0	289	309
Coco-da-baía	81.276	83.705	3,0	80.903	83.113	2,7	373	592
Guaraná	6.667	6.657	-0,1	6.512	6.491	-0,3	155	166
Laranja	64.591	74.063	14,7	64.467	58.494	-9,3	124	15.569
Mamão	18.154	16.175	-10,9	18.084	15.999	-11,5	70	176
Pimenta-do-reino	1.783	1.782	-0,1	1.712	1.685	-1,6	71	97
Sisal	284.223	267.780	-5,8	268.541	259.365	-3,4	15.682	8.415
Uva	4.376	3.744	-14,4	4.217	3.744	-11,2	0	0

Fonte: IBGE/GCEA–LSPA–PAM.

Elaboração: SE/CAC.

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.² IBGE–PAM, safra 2008.³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA) para o LSPA, novembro de 2009 (dados sujeitos a retificação).⁴ Equivale à área plantada menos a área colhida.

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – out. 2009

(%)

Classes e gêneros	Mensal ¹	Acumulado no ano ²	Acumulado 12 meses ³
Indústria geral	0,3	-8,1	-8,1
Extrativa mineral	-1,4	-4,0	-3,1
Indústria de transformação	0,3	-8,3	-8,3
Alimentos e bebidas	-4,7	0,9	2,8
Celulose, papel e produtos de papel	-1,0	-1,1	0,2
Refino de petróleo e álcool	-4,2	-18,4	-16,0
Produtos químicos	11,3	-4,6	-8,5
Borracha e plástico	-10,0	-10,1	-10,0
Minerais não metálicos	5,1	7,6	9,3
Metalurgia básica	-11,2	-19,2	-15,2
Veículos automotores	-3,6	-14,0	-22,8

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

¹ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – out. 2008-out. 2009

(%)

Períodos	Mensal ¹	Acumulado no ano ²	Acumulado 12 meses ³
Outubro 2008	-0,8	4,6	4,8
Novembro	-3,3	3,9	4,3
Dezembro	-14,5	2,4	2,4
Janeiro	-18,1	-18,1	0,8
Fevereiro	-10,0	-14,2	-0,9
Março	-2,3	-10,3	-1,1
Abril	-20,9	-13,0	-3,8
Maiο	-12,5	-12,9	-5,4
Junho	2,8	-10,4	-5,1
Julho	-10,1	-10,3	-6,0
Agosto	-6,3	-9,8	-7,1
Setembro	-4,8	-9,2	-8,4
Outubro 2009	0,3	-8,3	-8,3

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

¹ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – out. 2009				
				(%)
Classes	No mês ³	Mensal ⁴	Acumulado no ano ⁵	Acumulado 12 meses ⁶
Rural/irrigação	-15,4	-16,1	-6,3	-6,8
Residencial	1,4	9,6	9,3	8,6
Industrial ¹	6,1	1,6	-7,9	-6,9
Comercial	3,9	5,1	6,2	6,1
Utilidades públicas ²	1,0	1,7	3,7	3,1
Setor público	2,7	8,6	6,6	6,2
Concessionária	-22,6	-1,5	-1,0	-0,9
Total	2,7	2,7	-1,2	-0,8

Fonte: Chesf, Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

¹ Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

² Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

⁴ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

⁵ Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

⁶ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Serviços

Variação no volume de vendas no varejo ¹ – Bahia – out. 2008			
			(%)
Classes e gêneros	Mensal ²	No ano ³	12 meses ⁴
Comércio varejista	10,1	6,0	5,9
Combustíveis e lubrificantes	-1,2	0,9	2,8
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	10,7	8,5	8,1
Hipermercados e supermercados	9,4	7,4	6,9
Tecidos, vestuário e calçados	15,1	-1,3	-4,0
Móveis e eletrodomésticos	15,3	2,0	1,9
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	13,8	9,2	9,3
Livros, jornais, revistas e papelaria	-1,3	12,6	13,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-18,9	-24,0	-23,9
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	26,6	36,1	33,5
Veículos, motos e peças	12,5	8,1	6,2
Material de construção	3,6	-5,7	-5,3

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Total de cheques compensados – Bahia – nov. 2008/nov. 2009

(%)

Períodos	Quantidade			Valor (R\$)		
	No mês ¹	Mensal ²	Acum. ano ³	No mês ¹	Mensal ²	Acum. ano ³
Novembro 2008	-12,7	-20,1	-12,5	-15,4	-3,5	3,8
Dezembro	18,1	-2,2	-11,7	16,3	12,5	4,6
Janeiro	-10,4	-23,3	-23,3	-9,9	-13,1	-13,1
Fevereiro	-13,1	-20,3	-21,9	-12,3	-9,4	-11,4
Março	20,5	-5,0	-16,6	20,5	6,6	-5,7
Abril	-9,4	-7,9	-14,6	-8,6	0,4	-4,2
Maiο	-5,9	-12,0	-14,1	-2,8	-2,4	-3,9
Junho	11,6	-2,9	-12,4	10,0	6,2	-2,2
Julho	-0,1	-7,9	-11,7	1,1	-1,7	-2,2
Agosto	-2,0	-3,2	-10,7	-2,6	1,9	-1,7
Setembro	-3,4	-15,7	-11,3	0,2	-6,6	-2,2
Outubro	4,3	-9,1	-11,1	7,3	-3,0	-2,3
Novembro 2009	-3,3	0,7	-10,1	-5,2	8,7	-1,4

Fonte: Bacen.

Elaboração: SE/CAC.

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.³ Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) Taxas de desemprego e de participação Região Metropolitana de Salvador – out. 2009				(%)
Taxas	RMS	Salvador	Demais municípios	
Desemprego total	18,7	17,5	23,6	
Desemprego aberto	11,4	10,5	15,3	
Desemprego oculto	7,3	7,1	8,3	
Participação (PEA/PIA)	58,4	58,7	57,3	

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT).

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação Região Metropolitana de Salvador – jan. 2008/out. 2009					(%)
Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação		
	RMS	Salvador	RMS	Salvador	
Janeiro 2008	11,7	11,1	61,8	62,5	
Fevereiro	11,9	11,1	61,4	61,7	
Março	12,3	11,6	60,9	61,3	
Abril	12,6	12,0	60,1	60,3	
Maio	12,4	11,7	59,9	60,1	
Junho	12,2	11,5	59,7	59,9	
Julho	12,2	11,3	59,6	60,2	
Agosto	12,2	11,5	60,0	60,7	
Setembro	12,2	11,6	60,3	60,8	
Outubro	12,6	12,0	60,5	60,7	
Novembro	11,9	11,3	60,1	60,2	
Dezembro	11,7	11,0	59,3	59,4	
Janeiro 2009	19,4	18,0	58,9	59,4	
Fevereiro	19,4	17,8	58,7	59	
Março	20,1	17,9	58,7	59,1	
Abril	20,5	18,2	58,8	58,9	
Maio	21,6	19,2	58,6	59,0	
Junho	21,3	19,3	58,6	59,2	
Julho	20,9	18,9	58,4	59,2	
Agosto	20,0	18,5	58,3	58,8	
Setembro	19,4	18,4	58,2	58,7	
Outubro	18,7	17,5	58,4	58,7	

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT).

**Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2008-out. 2009**

(%)

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População total ¹
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos ¹	Índice ²	Números absolutos ¹	Índice ²	Números absolutos ¹	Índice ²	10 anos Números absolutos ¹	Índice ²	Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
Janeiro 2008	1.862	141,9	1.493	142,7	369	138,7	1.151	125,7	61,8	19,8	3.506
Fevereiro	1.855	141,4	1.467	140,2	388	145,9	1.165	127,2	61,4	20,9	3.512
Março	1.844	140,5	1.457	139,3	387	145,5	1.183	129,1	60,9	21,0	3.518
Abril	1.824	139,0	1.445	138,1	379	142,5	1.210	132,1	60,1	20,8	3.524
Maio	1.822	138,9	1.443	138,0	379	142,5	1.220	133,2	59,9	20,8	3.531
Junho	1.820	138,7	1.445	138,1	375	141,0	1.229	134,2	59,7	20,6	3.537
Julho	1.821	138,8	1.449	138,5	372	139,8	1.235	134,8	59,6	20,4	3.543
Agosto	1.838	140,1	1.472	140,7	366	137,6	1.225	133,7	60,0	19,9	3.549
Setembro	1.851	141,1	1.486	142,1	365	137,2	1.219	133,1	60,3	19,7	3.555
Outubro	1.862	141,9	1.482	141,7	380	142,9	1.216	132,8	60,5	20,4	3.562
Novembro	1.854	141,3	1.485	142,0	369	138,7	1.231	134,4	60,1	19,9	3.568
Dezembro	1.833	139,7	1.470	140,5	363	136,5	1.259	137,4	59,3	19,8	3.574
Janeiro 2009	1.825	139,1	1.471	140,6	354	133,1	1.273	139,0	58,9	19,4	3.580
Fevereiro	1.823	138,9	1.469	140,4	354	133,1	1.283	140,1	58,7	19,4	3.587
Março	1.827	139,3	1.460	139,6	367	138,0	1.285	140,3	58,7	20,1	3.593
Abril	1.834	139,8	1.458	139,4	376	141,4	1.285	140,3	58,8	20,5	3.599
Maio	1.832	139,6	1.436	137,3	396	148,9	1.294	141,3	58,6	21,6	3.605
Junho	1.836	139,9	1.445	138,1	391	147,0	1.297	141,6	58,6	21,3	3.612
Julho	1.834	139,8	1.451	138,7	383	144,0	1.306	142,6	58,4	20,9	3.618
Agosto	1.835	139,9	1.468	140,3	367	138,0	1.312	143,2	58,3	20,0	3.624
Setembro	1.836	139,9	1.480	141,5	356	133,8	1.318	143,9	58,2	19,4	3.631
Outubro	1.846	140,7	1.501	143,5	345	129,7	1.315	143,6	58,4	18,7	3.637
Variação mensal Out-09/set-09		0,5		1,4		-3,1		-0,2	0,3	-3,6	
Variação no ano Out-09/dez-08		0,7		2,1		-5,0		4,4	-1,5	-5,6	
Variação anual Out-09/out-08		-0,9		1,3		-9,2		8,1	-3,5	-8,3	

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT).

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de janeiro/2007 as projeções da população total e da população em idade ativa foram ajustadas com base nos resultados definitivos do Censo 2000.² Base: Dezembro 1996 = 100.

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2008-out. 2009

(%)

Períodos	Setores de Atividade Econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção ¹	Serviços pessoais ²	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2008	9,4	6,3	16,5	31,6	26,8	8,6	0,8
Fevereiro	9,5	6,0	17,0	31,6	26,5	8,4	1,0
Março	9,2	5,8	16,1	31,9	27,5	8,2	1,3
Abril	9,0	4,9	16,2	32,5	28,1	8,0	1,3
Maio	8,4	5,2	15,7	33,7	27,7	8,0	1,3
Junho	8,7	5,5	15,3	34,0	27,1	8,4	1,0
Julho	8,5	5,9	15,2	34,2	26,6	8,6	1,0
Agosto	8,6	5,8	15,6	33,5	27,0	8,5	1,0
Setembro	8,5	5,7	15,5	33,3	27,5	8,7	0,8
Outubro	8,8	6,2	15,2	32,7	27,6	8,3	1,2
Novembro	8,9	6,0	15,0	32,6	28,5	8,0	1,0
Dezembro	8,8	6,3	16,0	32,5	27,6	7,7	1,1
Janeiro 2009	8,6	6,1	17,0	32,4	26,7	8,2	1,0
Fevereiro	9,0	6,2	16,6	32,7	26,1	8,5	0,9
Março	8,5	6,2	16,0	33,1	26,7	8,5	1,0
Abril	8,5	6,0	15,0	33,4	27,9	8,1	1,1
Maio	7,8	6,3	16,0	33,4	27,7	7,9	0,9
Junho	8,2	6,5	16,9	32,1	27,4	7,9	1,0
Julho	7,9	6,9	16,9	32,5	26,9	8,0	0,9
Agosto	7,9	6,5	16,8	32,8	27,1	7,9	1,0
Setembro	7,7	6,4	16,9	33,5	26,8	7,9	0,8
Outubro	8,0	6,5	16,7	33,1	27,2	7,4	1,1

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT).

¹ Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade Pública; Especializados; Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão e Teledifusão; Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros serviços de Reparação e Limpeza.

² Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de Reparação Mecânica e Outros Serviços.

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2008-out. 2009

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos					
	Total	Assalariado priv. c/carteira	Assalariado priv. s/carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/público	Autônomo trab. p/empresa	Empregador	Domésticos	Outros ¹
Janeiro 2008	61,9	39,3	9,7	12,8	23,4	19,3	4,1	2,9	8,6	3,2
Fevereiro	61,2	39,1	9,3	12,8	23,8	19,1	4,7	3	8,4	3,6
Março	61,9	38,6	9,7	13,6	23,2	18,9	4,3	3,5	8,2	3,2
Abril	63,2	38,7	10,1	14,4	22,5	18,6	3,9	3,4	8,1	2,8
Maio	63,8	39,1	10,7	14,0	22,5	19,2	3,4	3,2	8,0	2,5
Junho	64,8	39,7	10,9	14,3	21,6	18,9	2,8	2,9	8,4	2,3
Julho	64,7	39,9	10,7	14,0	21,7	19,3	2,4	2,9	8,6	2,1
Agosto	64,5	39,7	10,6	14,0	21,7	19,2	2,5	3,1	8,5	2,2
Setembro	64,5	40,2	10,6	13,6	21,4	18,8	2,6	3,2	8,7	2,2
Outubro	64,9	40,3	10,5	14,0	21,4	18,8	2,5	3,4	8,3	2,0
Novembro	65,4	40,4	10,2	14,6	21,0	18,2	2,9	3,5	8,0	2,1
Dezembro	64,5	40,3	9,6	14,5	21,9	18,6	3,4	3,6	7,7	2,3
Janeiro 2009	64,0	40,6	9,3	13,9	22,3	18,7	3,6	3,2	8,2	2,3
Fevereiro	64,2	41,0	9,4	13,8	22,5	19,3	3,2	2,9	8,5	1,9
Março	64,7	40,8	9,5	14,4	21,9	19,3	2,6	2,8	8,5	2,1
Abril	65,7	41,4	9,2	15,1	21,3	18,6	2,7	3	8,1	1,9
Maio	66,1	42,2	9,0	14,9	20,9	18,3	2,7	3	7,9	2,1
Junho	66,2	42,4	9,1	14,6	21,2	18,4	2,8	2,9	7,9	1,8
Julho	65,5	41,6	9,2	14,6	21,9	19,2	2,7	2,7	8,0	1,9
Agosto	65,4	41,8	9,0	14,5	22,1	19,3	2,7	2,6	7,9	2,0
Setembro	65,3	41,8	9,4	14,0	22,1	19,2	2,9	2,6	7,9	2,1
Outubro	65,7	42,0	9,5	14,2	22,1	19,0	3,0	2,7	7,4	2,1

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT).

¹ Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.² Incluem Trabalhadores Familiares e Donos de Negócios Familiares.

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal¹
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2008-set. 2009

(R\$)

Períodos	Rendimento médio real					
	Ocupados¹			Assalariados²		
	Valor absoluto³		Índice⁴	Valor absoluto³		Índice⁴
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Janeiro 2008	949,9	539,9	90,4	1.076,1	641,9	89,3
Fevereiro	943,2	535,2	89,8	1.047,7	636,8	87,0
Março	933,3	530,3	88,9	1.045,6	636,6	86,8
Abril	942,5	546,8	89,7	1.053,6	655,6	87,5
Maio	967,7	572,5	92,1	1.090,8	681,8	90,6
Junho	967,9	571,6	92,2	1.096,3	677,0	91,0
Julho	974,8	567,7	92,8	1.101,9	674,9	91,5
Agosto	969,3	568,0	92,3	1.079,8	673,9	89,6
Setembro	980,8	565,9	93,4	1.078,5	667,5	89,5
Outubro	1002,1	593,4	95,4	1.099,4	665,0	91,3
Novembro	1003,8	593,3	95,6	1.110,6	669,9	92,2
Dezembro	987,3	608,4	94,0	1.085,6	683,7	90,1
Janeiro 2009	979,5	609,2	92,4	1.083,7	689,4	89,2
Fevereiro	982,7	607,0	92,7	1.086,4	679,9	89,4
Março	1011,1	605,2	95,4	1.110,9	664,7	91,4
Abril	1000,6	604,9	94,4	1.100,2	660,4	90,5
Maio	999,4	603,7	94,3	1.096,4	665,0	90,2
Junho	970,2	598,7	91,6	1.084,5	681,9	89,3
Julho	964,7	601,2	91,0	1.070,4	701,5	88,1
Agosto	970,1	599,5	91,6	1.076,6	699,4	88,6
Setembro	974,0	600,0	91,9	1.076,1	699,0	88,6
Variação mensal						
Set-09/ago-09	0,4	0,1	0,4	-0,1	-0,1	-0,1
Variação no ano						
Set-09/dez-08	-2,2	-2,2	-2,2	-1,7	1,4	-1,7
Variação anual						
Set-09/set-08	-1,6	5,1	-1,6	-1,1	3,8	-1,1

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT).

¹ Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

² Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

³ Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em Reais de Setembro – 2009.

⁴ Índice de variação da média. Base: Dezembro – 1996 = 100.

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução¹
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2008/set. 2009

(R\$)

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução				
	Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2008	378	523	607	979	2.394
Fevereiro	418	514	604	947	2.419
Março	383	494	606	904	2.427
Abril	372	487	601	902	2.444
Maio	370	491	603	919	2.444
Junho	350	480	604	942	2.434
Julho	345	500	619	947	2.509
Agosto	339	499	611	947	2.524
Setembro	332	530	591	938	2.622
Outubro	332	520	571	966	2.638
Novembro	317	517	563	979	2.680
Dezembro	344	514	580	985	2.608
Janeiro 2009	347	526	607	979	2.495
Fevereiro	353	531	614	961	2.438
Março	354	536	619	967	2.463
Abril	363	530	594	962	2.468
Maio	409	545	591	962	2.504
Junho	389	538	593	932	2.486
Julho	420	529	608	935	2.362
Agosto	421	517	627	957	2.313
Setembro	437	532	639	960	2.255

Fonte: PED-RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT).

¹ Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em Reais de Setembro – 2009.

Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador¹
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2008/set. 2009

(R\$)

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não assinada
Janeiro 2008	913	1.144	691	898	986	591
Fevereiro	887	1.099	686	861	974	526
Março	870	1.152	686	840	950	554
Abril	884	1.225	700	853	976	538
Maiο	902	1.294	759	856	996	554
Junho	920	1.307	794	874	1.022	537
Julho	923	1.296	835	867	1.021	542
Agosto	924	1.240	810	885	1.023	535
Setembro	919	1.272	776	873	1.016	529
Outubro	945	1.349	753	899	1.045	540
Novembro	950	1.420	751	897	1.045	533
Dezembro	922	1.288	750	890	1.005	543
Janeiro 2009	900	1.169	745	884	973	570
Fevereiro	887	1.153	720	880	953	587
Março	894	1.171	733	890	962	576
Abril	889	1.216	692	889	951	586
Maiο	893	1.201	702	885	956	589
Junho	889	1.203	699	877	952	598
Julho	876	1.094	730	865	941	567
Agosto	886	1.196	736	864	953	580
Setembro	890	1.154	741	867	958	580

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT).

¹ Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em Reais de Setembro – 2009.

Nota: Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal ¹
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2008-set. 2009

(R\$)

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados ²					Assalariados ³				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2008	213	407	540	1.063	2.142	404	436	642	1.177	2.223
Fevereiro	212	403	535	1.058	2.125	402	428	637	1.169	2.142
Março	210	403	530	1.051	2.018	401	437	637	1.158	2.115
Abril	209	412	547	1.046	2.082	402	436	656	1.173	2.104
Maiο	208	432	572	1.051	2.090	432	436	682	1.254	2.155
Junho	208	429	572	1.045	2.082	429	438	677	1.254	2.195
Julho	206	428	568	1.041	2.081	428	444	675	1.240	2.278
Agosto	206	427	568	1.030	2.067	427	442	674	1.210	2.233
Setembro	205	426	566	1.030	2.060	426	430	668	1.138	2.167
Outubro	205	426	593	1.028	2.057	425	441	665	1.229	2.148
Novembro	204	424	593	1.125	2.054	424	449	670	1.232	2.146
Dezembro	203	422	608	1.059	2.046	422	460	684	1.225	2.056
Janeiro 2009	205	421	609	1.030	2.059	421	457	689	1.218	2.132
Fevereiro	204	425	607	1.026	2.052	421	470	680	1.218	2.125
Março	222	451	605	1.110	2.031	421	470	665	1.213	2.225
Abril	242	469	605	1.109	2.022	469	470	660	1.210	2.117
Maiο	231	468	604	1.008	2.017	468	469	665	1.209	2.217
Junho	202	466	599	1.008	2.012	466	468	682	1.206	2.206
Julho	230	466	601	1.006	2.007	466	468	702	1.204	2.178
Agosto	240	465	599	1.003	2.005	465	467	699	1.199	2.181
Setembro	249	464	600	1.003	2.000	464	466	699	1.198	2.098

Fonte: PED/RMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT).

¹ Inflator utilizado – Índice de Preços ao Consumidor – SEI. Valores em Reais de Setembro – 2009.² Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.³ Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Emprego formal

Flutuação Mensal do Emprego Bahia – jan. 2008/out. 2009					
Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2008	40.922	4.094	3.892	13.643	19.292
Janeiro	2.714	691	1.564	154	-506
Fevereiro	810	-277	1.508	708	-764
Março	10.595	767	3.561	88	4.854
Abril	11.990	2.600	2.390	573	2.793
Maio	13.619	3.340	3.181	1.256	1.781
Junho	6.427	161	-485	2.177	2.570
Julho	6.685	1.033	-1.425	-552	3.040
Agosto	4.793	1.344	805	2.041	1.122
Setembro	5.313	916	739	2.378	4.095
Outubro	-6.446	-333	-3.834	2.140	-1.317
Novembro	-353	-2.728	231	2.898	3.300
Dezembro	-15.225	-3.420	-4.343	-218	-1.676
2009	62.183	8.726	19.624	8.877	21.049
Janeiro	-917	-1.018	906	-1.480	-256
Fevereiro	422	-277	-282	-421	945
Março	4.497	27	1.839	-425	2.042
Abril	3.917	-381	2.565	490	1.485
Maio	9.060	1.870	624	1.390	2.086
Junho	6.119	278	950	720	1.514
Julho	9.792	995	3.824	980	2.532
Agosto	11.085	2.491	3.780	2.281	4.343
Setembro	10.765	2.624	3.486	2.750	3.524
Outubro	7.443	2.117	1.932	2.592	2.834
nov 2008 – out 2009	46.605	2.578	15.512	11.557	22.673

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do Estabelecimento.

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares.

Flutuação Mensal do Emprego
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2008/out. 2009

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2008	22.035	909	1.873	4.550	13.636
Janeiro	67	121	1.378	-313	-1.122
Fevereiro	1.241	-58	925	366	-159
Março	6.943	55	2.495	87	4.250
Abril	3.287	419	1.465	7	1.444
Maio	5.375	611	2.810	344	1.427
Junho	2.592	318	-517	595	1.983
Julho	96	44	-1.689	-384	1.958
Agosto	2.074	488	21	810	512
Setembro	4.909	528	76	1.101	3.096
Outubro	-3.081	-21	-2.569	932	-1.343
Novembro	4.532	-464	716	1.077	2.952
Dezembro	-6.000	-1.132	-3.238	-72	-1.362
2009	29.791	-327	12.778	2.713	14.645
Janeiro	-1.146	101	378	-1.179	-241
Fevereiro	-1.219	-649	-489	-359	333
Março	2.810	-620	1.529	-295	2.185
Abril	3.065	-371	2.173	222	1.134
Maio	1.970	-152	238	348	1.471
Junho	1.474	-258	163	425	1.177
Julho	4.894	242	2.753	320	1.697
Agosto	7.370	344	2.978	771	2.904
Setembro	6.964	980	2.185	1.472	2.313
Outubro	3.609	56	870	988	1.672
nov 2008 – out 2009	28.323	-1.923	10.256	3.718	16.235

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

FINANÇAS PÚBLICAS

União

(Continua)

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – maio-ago. 2008/2009						
Receita realizada	2009			2008		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado maio-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado maio-ago.
Receita (exceto intraorçamentária) (I)	129.109.495	139.938.198	269.047.693	174.399.028	138.605.205	306.753.013
Receitas correntes	116.321.692	130.771.750	247.093.442	114.202.200	129.994.572	244.196.772
Receita tributária	36.388.668	35.477.705	71.866.373	38.615.205	40.904.732	79.519.937
Impostos	35.909.920	34.934.275	70.844.195	38.103.610	40.368.262	78.471.872
Taxas	479	543	1.022	511.655	536	512.191
Receita de contribuições	60.933.364	65.822.614	126.755.978	60.622.933	64.581.097	125.204.030
Contribuições sociais	59.442.917	63.971.982	123.414.899	58.905.912	62.876.512	121.782.424
Contribuições econômicas	1.490.447	1.850.632	3.341.079	1.717.020	1.704.586	3.421.606
Receita patrimonial	8.899.841	15.986.402	24.886.243	6.648.496	12.673.605	6.648.496
Receitas imobiliárias	150	124	274	133.579.133	107	133.579.240
Receitas de valores mobiliários	6.279.272	11.017.176	17.296.448	3.101.762	6.585.599	9.687.361
Receita de concessões e permissões	566	1.020.182	1.020.748	154.644	113	154.757
Compensações financeiras	1.902.408	3.822.725	5.725.133	2.253.779	5.862.463	8.116.242
Outras receitas patrimoniais	2	2	4	4.732	5	4.737
Receita agropecuária	4	3	7	3.463	4	3.467
Receita da produção vegetal	2	2	4	1.785	2	1.787
Receita da produção animal e derivados	2	2	3	1.672	2	1.674
Outras receitas agropecuárias	-19	38	19	6	12	18
Receita industrial	83	92	176	63.742	63	63.805
Receita da indústria de transformação	83	92	176	63.742	63	63.805
Receita de serviços	4.942.211	7.309.022	12.251.233	4.083.992	6.140.486	10.224.478
Transferências correntes	21	21	42	29.580	27	29.607
Transferências intergovernamentais	-	-	0	0	0	0
Transferências de instituições privadas	210	320	530	11.828	9	11.837
Transferências do exterior	-427	10	-417	7.351	3	7.354
Transferências de pessoas	75	80	155	73	74	147
Transferências de convênios	21	11	32	10.255	14	10.269
Transferências para o combate à fome	57	73	130	74	586	660
Outras receitas correntes	5.035.585	6.062.233	11.097.818	5.123.397	5.590.267	10.713.664
Multas e juros de mora	2.193.604	2.245.861	4.439.465	3.373.884	2.409.129	5.783.013
Indenizações e restituições	751	607	1.358	473.955	396	474.351
Receita da dívida ativa	643	553	1.196	395.794	382	396.176
Receitas diversas	1.447.714	643	1.448.357	879.764	2.403.014	3.282.778
Receitas de capital	12.787.803	9.166.448	21.954.251	60.196.827	8.610.633	68.807.460
Operações de crédito	636	108	744	51.274.736	365	51.275.101
Operações de crédito internas	137	73	210	50.842.352	229	50.842.581
Operações de crédito externas	499	35	534	432.384	136	432.520
Alienação de bens	499	76	575	198.522	130	198.652
Alienação de bens móveis	28	46	74	186.747	101	186.848
Alienação de bens imóveis	13	30	43	11.775	29	11.804
Amortizações de empréstimos	5.880.559	3.224.844	9.105.403	3.334.089	3.461.152	6.795.241
Transferências de capital	9	19	29	7.106	10	7.116
Transferências do exterior	-	9	9	187	-	187

(Conclusão)

Demonstrativo das Receitas da União
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – maio-ago. 2008/2009

Receita realizada	2009			2008		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado maio-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado maio-ago.
Transferências de pessoas	-	186	186	0	9	9
Transferência de outras instituições públicas	42	12	54	0	6	6
Transferências de convênios	9	19	28	6.920	10	6.930
Outras receitas de capital	6.233.946	5.738.080	11.972.026	5.367.554	4.644.748	10.012.302
Resultado do banco central do Brasil	-	-	0	0	0	0
Remuneração das disponibilidades	6.233.910	5.738.080	11.971.990	5.065.768	4.336.912	9.402.680
Receita dívida ativa alienação estoques de café	-	-	0	0	0	0
Outras receitas	36	-	36	301.786	308	302.094
Receita (intraorçamentária) (II)	1.655.067	1.722.710	3.377.777	1.382.341	1.466.443	2.848.784
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	130.764.562	141.660.908	130.764.562	175.781.368	140.071.648	309.601.797
Operações de crédito – refinanciamento (IV)	93.639.290	51.157.195	144.796.485	29.952.980	37.839.843	67.792.823
Operações de crédito internas	92.416.788	50.103.246	142.520.034	29.003.400	37.839.843	66.843.243
Mobiliária	92.416.788	50.103.246	142.520.034	63.308.619	37.839.843	101.148.462
Operações de crédito externas	1.222.502	1.053.949	2.276.451	0	0	0
Mobiliária	1.222.502	1.053.949	2.276.451	0	0	0
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	224.403.852	192.818.103	417.221.955	205.734.348	177.911.491	415.692.885
Déficit (VI)	0	0	0	-	-	0
Total (VII) = (V + VI)	224.403.852	192.818.103	417.221.955	205.734.348	177.911.491	415.692.885
Saldo de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)	-	-	-	-	-	-

Receita realizada intraorçamentária	2009			2008		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-abr.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-abr.
Receitas correntes	1.655.067	1.722.710	3.377.777	1.382.341	1.466.443	1.382.341
Receita tributária	243	-149	94	419	10	429
Impostos	211	-172	39	406	3	409
Taxas	33	22	55	12	7	19
Receita de contribuições	1.623.090	1.687.206	3.310.296	1.350.515	1.437.854	1.350.515
Contribuições sociais	1.623.081	1.687.205	3.310.286	1.350.515	1.437.854	1.350.515
Receita patrimonial	5.128	509	5.637	805	-370	435
Receitas imobiliárias	239	454	693	676	-447	229
Receitas de valores mobiliários	5	14	19	127	29	156
Receita de concessões e permissões	65	41	106	2	48	50
Compensações financeiras	0	0	0	0	0	0
Receita industrial	22	27	49	12.955	19	12.974
Receita da indústria de transformação	21.923	27	21.950	12.955	19.166	32.121
Receita de serviços	3.937	5	3.942	5.495	8.903	14.398
Outras receitas correntes	746	3	749	864	880	1.744
Multas e juros de mora	131	60	191	72	-11	61
Indenizações e restituições	280	3	283	588	669	1.257
Receitas diversas	335	206	541	203	222	425
Total	1.655.067	1.722.710	3.377.777	1.382.341	1.466.443	1.382.341

Fonte: STN.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e §1º).

Demonstrativo das Despesas da União Orçamentos fiscal e da Seguridade Social – maio-ago. 2008/2009						
Despesa executada	2009			2008		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado mai.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado mai.-ago.
Despesas (exceto intraorçamentária) (VIII)	131.140.264	139.104.336	270.244.600	135.146.685	152.470.775	135.146.685
Despesas correntes	123.479.611	125.543.894	249.023.505	109.519.049	130.197.665	109.519.049
Pessoal e encargos sociais	25.573.114	23.615.260	49.188.374	23.149.151	19.844.171	23.149.151
Juros e encargos da dívida	15.088.103	26.276.331	41.364.434	15.448.328	24.679.465	15.448.328
Outras despesas correntes	82.818.395	75.652.303	158.470.698	70.921.570	85.674.030	70.921.570
Transferência a estados, DF e municípios	31.872.739	22.892.895	54.765.634	27.664.088	28.471.733	27.664.088
Benefícios previdenciários	33.938.254	31.537.334	65.475.588	29.794.693	39.182.221	29.794.693
Demais despesas correntes	17.007.402	21.222.075	38.229.477	13.462.788	18.020.076	13.462.788
Despesas de capital	7.660.653	13.560.443	21.221.096	117.331.696	22.273.109	117.331.696
Investimentos	1.775.852	2.146.938	3.922.790	817.769	1.688.538	817.769
Inversões financeiras	5.084.753	3.900.100	8.984.853	6.957.513	4.709.605	6.957.513
Amortização da dívida	800	7.513.404	7.514.204	17.852.355	15.874.967	17.852.355
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (IX)	2.016.164	2.083.376	4.099.540	1.698.714	1.670.069	1.698.714
Despesas correntes	1.850.347	1.932.296	3.782.643	1.573.790	1.585.529	1.573.790
Pessoal e encargos sociais	1.781.201	1.858.933	3.640.134	1.509.591	1.520.657	1.509.591
Outras despesas correntes	69	73	143	64.198	64,87	64.263
Demais despesas correntes	69	73	143	64.198	64,87	64.263
Despesas de capital	166	151	317	124.925	84,54	125.010
Investimentos	1	3	4	1.900	1,76	1.902
Inversões financeiras	165	148	313	123.024	82,78	123.107
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	133.156.428	141.187.713	274.344.141	136.845.399	154.140.844	136.845.399
Amortização da dívida – refinanciamento (XI)	50.552.846	50.239.678	100.792.524	20.881.273	79.541.526	20.881.273
Amortização da dívida interna	49.399.992	49.333.759	98.733.751	20.384.620	79.153.299	20.384.620
Dívida mobiliária	49.399.961	49.333.759	98.733.720	20.384.463	79.153.142	20.384.463
Outras dívidas	31	0	31	157	157	314
Amortização da dívida externa	1.152.854	906	1.153.760	496.653	388	497.041
Dívida mobiliária	670	766	1.436	270.416	294	270.710
Outras dívidas	483	140	622	226.237	94	226.331
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	183.709.274	191.427.390	375.136.664	157.726.672	233.682.369	157.726.672
Superávit (XIII)	-	-	-	-	-	-
Total (XIV) = (XII + XIII)	183.709.274	191.427.390	375.136.664	157.726.672	233.682.369	157.726.672

Fonte: STN.

Elaboração: SE/Corref.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º).

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

Estado

(Continua)

**Balço Orçamentário – Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – maio-ago. 2008/2009**

Receita realizada	2009			2008		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado maio-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado maio-ago.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	3.467.553.654	3.684.277.403	7.151.831.056	2.983.822.615	2.961.857.304	5.945.679.919
Receitas correntes	3.390.039.285	3.028.924.152	6.418.963.437	2.917.943.862	2.892.465.888	5.810.409.750
Receita tributária	1.815.881.152	1.832.821.761	3.648.702.913	1.823.612.139	1.843.778.599	3.667.390.739
Impostos	1.751.568.764	1.752.527.019	3.504.095.783	1.771.306.497	1.780.648.956	3.551.955.453
Taxas	64.312.388	80.294.742	144.607.130	52.305.643	63.129.643	115.435.286
Contribuição de melhoria	-	-	0	0	0	0
Receita de contribuições	201.248.980	190.606.067	391.855.047	147.610.006	173.717.443	321.327.449
Contribuições sociais	201.248.980	190.606.067	391.855.047	147.610.006	173.717.443	321.327.449
Contribuições econômicas	-	-	0	0	0	0
Receita patrimonial	46.841.433	36.843.631	83.685.064	33.742.170	45.249.358	78.991.528
Receitas imobiliárias	2.244.713	2.160.340	4.405.053	4.049.591	1.790.315	5.839.906
Receitas de valores mobiliários	44.351.507	28.222.140	72.573.648	28.877.472	37.043.330	65.920.803
Receitas de concessões e permissões	224.012	4.133.519	4.357.531	603.610	5.904.003	6.507.613
Outras receitas patrimoniais	21.201	2.327.632	2.348.833	211.497	511.710	723.207
Receita agropecuária	68.054	46.991	115.045	1.409	9.244	10.654
Receita da produção vegetal	-	9.796	9.796	0	4.410	4.410
Receita da produção animal e derivados	67.350	32.719	100.069	1.409	2.560	3.969
Outras receitas agropecuárias	704	4.476	5.180	0	2.274	2.274
Receita industrial	3.227	-	3.227	0	0	0
Receita da indústria de transformação	3.227	-	3.227	0	0	0
Receita da indústria de construção	-	-	0	0	0	0
Outras receitas industriais	-	-	0	0	0	0
Receita de serviços	11.168.753	19.141.839	30.310.592	10.381.967	9.926.331	20.308.298
Transferências correntes	1.584.910.346	1.161.615.555	2.746.525.902	1.162.794.204	986.752.226	2.149.546.430
Transferências intergovernamentais	1.514.950.210	1.110.588.528	2.625.538.739	1.137.071.890	950.480.888	2.087.552.778
Transferências de instituições privadas	-	117.608	117.608	3.787	4.021	7.808
Transferências do exterior	-	344.741	344.741	0	0	0
Transferências de pessoas	-	-	0	0	0	0
Transferências de convênios	69.960.136	50.564.677	120.524.813	25.718.526	36.267.317	61.985.843
Transferências para o combate à fome	-	-	0	0	0	0
Outras receitas correntes	131.588.383	153.127.818	284.716.200	89.416.764	159.536.602	248.953.366
Multas e juros de mora	23.021.263	25.665.768	48.687.031	21.492.100	33.117.656	54.609.756
Indenizações e restituições	4.847.492	5.110.948	9.958.439	3.377.015	4.817.624	8.194.640
Receita da dívida ativa	1.579.368	1.609.353	3.188.721	1.324.062	5.284.455	6.608.518
Receitas diversas	102.140.260	120.741.750	222.882.010	63.223.587	116.316.866	179.540.453
Conta retificadora da receita orçamentária	-401.671.043	-365.279.510	-766.950.553	-349.614.798	-326.503.916	-676.118.714
Receitas de capital	77.514.369	655.353.251	732.867.620	65.878.753	69.391.416	135.270.169
Operações de crédito	5.212.427	590.733.733	595.946.160	30.789.414	23.414.049	54.203.464
Operações de crédito internas	1.328.096	193.352.121	194.680.217	19.359.798	11.593.985	30.953.783
Operações de crédito externas	3.884.331	397.381.613	401.265.943	11.429.616	11.820.064	23.249.680
Alienação de bens	1.261.232	677.080	1.938.312	125.712	143.598	269.310
Alienação de bens móveis	1.261.232	467.137	1.728.369	0	0	0
Alienação de bens imóveis	-	209.943	209.943	125.712	143.598	269.310
Amortização de empréstimos	9.451.511	17.757.466	27.208.977	9.716.237	18.590.713	28.306.950
Amortização de empréstimos	9.451.511	17.757.466	27.208.977	9.716.237	18.590.713	28.306.950

(Conclusão)

Balanço Orçamentário – Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – maio-ago. 2008/2009

Receita realizada	2009			2008		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado maio-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado maio-ago.
Transferências de capital	61.589.198	46.190.477	107.779.676	25.247.390	26.520.035	51.767.425
Transferências intergovernamentais	9.267.708	-	9.267.708	0	0	0
Transferências de instituições privadas	-	-	0	0	0	0
Transferências do exterior	-	-	0	0	0	0
Transferências de pessoas	-	-	0	0	0	0
Transferências de outras instituições públicas	-	-	0	0	0	0
Transferências de convênios	52.321.491	46.190.477	98.511.968	25.247.390	26.520.035	51.767.425
Transferências para o combate à fome	-	-	0	0	0	0
Outras receitas de capital	-	-5.505	-5.505	0	723.021	723.021
Integralização do capital social	-	-	0	0	0	0
Div. atv. prov. da amortiz. de emp. e financ.	-	-	0	0	0	0
Restituições	-	-	0	0	0	0
Outras receitas	-	-5.505	-5.505	0	723.021	723.021
Receitas (intraorçamentárias) (II)	215.388.223	217.658.513	433.046.736	200.102.169	218.933.893	419.036.062
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	3.682.941.877	3.901.935.916	7.584.877.793	3.183.924.784	3.180.791.197	6.364.715.981
Operações de crédito – refinanciamento (IV)	-	-	0	0	0	0
Operações de crédito internas	-	-	0	0	0	0
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	0	0	0	0
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	0	0	0	0
Operações de crédito externas	-	-	0	0	0	0
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	0	0	0	0
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	0	0	0	0
Subtotal com refinanciamentos (V) = (III + IV)	3.682.941.877	3.901.935.916	7.584.877.793	3.183.924.784	3.180.791.197	6.364.715.981
Déficit (VI)	-	-	0	0	0	0
Total (VII) = (V + VI)	3.682.941.877	3.901.935.916	7.584.877.793	3.183.924.784	3.180.791.197	6.364.715.981
Saldos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-

Receita intraorçamentária	Receitas realizadas					
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado maio-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado maio-ago.
Receitas correntes	215.388.223	217.658.513	433.046.736	200.102.169	218.933.893	419.036.062
Receita de contribuições	212.279.612	217.345.800	429.625.412	200.102.169	218.933.893	419.036.062
Contribuições sociais	212.279.612	217.345.800	429.625.412	200.102.169	218.933.893	419.036.062
Receita de serviços	3.108.611	312.714	3.421.325	-	-	0
Total	215.388.223	217.658.513	433.046.736	200.102.169	218.933.893	419.036.062

Fonte: Sefaz.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º).

**Balanco Orçamentário – Despesa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – maio-ago. 2008/2009**

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2009			2008		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado maio-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado maio-ago.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	3.052.923.284	3.443.304.651	6.496.227.935	2.913.662.364	3.000.048.951	5.913.711.316
Despesas correntes	2.661.368.260	2.955.454.567	5.616.822.826	2.460.691.773	2.558.821.374	5.019.513.147
Pessoal e encargos sociais	1.433.730.441	1.441.736.581	2.875.467.022	1.253.437.707	1.284.200.523	2.537.638.230
Juros e encargos da dívida	85.624.491	90.055.975	175.680.466	88.270.310	95.390.543	183.660.853
Outras despesas correntes	1.142.013.328	1.423.662.010	2.565.675.338	1.118.983.757	1.179.230.308	2.298.214.065
Transferências a municípios	463.518.015	473.932.177	937.450.192	471.933.341	478.929.570	950.862.911
Demais despesas correntes	678.495.313	949.729.833	1.628.225.146	647.050.415	700.300.738	1.347.351.154
Despesas de capital	391.555.024	487.850.085	879.405.109	452.970.591	441.227.577	894.198.169
Investimentos	131.319.724	265.632.339	396.952.063	193.144.953	156.979.843	350.124.796
Inversões financeiras	46.209.209	49.315.986	95.525.195	30.418.528	36.665.514	67.084.041
Amortização da dívida	214.026.091	172.901.759	386.927.850	229.407.110	247.582.221	476.989.331
Reserva de contingência	-	-	0	-	-	0
Reserva do RPPS	-	-	0	-	-	0
Despesas (intraorçamentárias) (II)	218.483.883	225.179.818	443.663.701	197.507.238	217.063.349	414.570.587
Subtotal das despesas (III) = (I + II)	3.271.407.167	3.668.484.470	6.939.891.636	3.111.169.602	3.217.112.300	6.328.281.902
Amortização da dívida / refinanciamento (IV)	-	-	0	-	-	0
Amortização da dívida interna	-	-	0	-	-	0
Dívida mobiliária	-	-	0	-	-	0
Outras dívidas	-	-	0	-	-	0
Amortização da dívida externa	-	-	0	-	-	0
Dívida mobiliária	-	-	0	-	-	0
Outras dívidas	-	-	0	-	-	0
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	3.271.407.167	3.668.484.470	6.939.891.636	3.111.169.602	3.217.112.300	6.328.281.902
Superávit (VI)	-	-	0	-	-	0
Total (VII) = (V + VI)	3.271.407.167	3.668.484.470	6.939.891.636	3.111.169.602	3.217.112.300	6.328.281.902

Despesa intra orçamentária	2009			2008		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado maio-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado maio-ago.
Despesas correntes	218.483.883	225.179.818	443.663.701	195.384.999	217.063.349	412.448.347
Pessoal e encargos sociais	217.124.156	222.017.052	439.141.209	195.384.999	217.063.349	412.448.347
Outras despesas correntes	1.359.726	3.162.766	4.522.493	-	-	0
Despesas de capital	-	-	0	-	-	0
Investimentos	-	-	0	-	-	0
Total	218.483.883	225.179.818	443.663.701	195.384.999	217.063.349	412.448.347

Fonte: Sefaz.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “b” do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

Receita tributária mensal – Bahia – jan. 2008-out. 2009						
(R\$ 1.000)						
Mês	ICMS		Outras		Total	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Janeiro	799.172	779.342	80.784	71.996	879.956	851.338
Fevereiro	873.329	770.422	105.360	113.144	978.689	883.566
Março	762.968	682.089	91.822	102.636	854.790	784.725
Abril	759.911	741.771	102.448	133.491	862.358	875.262
Maiο	746.918	799.888	128.088	133.409	875.006	933.297
Junho	831.137	740.577	117.468	142.008	948.605	882.585
Julho	725.767	758.768	131.387	162.316	857.154	921.084
Agosto	847.276	767.389	139.349	144.348	986.625	911.737
Setembro	821.628	800.509	130.227	136.715	951.855	937.224
Outubro	832.036	855.517	90.900	104.475	922.936	959.992
Novembro	811.058		87.201		898.259	
Dezembro	746.839		123.495		870.334	
Total	9.558.039	7.696.272	1.328.529	1.244.538	10.886.568	8.940.810

Fonte: Sefaz – Balancetes mensais.
Elaboração: SEI.

**Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação
Brasil – maio-ago. 2008/2009**

(R\$ 1.000,00)

Unidade da Federação	2009					2008				
	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Acumulado maio-ago.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Acumulado maio-ago.
Norte	1.005.024	995.574	1.028.023	1.066.233	4.094.854	13.382.541	14.643.623	14.509.789	15.320.316	57.856.269
Acre	34.342	37.731	35.698	0	107.771	36.550	39.177	34.201	33.934	143.862
Amazonas	389.193	326.268	322.312	354.720	1.392.493	353.515	347.542	394.385	386.556	1.481.998
Pará	310.900	351.888	363.678	389.334	1.415.800	317.433	349.052	376.910	371.771	1.415.166
Rondônia	137.350	139.034	163.299	161.345	601.028	12.549.213	13.776.500	13.574.999	14.392.525	54.293.237
Amapá	33.846	29.741	33.901	34.727	132.215	26.807	25.964	28.099	26.651	107.521
Roraima	27.903	33.551	28.831	31.900	122.185	22.750	25.237	24.061	25.291	97.339
Tocantins	71.490	77.360	80.305	94.207	323.362	76.275	80.152	77.135	83.589	317.151
Nordeste	2.660.899*	2.635.144	2.799.538	2.661.689	8.096.371	2.460.519	2.609.712	2.597.620	2.811.093	10.478.944
Maranhão	189.710	186.748	218.971	225.761	821.190	180.882	180.882	189.134	205.839	756.737
Piauí	115.338	124.406	133.180	131.557	504.481	104.436	115.004	116.460	124.151	460.051
Ceará	385.055	386.161	411.239	465.676	1.648.131	348.087	374.720	388.954	442.327	1.554.088
Rio Grande do Norte	188.008	188.409	202.473	0	578.890	171.819	181.144	191.450	198.182	742.595
Paraíba	159.265	165.586	181.051	173.441	679.343	153.610	157.258	153.882	166.816	631.566
Pernambuco	519.816	550.437	577.014	562.300	2.209.567	479.680	481.718	494.911	514.683	1.970.992
Alagoas	137.610	122.473	126.299	135.618	522.000	125.718	116.467	129.055	131.813	503.053
Sergipe	109.045	109.814	115.985	113.387	448.231	97.503	115.706	114.027	117.185	444.421
Bahia	857.051*	801.110	833.327	853.950	2.488.387	798.785	886.813	819.747	910.097	3.415.442
Sudeste	9.774.236	10.114.918	3.850.141	8.983.709*	23.739.295	10.019.875	10.375.460	10.430.815	10.632.360	41.458.510
Minas Gerais	1.767.507	1.812.324	1.819.088	1.917.516	7.316.435	1.845.053	1.913.389	1.922.906	1.979.997	7.661.345
Espírito Santo	532.091	538.086	591.843	509.130	2.171.150	536.292	570.683	552.024	596.203	2.255.202
Rio de Janeiro	1.377.445	1.469.247	1.439.210	0	4.285.902	1.371.760	1.464.352	1.444.571	1.473.823	5.754.506
São Paulo	6.097.193	6.295.261	0	6.557.064*	12.392.454	6.266.769	6.427.037	6.511.314	6.582.338	25.787.458
Sul	2.966.902*	2.865.458	2.158.251	2.897.507*	5.023.709	2.809.957	3.013.137	2.823.013	2.931.534	11.577.641
Paraná	1.009.086	982.748	981.941	976.211	3.949.986	982.627	992.819	982.666	1.028.748	3.986.860
Santa Catarina	708.151*	685.747	0	706.803*	685.747	622.650	663.081	641.261	729.964	2.656.956
Rio Grande do Sul	1.249.666	1.196.963	1.176.311	1.214.494	4.837.434	1.204.680	1.357.237	1.199.087	1.172.822	4.933.826
Centro-Oeste	1.616.721	1.692.295	1.820.285	1.712.764	6.842.065	1.637.246	1.645.172	1.672.443	1.689.198	6.644.059
Mato Grosso	381.327	425.408	434.103	443.653	1.684.491	422.844	386.246	427.360	405.464	1.641.914
Mato Grosso do Sul	355.585	355.424	352.986	337.044	1.401.039	360.784	356.381	365.617	380.062	1.462.844
Goiás	569.291	557.175	582.476	600.100	2.309.042	522.664	565.204	543.956	565.888	2.197.712
Distrito Federal	310.518	354.287	450.720	331.968	1.447.493	330.954	337.341	335.510	337.784	1.341.589
Brasil	18.023.782*	18.303.388	11.656.239	17.321.903*	29.959.627	30.310.139	32.287.105	32.033.681	33.384.502	128.015.427

Fonte: Confaz – Cotepe/ICMS.

Elaboração: SEI/Coref.

Última Atualização: 26/10/2009.

(*) Valor Provisório.

MUNICÍPIO

Balanço orçamentário

(Continua)

Balanço Orçamentário – Receita Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – maio-ago. 2008/2009						
(R\$ 1,00)						
Receita realizada	2009			2008		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado maio-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado maio-ago.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	452.740.651	464.552.895	917.293.546	394.432.668	443.602.034	838.034.702
Receitas correntes	467.774.436	427.477.788	895.252.224	408.646.876	435.295.267	843.942.143
Receita tributária	127.494.180	131.333.331	258.827.511	118.915.811	123.049.693	241.965.504
Impostos	110.339.349	118.240.943	228.580.292	101.641.484	11.065.989	112.707.473
Taxas	17.024.298	12.909.514	29.933.813	17.120.986	12.193.705	29.314.691
Outras receitas tributárias	130.533	182.874	313.406	153.341	179.998	333.339
Receita de contribuições	16.865.972	15.074.903	31.940.874	12.227.382	18.740.462	30.967.844
Contribuições sociais	8.213.076	7.627.457	15.840.533	3.881.818	10.888.136	14.769.954
Contribuições econômicas	8.652.896	7.447.446	16.100.342	8.345.565	7.852.326	16.197.891
Receita patrimonial	4.814.226	6.641.196	11.455.422	8.354.308	8.921.106	17.275.414
Receitas imobiliárias	136.926	152.631	289.558	467.209	728.028	1.195.237
Receitas de valores mobiliários	3.644.795	4.137.363	7.782.159	4.482.426	4.735.192	9.217.618
Receitas de concessões e permissões	1.032.504	2.208.471	3.240.975	3.404.672	3.457.886	6.862.558
Outras receitas patrimoniais	-	142.731	142.731	-	-	-
Receita industrial	298.135	153.552	451.687	1.191.325	484.733	1.676.058
Receita da indústria de construção	298.135	153.552	451.687	1.191.325	484.733	1.676.058
Receita de serviços	169.552	341.256	510.808	168.100	402.095	570.195
Transferências correntes	301.907.702	255.294.747	557.202.449	247.474.825	262.622.953	510.097.778
Transferências intergovernamentais	299.395.050	252.087.273	551.482.324	245.556.326	255.756.413	501.312.739
Transferências de instituições privadas	1.129	101.172	102.302	(199.600)	260.400	60.800
Transferências do exterior	-	149.335	149.335	-	-	-
Transferências de pessoas	1.091	589	1.680	220	410	630
Transferências de convênios	2.510.432	2.956.378	5.466.809	2.117.879	6.605.730	8.723.609
Outras receitas correntes	16.224.670	18.638.803	34.863.473	20.315.126	21.074.225	41.389.351
Multas e juros de mora	10.003.443	10.256.747	20.260.191	13.262.637	14.003.237	27.265.874
Indenizações e restituições	396.811	916.650	1.313.461	104.956	698.769	803.725
Receita da dívida ativa	4.996.726	6.674.948	11.671.674	5.547.660	5.676.165	11.223.825
Receitas diversas	827.690	790.457	1.618.148	1.399.872	696.055	2.095.927
Receitas de capital	15.456.606	63.343.688	78.800.294	6.333.879	30.381.267	36.715.146
Operações de crédito	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito internas	-	-	-	-	-	-
Alienação de bens	-	-	-	3	46.650	46.653
Alienação de bens móveis	-	-	-	3	46.650	46.653
Transferências de capital	15.456.606	63.343.688	78.800.294	6.333.877	30.334.617	36.668.494
Transferências intergovernamentais	-	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	15.456.606	63.343.688	78.800.294	6.333.877	30.334.617	36.668.494
Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-
Receitas diversas	-	-	-	-	-	-
Dedução da receita corrente	(30.490.391)	(26.268.580)	(56.758.971)	(20.548.087)	(22.074.499)	(42.622.586)
Receitas (intraorçamentárias) (II)	5.837.913	11.457.453	17.295.366	7.154.460	7.041.075	14.195.535

(Conclusão)

**Balanço Orçamentário – Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – maio-ago. 2008/2009**

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2009			2008		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado maio-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado maio-ago.
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	458.578.564	476.010.348	934.588.912	401.587.129	450.643.110	852.230.239
Déficit (iv)	-	-	-	-	-	-
Total (v) = (iii + iv)	458.578.564	476.010.348	934.588.912	401.587.129	450.643.110	852.230.239

Receita intraorçamentária	2009			2008		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado maio-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado maio-ago.
Receitas correntes	5.837.913	11.457.453	17.295.366	7.154.460	7.041.075	14.195.535
Receita de contribuições	372.776	11.136.547	11.509.323	6.836.602	6.789.089	13.625.691
Receita de serviços	465.137	320.906	786.043	317.859	251.986	569.845
Receita de capital	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital intraorçamentária	-	-	-	-	-	-
Total	5.837.913	11.457.453	17.295.366	7.154.460	7.041.075	14.195.535

Fonte: Sefaz.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “a” do inciso II e §1º).

Balanço Orçamentário – Despesa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Salvador – maio-ago. 2008/2009

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2009			2008		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado maio-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado maio-ago.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	400.247.375	469.745.709	869.993.084	403.374.350	417.686.747	821.061.097
Despesas correntes	380.129.432	423.199.548	803.328.979	360.944.871	368.994.419	729.939.290
Pessoal e encargos sociais	137.740.348	154.184.981	291.925.330	122.936.771	128.961.909	251.898.680
Juros e encargos da dívida	11.859.969	73.756.706	85.616.675	12.031.952	12.013.560	24.045.512
Outras despesas correntes	230.529.115	257.640.034	488.169.149	225.976.149	228.018.950	453.995.099
Despesas de capital	20.117.943	46.546.162	66.664.105	42.429.479	48.692.328	91.121.807
Investimentos	2.424.522	27.444.350	29.868.872	21.578.595	27.258.734	48.837.329
Inversões financeiras	1.442.280	2.798.880	4.241.160	700.000	700.000	1.400.000
Amortização da dívida	16.251.141	16.302.923	32.554.065	20.150.884	20.733.594	40.884.478
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	7.635.818	8.546.906	16.182.724	6.767.499	6.640.695	13.408.194
Subtotal das despesas (III)=(I+II)	407.883.193	478.292.615	886.175.808	410.141.849	424.327.442	834.469.291
Superávit (IV)	-	-	-	-	-	-
Total (V) = (III + IV)	407.883.193	478.292.615	886.175.808	410.141.849	424.327.442	834.469.291

Despesa intraorçamentária	2009			2008		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado maio-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado maio-ago.
Despesas correntes	7.635.818	8.546.906	16.182.724	6.767.499	6.640.695	13.408.194
Pessoal e encargos sociais	7.384.618	8.011.095	15.395.713	6.767.499	6.640.695	13.408.194
Outras despesas correntes	251.200	535.811	787.011	-	-	-
Despesas de capital	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Total	7.635.818	8.546.906	16.182.724	6.767.499	6.640.695	13.408.194

Fonte: Sefaz.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “b” do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X.

**QUER SABER
QUANTO CRESCEU
O PIB DA BAHIA?**

**QUANTOS EMPREGOS
FORAM GERADOS NA RMS?**

**QUAL A DIVISÃO
TERRITORIAL DOS
MUNICÍPIOS BAIANOS?**

**QUAL A POPULAÇÃO
DO ESTADO?**

**QUANTO SUBIU
O PREÇO DO FEIJÃO
EM SALVADOR?**

**QUAIS AS CIDADES
QUE COMPÕEM O TERRITÓRIO
DE IDENTIDADE DO LITORAL SUL?**



As informações disponíveis no www.sei.ba.gov.br
são tão diversas quanto sua curiosidade sobre a Bahia.
Acesse!

